

PORTUGALLIÆ CIVITATES

Perspectivas
cartográficas
militares

PORTUGALLIÆ CIVITATES

Perspectivas
cartográficas
militares

PORTUGALLIAE CIVITATES

Perspectivas cartográficas militares

AUTORES

Maria Helena Dias e Instituto Geográfico do Exército

COORDENAÇÃO, TEXTOS E SELECÇÃO DAS PLANTAS

Maria Helena Dias

(Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa)

CONCEPÇÃO, REALIZAÇÃO E EDIÇÃO

Instituto Geográfico do Exército

TRATAMENTO DOCUMENTAL E DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Helena Dias, Sandra Fernandes (CEG) e Milton Silva (IGeoE)

GRAFISMO

Good Dog Design

IMPRESSÃO

Security Print

ISBN

978-989-21-0106-4

DEPÓSITO LEGAL

285737/08

1.^a Edição / 2008

© 2008 INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Avenida Dr. Alfredo Bensaúde

1849-014 Lisboa

Tel.: (351) 21 850 53 00

Fax: (351) 21 853 21 19

E-mail: igeoe@igeoe.pt

Webpage: www.igeoe.pt

PREFÁCIO

Uma das tradições do INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO é, servindo o País, promover a ligação com as instituições civis, na sua esfera de acção. Como organismo de reconhecida competência no âmbito da Informação Geográfica e da Cartografia, tem mantido úteis parcerias com as Universidades e a investigação científica nacional, nomeadamente com o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

A obra que tenho o prazer de apresentar é mais um dos frutos da já longa cooperação com este Centro de excelência. Aqui se mostram algumas plantas antigas, pormenorizando cidades e vilas portuguesas com um rigor notável, quase todas executadas por engenheiros militares, no quadro das suas comissões de serviço, entre os finais de Setecentos e a primeira metade do século seguinte. Ao seu lado, os ortofotomapas confrontam-nas com a actualidade: olhando para uma e outra imagem, a cada um cabe desvendar semelhanças ou diferenças. Esta comparação é ainda complementada com extractos da primeira e da última edição da Carta Militar de Portugal 1:25 000, produzida pelo IGeoE, que proporcionam um enquadramento espacial mais amplo da evolução, ao longo do século XX, de cada um dos 30 centros urbanos que compõem esta colecção. As várias imagens, correspondentes a formas distintas de informação geográfica, retratam, afinal, o progresso dos conhecimentos científicos e técnicos mais avançados da sua época e, com ele, a evolução urbana de Portugal.

Cumpre-me agradecer à Direcção de Infra-Estruturas do Exército, por ter permitido a reprodução da maioria das plantas antigas desta colecção, bem como à Biblioteca Nacional de Portugal que disponibilizou duas delas, e ainda ao Instituto Geográfico Português, à Direcção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica dos Açores e à Direcção Regional de Informação Geográfica e Ordenamento do Território da Madeira pela cedência dos ortofotomapas. À Professora Doutora Maria Helena Dias, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, dirijo uma palavra especial de gratidão pelo seu auxílio na concretização da obra.

O **PORTUGALLIÆ CIVITATES** é mais um contributo, que reputo valioso, para a divulgação do País e da Cartografia nacional. Perspectivar o futuro impõe inquestionavelmente o conhecimento e a valorização do passado.

José Manuel Ramos Rossa
Coronel Art.ª Eng. Infor.
Director

Então chasqueei risonhamente o meu Príncipe. Ahi estava pois a Cidade, augusta criação da Humanidade! Eil-a ahi, bello Jacintho! Sobre a crosta cinzenta da Terra – uma camada de caliça, apenas mais cinzenta! (...)

Hein, Jacintho?... Onde estão os teus Armazens servidos por tres mil caixeiros? E os Bancos em que retine o ouro universal? E as Bibliothecas atulhadas com o saber dos seculos? Tudo se fundiu n'uma nodoa parda que suja a Terra. (...)

– Sim, é talvez tudo uma illusão... E a Cidade a maior illusão!

(...) E a mais amarga, por que o Homem pensa ter na Cidade a base de toda a sua grandeza e só n'ella tem a fonte de toda a sua miseria. Vê, Jacintho! Na Cidade perdeu elle a força e belleza harmoniosa do corpo, e se tornou esse ser resequido e escanifrado ou obeso e afogado em unto, de ossos molles como trapos, de nervos tremulos como arames, com cangalhas, com chinós, com dentaduras de chumbo, sem sangue, sem febra, sem viço, torto, corcunda (...)! Na Cidade findou a sua liberdade moral: cada manhã ella lhe impõe uma necessidade, e cada necessidade o arremessa para uma dependencia: pobre e subalterno, a sua vida é um constante sollicitar, adular, vergar, rastejar, aturar; rico e superior como um Jacintho, a Sociedade logo o enreda em tradições, preceitos, etiquetas, ceremonias, praxes, ritos, serviços mais disciplinares que os d'um carcere ou d'um quartel... (...)

Mas o que a Cidade mais deteriora no homem é a Intelligencia, por que ou lh'a arregimenta dentro da banalidade ou lh'a empurra para a extravagancia. (...) Todos, intellectualmente, são carneiros, trilhando o mesmo trilho, balando o mesmo balido, com o focinho pendido para a poeira onde pisam, em fila, as pégadas pisadas; – e alguns são macacos, saltando no topo de mastros vistosos, com esgares e cabriolas. Assim, meu Jacintho, na Cidade, n'esta criação tão anti-natural onde o solo é de pau e feltro e alcatrão, e o carvão tapa o ceu, e a gente vive acamada nos predios como o paninho nas lojas, e a claridade vem pelos canos, e as mentiras se murmuram através d'arames – o homem apparece como uma creatura anti-humana (...). E aqui tem o bello Jacintho o que é a bella Cidade!

Em **A cidade e as serras** de Eça de Queiroz,
1901 (1.^a ed.)

INTRODUÇÃO

Em 1572 encetava-se, na Europa, a publicação do *Civitates Orbis Terrarum*, o primeiro ‘atlas’ urbano, que Georg Braun começara por compilar e Frans Hogenberg por gravar. Para deslumbramento de todos, exibiam-se, em vários livros, inúmeras cidades espalhadas pelo mundo, por onde se podia comodamente viajar, observando. Nessas estampas se mesclavam técnicas distintas de representação: nalgumas perspectivaram-se vistas a partir de determinado ponto próximo, como se de quadros se tratassem; noutras delinearam-se edifícios e arruamentos quase à semelhança das plantas modernas, vendo-os de cima, verticalmente ou na oblíqua. Entre essas gravuras contavam-se as cidades de Lisboa, Coimbra e Braga.

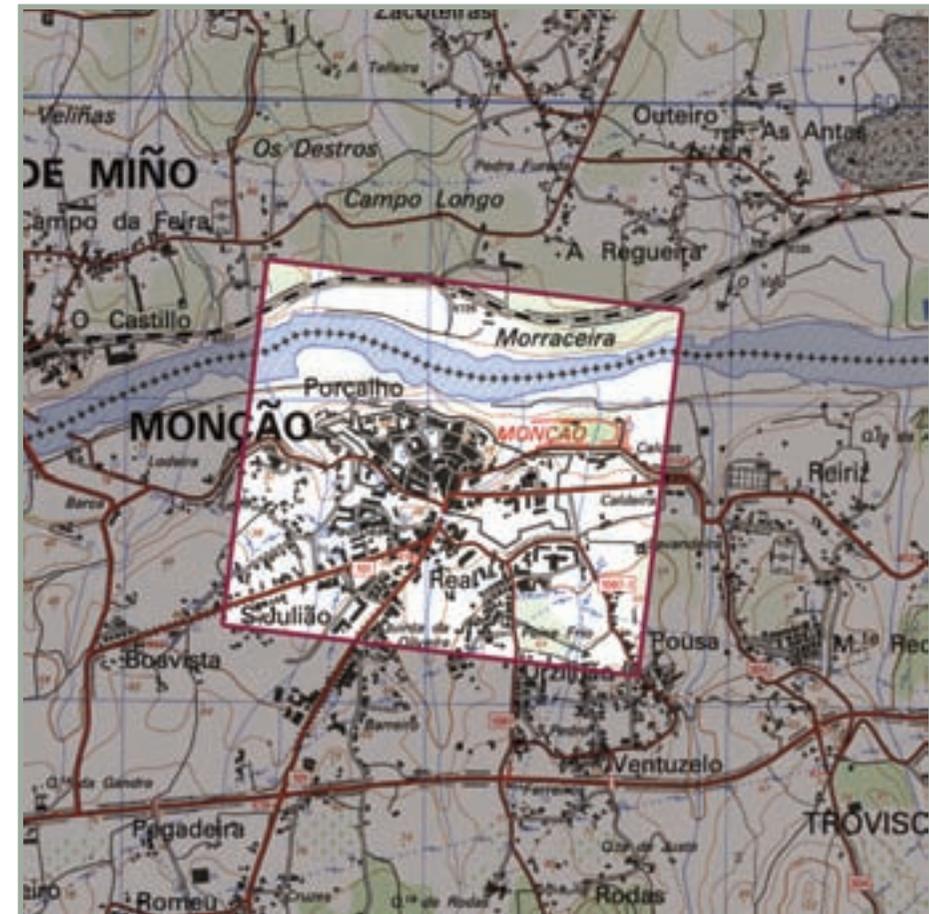
Por analogia, reuniram-se aqui várias imagens de cidades ou vilas portuguesas, do Continente às Ilhas, todas elas núcleos de povoamento muito antigos, que decisões superiores determinaram em certo momento deverem ser fortificados, ou porque fossem realmente importantes para a defesa do espaço nacional ou para se protegerem as suas gentes e as actividades económicas. Quase todas mostram castelos com cercas medievais, mais ou menos retocados no tempo, que muitas vezes as lutas pela reconquista da independência nacional durante o século XVII, ou as guerras seguintes, transformaram em mais amplas praças-fortes, cingindo com as novas muralhas abaluartadas um núcleo que entretanto extravasara do sítio alto original. Com a remodelação dos centros urbanos, nalguns soube proteger-se o passado, enquanto noutros o crescimento desenfreado ditou que quase se apagassem por completo as suas memórias.

É em torno destas plantas oitocentistas, ou às vezes setecentistas, que tudo gravita no *Portugalliae Civitates*. Nelas se espelham as imagens fotográficas actuais, rectificadas, e nelas se enquadram em mais amplo espaço as cartas topográficas militares, em dois momentos distintos da sua evolução. Mostra-se sobretudo a ‘cidade militar’, mas expõe-se também o que de melhor realizava o Corpo de Engenheiros no campo da Cartografia portuguesa, quanto ao rigor e detalhe e quanto à inovação técnica e científica. Impôs-se-lhes então o sigilo, que as manteve desenhadas à mão e cuidadosamente guardadas. Até nós chegaram aquelas que a História permitiu que se conservassem, para nosso estudo e deleite. Tudo isso se reflecte na selecção aqui apresentada.

Observando e comparando estas imagens, frente aos nossos olhos vão também passando as repercussões da vocação militar na organização de muitas cidades e vilas portuguesas. Nos locais próximos da fronteira, os efeitos são particularmente sensíveis, justapondo-lhes marcas de tempos diferentes. A inconfundível forma estrelada que algumas ainda hoje revelam, e que nos maravilha, compactou os núcleos urbanos nas suas fortificações antigas, sufocando-os e impedindo-os de se desenvolverem – “estourando pelas costuras dentro de um fato que lhes ficou curto” (J. Mattoso, S. Daveau e D. Belo, 1997). A segregação dos lugares longamente militarizados impôs-lhes regras de crescimento que só a perda da sua relevância bélica e a revolução das comunicações vieram subverter.

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Monção / Serviços Cartográficos do Exército; trabalhos de campo ten. Pais Moreira; des. alf. H. Jardim; des. litog. J. Marques. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa]: S. C. E., [1953]. - 1 mapa topográfico: color.; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; fl. 3).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

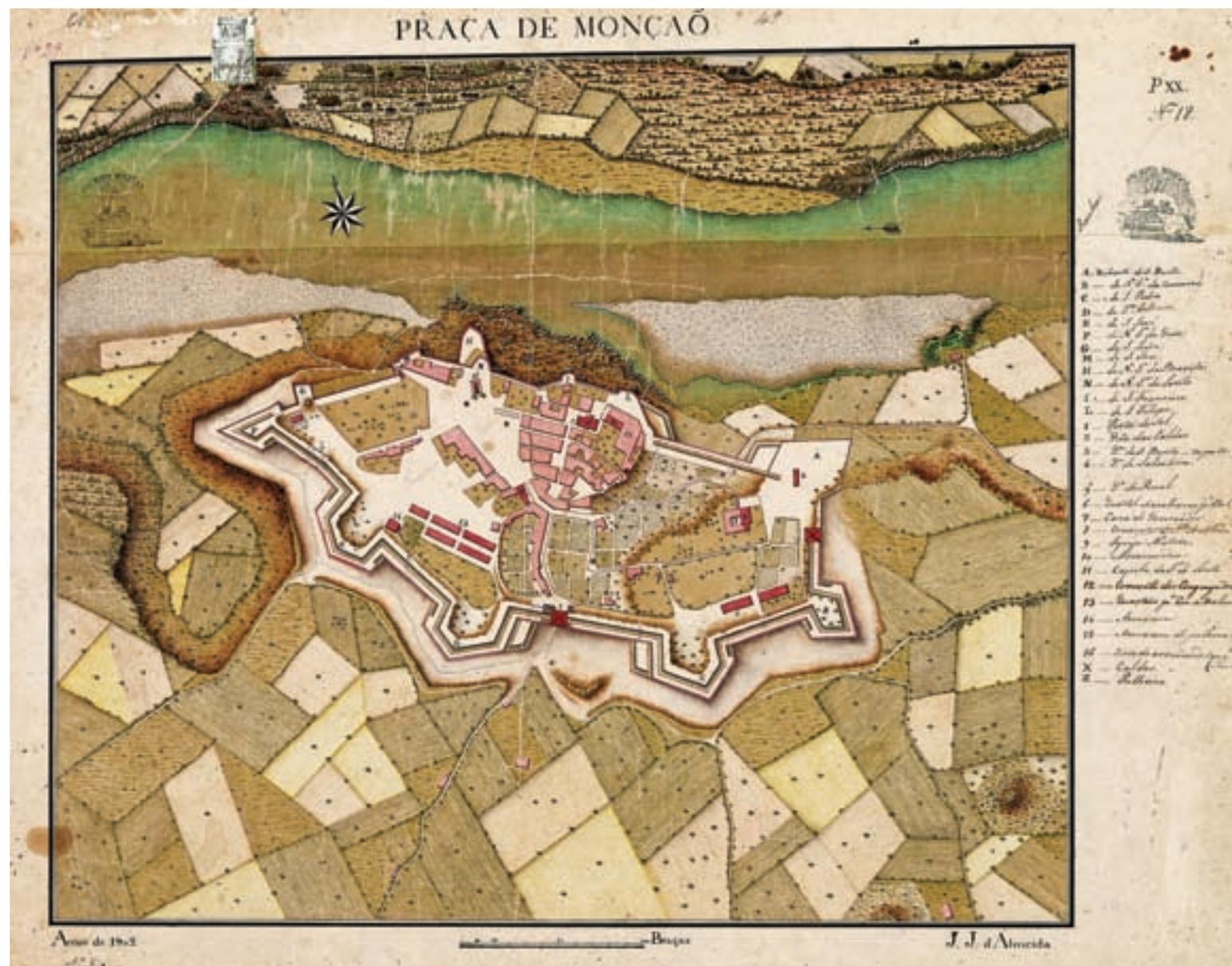
Monção / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa: I. G. E., 1997. - 1 mapa topográfico: color.; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; fl. 3).

Ao longo da margem portuguesa do rio Minho, desenvolvem-se hoje vários centros urbanos que foram outrora praças de guerra e que guarneceram a fronteira com a Galiza: a Caminha, junto à foz, seguem-se Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço. Este eixo, ao invés de aglutinador, tornou-se por causa dos conflitos uma fronteira esvaziada de vida, apesar da região ser densamente povoada. O tradicional Entre Douro e Minho, região hoje abreviadamente designada apenas por um dos seus rios limítrofes e centralizada pela cidade de Braga, caracteriza-se sobretudo pelos seus contrastes e riqueza.

Situada a montante de Valença e em frente à localidade espanhola de Salvatierra de Miño, Monção transformou-se em praça-forte no contexto da Guerra da Restauração (1641-1668), tendo sido idealizada pelo engenheiro francês Michel Lescolle (?-1688), um especialista em fortificações que veio trabalhar para Portugal nessa época, à semelhança de outros notáveis militares que a Coroa contratara então no estrangeiro e aos quais coube a importante tarefa de reforçar os pontos estratégicos ao longo das fronteiras, tanto terrestre como marítima. Lescolle destacou-se particularmente pelas suas intervenções no Minho e em Trás-os-Montes e por ter sido o fundador da Academia de Fortificação de Viana do Castelo. Em Monção terá estado pelo menos em 1656, depois do seu regresso do Brasil. As obras aqui efectuadas reintegraram parcialmente as velhas muralhas medievais existentes, abarcando a nova construção abaluartada um espaço amplo e desafogado, mais adequado às funções militares.

Quando a planta de Monção foi levantada, existiam dois engenheiros militares que assinavam os seus trabalhos com o mesmo nome: Joaquim José de Almeida. No entanto, o seu verdadeiro autor, nesta época capitão (posto a que tinha sido promovido sete anos antes), viria mais tarde a acrescentar o apelido Freitas, para se distinguir do seu colega do Real Corpo de Engenheiros, mais velho. Inicialmente oficial da Armada e depois de 1793 do Real Corpo de Engenheiros, ele havia anteriormente colaborado na Inspeção das Praças e Fronteiras da Província do Alentejo (1796), dirigida por Isidoro Paulo Pereira, e a seguir nas fortificações de Elvas e de Valença. Estando no Minho, fez a campanha de 1801, às ordens do marquês de Rozière, tendo sido chamado depois a coadjuvar a Comissão de Demarcação de Limites entre Portugal e Espanha no sítio do Lindoso (1804), interrompida pelas Invasões Francesas. Na região permaneceu até 1812 e aí regressaria ainda. Por várias vezes admoestado pela falta de exactidão dos seus conhecimentos científicos e práticos, foi mais tarde julgado incapaz para o serviço activo mas manteve-se no Corpo a que pertencia até à morte.

Como se pode observar, Monção era, em 1802, um lugar pequeno, amplamente contido dentro das suas muralhas abaluartadas, que ainda hoje se preservam, tal como o núcleo mais antigo, próximo do rio. Crescerá sobretudo mais de 150 anos depois, ao longo dos eixos que põem a vila em ligação com o resto da região e com Espanha.



FREITAS, Joaquim José de Almeida e, 1760-1830

Praça de Monção / J. J. d'Almeida. - Escala [ca. 1:2900], 100 braças = [7,5 cm]. - 1802. - 1 planta : ms., color. ; 44 x 56 cm.

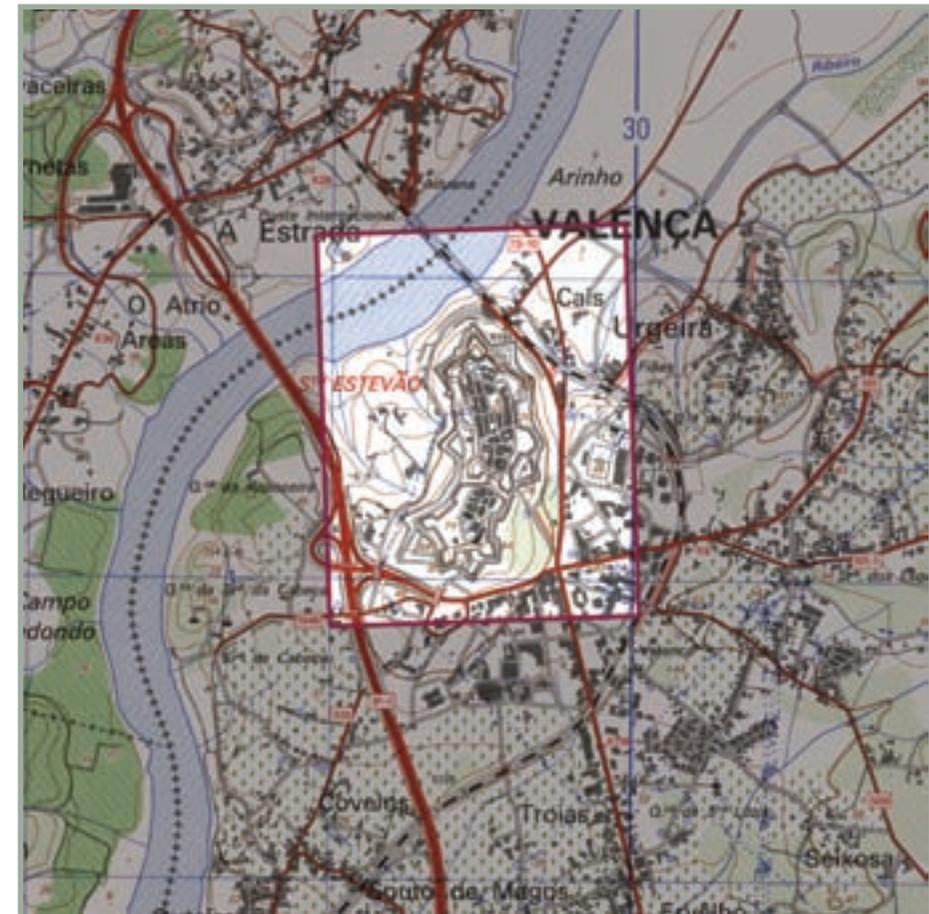
3103/II-2-21-30 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Valença / Serviços Cartográficos do Exército ; trabalhos de campo cap. José Bôto ; des. ten. Telmo P. dos Santos. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1953]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 2).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Valença / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1996. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 2).

Fazendo face à posição espanhola de Tui, Valença foi a mais importante praça-forte da região do Minho. Tal como em Monção, a sua edificação data também do período da Guerra da Restauração e o projecto foi igualmente estabelecido pelo engenheiro francês Michel Lescolle. Contudo, a povoação que as fortificações vieram envolver é muito anterior, assim como as primeiras estruturas que a amuralharam.

Situada no topo de uma pequena colina, cuja altitude pouco ultrapassa os 80 metros, a sua forma encurvada ficou a dever-se à topografia onde as fortificações se edificaram. O conjunto dos baluartes e fossos ajudou a proteger Valença das investidas provenientes da Galiza, isolando-a do rio próximo e da área envolvente. O crescimento urbano para Oriente ficou, por isso, desligado do núcleo inicial limitado pelas muralhas. A configuração actual de Valença preserva ainda as duas partes em que se dividia esse primitivo núcleo: a 'Vila', a Norte, e a 'Coroda' a Sul, separadas pela Porta do Meio, a primeira concentrando a maioria dos habitantes e a generalidade das edificações, e a segunda, com uma área menor, mais desimpedida.

Um dos engenheiros que aqui esteve em comissão durante vários anos, executando levantamentos cartográficos e projectando obras nas fortificações, foi Maximiano José da Serra (de 1796 a 1800 e de 1809 a 1813, após a praça ter sido arruinada pelos franceses). Ele foi responsável, não só por várias plantas de Valença e de outras posições defensivas no Minho, como também pelo levantamento de cartas topográficas ou por reconhecimentos de áreas próximas. Na altura da reedificação da praça após as Invasões Francesas, e inicialmente debaixo das ordens de Serra mas depois dirigindo ele próprio os trabalhos (de 1812 a 1819), aqui esteve também um dos mais reputados engenheiros militares da época, Francisco Pedro de Arbués Moreira (1777-1843), vulgarmente conhecido apenas por Moreira e que assim se distinguia do seu filho com o mesmo nome. Um e outro produziram um vasto conjunto de plantas, retratando não só o estado em que os franceses deixaram arruinadas estas fortificações como as intervenções nelas efectuadas. Já anteriormente, José Champallimaud de Nussane, ao serviço de Portugal desde 1762, levantara uma planta de Valença (1766), que retomaria 11 anos depois, acompanhando as importantes obras de restauração da praça.

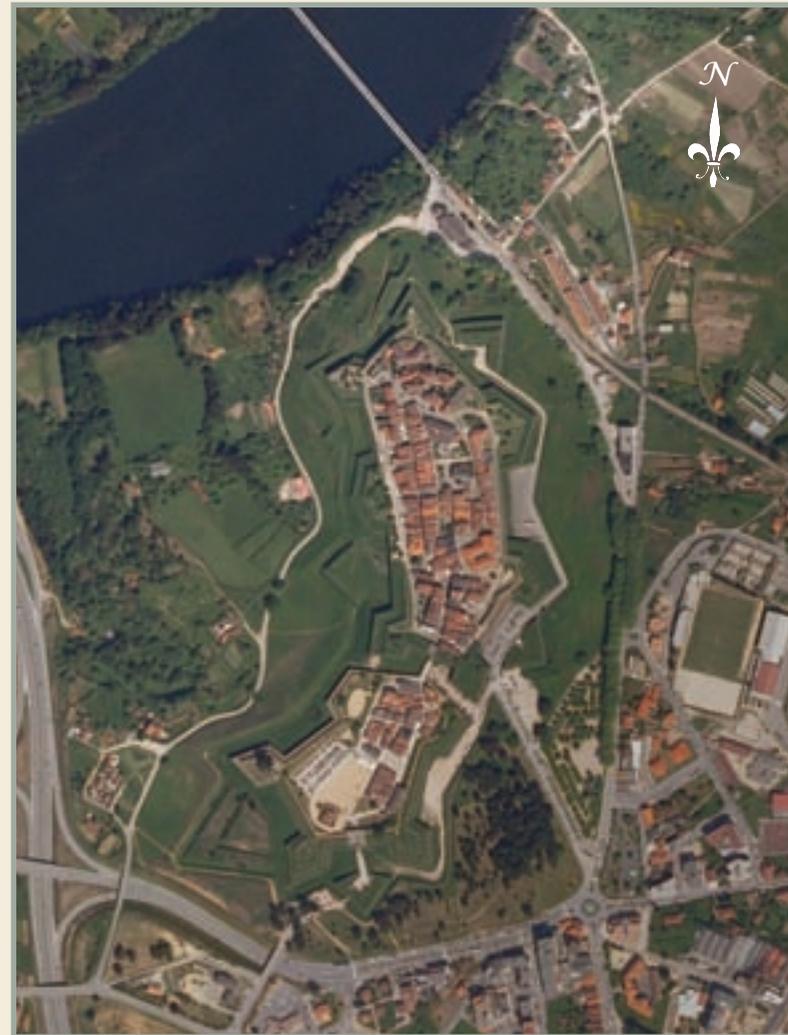
A planta antiga aqui mostrada data provavelmente do período em que Pedro Celestino Soares (?-1845), o seu desenhador, trabalhou ininterruptamente no Arquivo Militar antes de passar a estar às ordens de seu pai, com o mesmo nome, coadjuvando-o na direcção da fábrica de pólvora de Barcarena, parecendo ter retornado ao seu antigo posto provavelmente após a morte deste em 1836. Pode mesmo ser anterior a 1821, altura em que, tendo sido promovido a alferes, passou a assinar os seus desenhos com esse posto. Este documento é provavelmente a cópia a limpo e embelezada dos trabalhos executados por Serra e por Moreira.



PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Planta de Valença do Minho / copiada no Real
Arquivo Militar por Pedro Celestino Soares. -
Escala [ca. 1:2200], cento e cinquenta braças =
[14,8 cm]. - [1813-1833]. - 1 planta : ms., color. ;
69 x 47 cm.

2745-2A-24-34 (DIE)

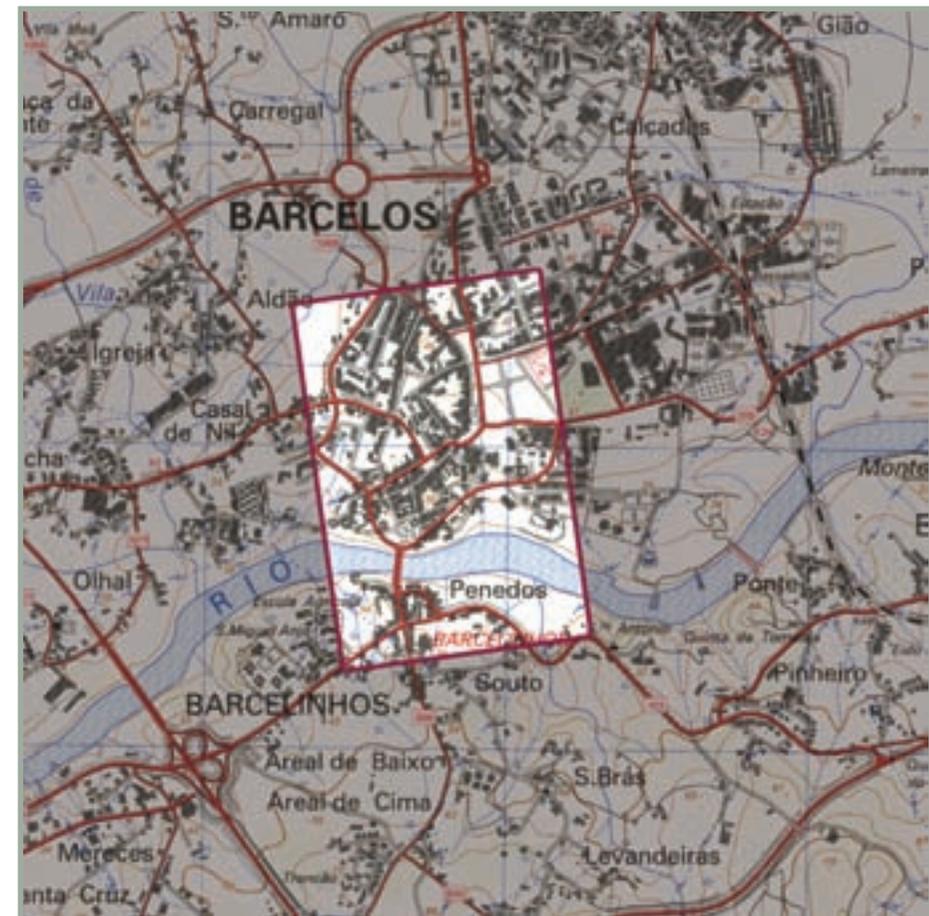
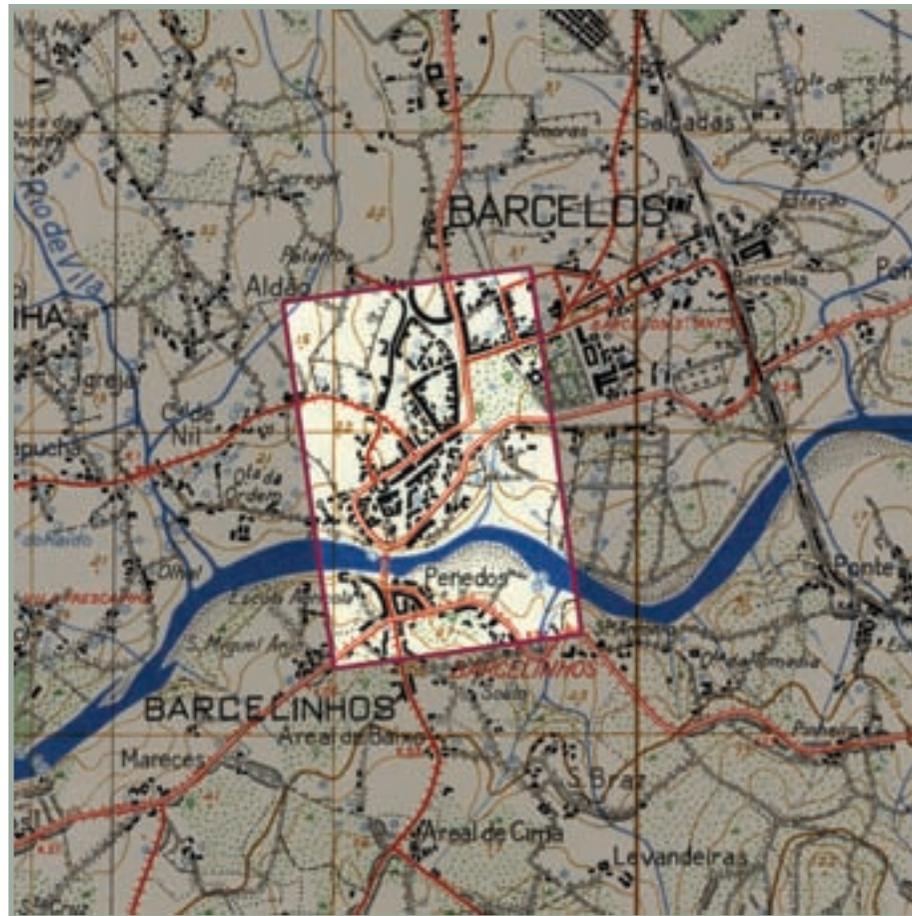


© Instituto Geográfico Português / 2005

BARCELOS

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Barcelos / Serviços Cartográficos do Exército; trabalhos de campo cap.^{tes} S. Pessoa... [et al.]; des. Artur Valente; des. lit.^{co} J.^{to} Marques. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa]: S. C. E., [1953]. - 1 mapa topográfico: color.; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; fl. 69).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

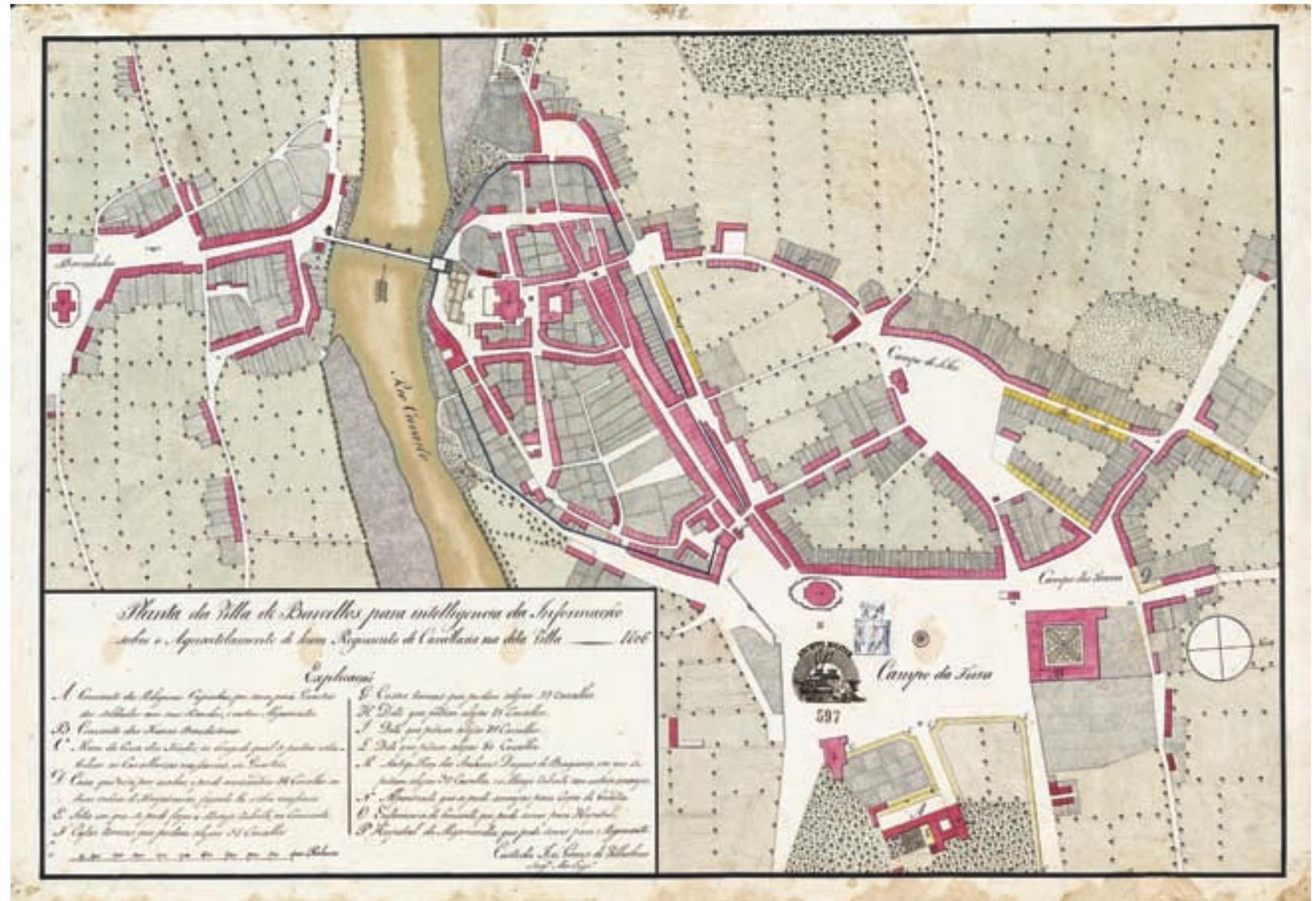
Barcelos / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa: I. G. E., 1997. - 1 mapa topográfico: color.; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; fl. 69).

Em 1806, quando se ordenou ao oficial engenheiro Vilas Boas que se pronunciasse sobre a instalação de um quartel de cavalaria, ele, que tão bem conhecia a região do Minho, deixava-nos este retrato, “para fixar as ideias”, do que era então Barcelos. Com a planta, seguia também para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra uma *Resposta às instruções...* e uma longa carta de justificação. Para economizar meios, o referido engenheiro propunha duas soluções, que na planta se encontram explicitadas por meio de letras: desalojar os frades capuchos, sem “utilidade alguma” em Barcelos, e instalar o quartel no seu convento (assinalado com a letra A), encostando as cavalariças ao muro da cerca, ou então ocupar o antigo Paço dos Duques de Bragança (M), que só tinha paredes e uma delas arruinada, junto à ponte sobre o rio Cávado, para além de uma casa inacabada no Campo dos Touros e de alguns alojamentos a construir no Campo da Feira. Preferindo a primeira hipótese, rejeitava, por completo, a instalação no Convento das Freiras Beneditinas (B), porque, para além de velhas e úteis pelo seu trabalho de fiação, costura e confeitaria, as 14 freiras residentes mereciam “pelo seu sexo, pela sua idade e pelos hábitos adquiridos que se avalie compassivamente o incómodo da mudança”.

Como se vê, este projecto implicava alterações nas estruturas medievais de um centro urbano de grande importância no contexto regional (Barcelos, com o seu termo, contava nessa altura mais de 18 000 fogos, enquanto Braga, por exemplo, não atingia 8000). Por aqui passava a principal via de circulação norte-sul da região, cujo dinamismo a ponte construída no século XIV veio incrementar. A esta ligação a Barcelinhos, do outro lado do rio, aliavam-se o Paço, castelo apalaçado há muito sofrendo de ruína, e as muralhas de configuração oval, com as suas portas de acesso, em cujo exterior se situava o Campo da Feira, datando dos começos do século XV e onde ainda hoje se realiza a feira semanal.

Nascido próximo de Barcelos e assassinado em Braga, juntamente com o general Bernardim Freire de Andrade de quem era quartel-mestre, ambos acusados de traição e jacobinismo, Vilas Boas desenvolveu o essencial da sua actividade como engenheiro militar nesta região, que conheceu e descreveu como ninguém à época (L. M. Moreira, 2004). Da sua obra destacam-se, quer os mapas (nomeadamente o *Mappa da provincia d'Entre Douro e Minho*, levantado a partir de 1794, que chegou a ser impresso), quer os projectos de encanamento do rio Cávado (1800) ou das obras no porto de Viana (1805), quer ainda cadastros e descrições geográficas, etc.

Apesar do fim específico desta planta, que condicionou a informação discriminada, o detalhe com que se representaram os edifícios (a vermelho), distinguindo os que deveriam ter obras (a amarelo) de acordo com cada um dos dois projectos propostos, e os respectivos arruamentos, fazem dela provavelmente a mais antiga imagem de Barcelos e, com certeza, a sua primeira representação moderna.



VILAS BOAS, Custódio José
Gomes de, 1771-1809

Planta da villa de Barcellos : para intelligencia da informação sobre o aquartelamento de hum regimento de cavallaria na dita villa / Custodio Jozé Gomes de Villasboas, sarg.º mor engr.º. - Escala [ca. 1:1800], 1000 palmos = [12,1 cm]. - 1806. - 1 planta : ms., color. ; 49 x 71 cm.

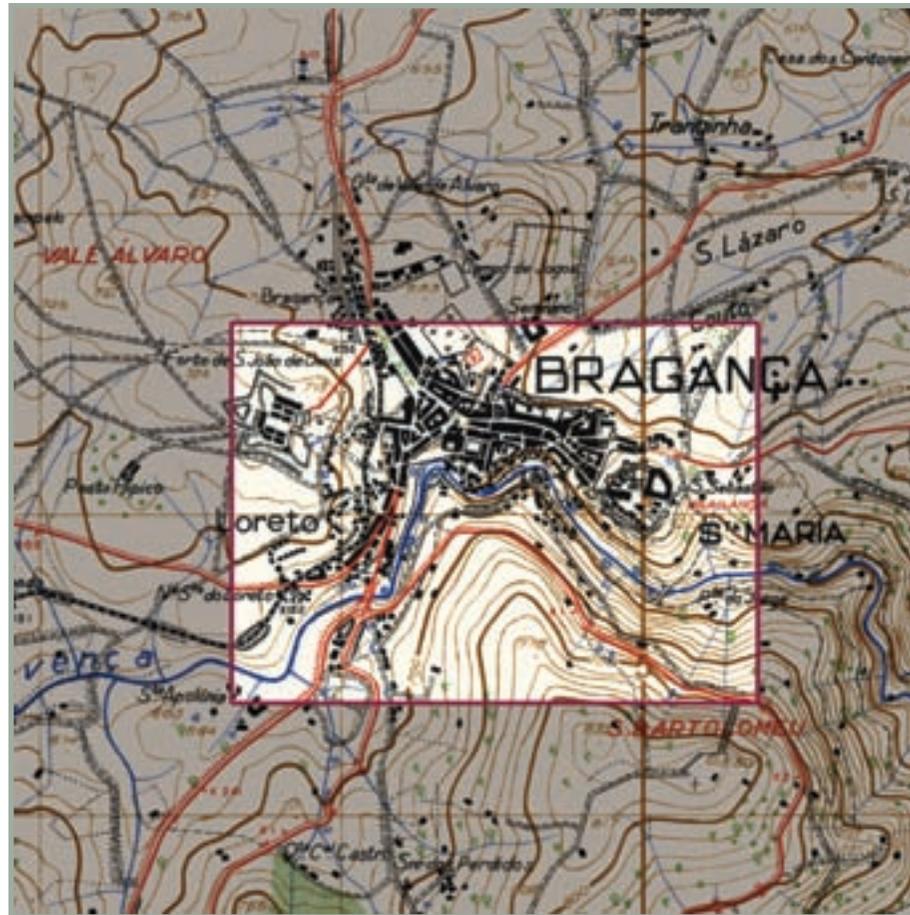
682-1-4-7 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Bragança / Serviços Cartográficos do Exército ; trabalhos de campo tenentes mil.^{os} Candeias Duarte, Oliveira Rodrigues ; des. ten. Telmo P. dos Santos. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1953]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 38).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

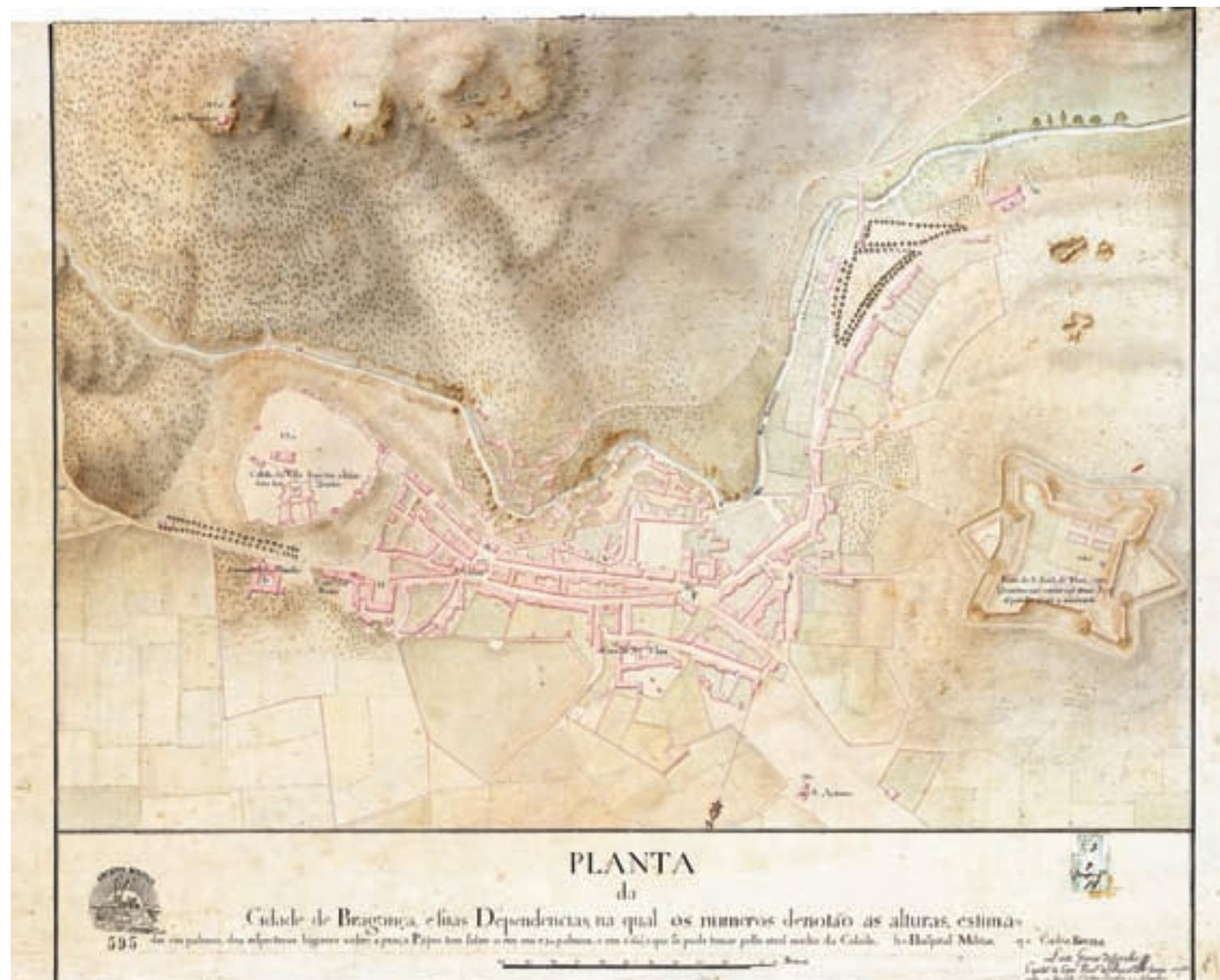
Bragança / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1996. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 38).

Atravessada pelo Fervença, afluente do Sabor, a cidade de Bragança, não muito distante da fronteira com a província espanhola de Zamora, desenvolveu-se inicialmente na margem norte do rio, a partir do antigo castelo construído a Oriente. Entretanto envolvida por uma dupla cintura de muralhas, cingindo o núcleo primitivo e os arrabaldes, o crescimento que conheceu a partir dos finais de Setecentos “procedeu à custa de Miranda [devido à mudança da diocese] e do grande comércio por contrabando que (...) se faz desta cidade com Espanha, em fazendas inglesas” (A. J. B. de Vasconcellos e Sá, 1840). Depois, no decurso do século XX, estender-se-ia para Norte e ainda mais para Oeste.

Levantada a planta antiga, em 1801, por Luís Gomes de Carvalho, este mesmo oficial tinha já efectuado, em 1797, levantamentos topográficos em Trás-os-Montes. Nesta altura, perante nova ameaça de invasão espanhola, reconheceu, em companhia de Carlos Frederico Bernardo de Caula (1766-1835), os castelos principais da fronteira (Outeiro, Vimioso, Bragança, Montalegre e Monforte) e executou ainda, para apoiar as operações militares, a *Carta topographica da parte da provincia de Trás os Montes comprehendida entre o Douro e o Sabor até Bragança...*, levantada de forma expedita e acompanhada por um relato das particularidades do terreno.

Quando foi novamente chamado a Trás-os-Montes, logo no começo de Oitocentos, Gomes de Carvalho redigiu então (ou completou) a planta de Bragança (e também a de Chaves), com muitas similitudes com a anteriormente levantada, que tinha anexa a do castelo, três vezes mais detalhada. Mandado apresentar-se em Braga, ao marquês de Rozière, que então comandava o Exército de Entre Douro e Minho, trazendo consigo cartas, plantas e observações que tivesse feito sobre a região, este o considerou digno de “empregos de maior momento” e que “de tudo o que se encarregar dará a melhor conta de si”. Era o reconhecimento merecido, que mais tarde haveria também de comprovar com os trabalhos de abertura da nova barra de Aveiro (1808).

Diziam, em 1797, Caula e Gomes de Carvalho a propósito de Bragança: “Todos os lugares que temos percorrido na maior parte da fronteira desta província, em que ainda existem alguns restos de fortificações antigas, são quase de nenhuma consequência para a sua segurança. Nós o fizemos ver falando dos castelos de Vimioso, Outeiro, Monforte e Montalegre (...) e com os pequenos conhecimentos que pudemos adquirir da fronteira, pela ocasião do reconhecimento dos quatro castelos mencionados, observámos, do modo que nos era possível, que o meio de aproveitar todas as fortificações naturais que oferecessem os rios, ribeiras, escarpas (...) era muito mais eficaz do que tudo quanto se poderia esperar dos ditos castelos, apesar de todos os melhoramentos que eles pudessem admitir”. Para pôr Bragança fora dos “insultos” espanhóis, propôs obras no castelo, para suplantar os defeitos apontados, a construção de um reduto no monte de S. Bartolomeu, que domina a cidade, e o abandono do Forte de S. João de Deus, já então em grande parte arruinado.



CARVALHO, Luís Gomes de, 1771-1826

Planta da cidade de Bragança, e suas dependencias : na qual os numeros denotão as alturas, estimadas em palmos, dos respectivos lugares sobre a praça P., que [sic] tem sobre o rio, em r 30 palmos, e em s 60, e que se pode tomar pello nivel medio da cidade / Luiz Gomes de Carvalho, capitão do Corpo Real dos Engenheiros, empregado no Exército d'Entre Douro e Minho. - Escala [ca. 1:1700], 100 braças = [12,7 cm]. - 1801. - 1 planta : ms., color. ; 49 x 63 cm.

3829-1-4A-8 (DIE)

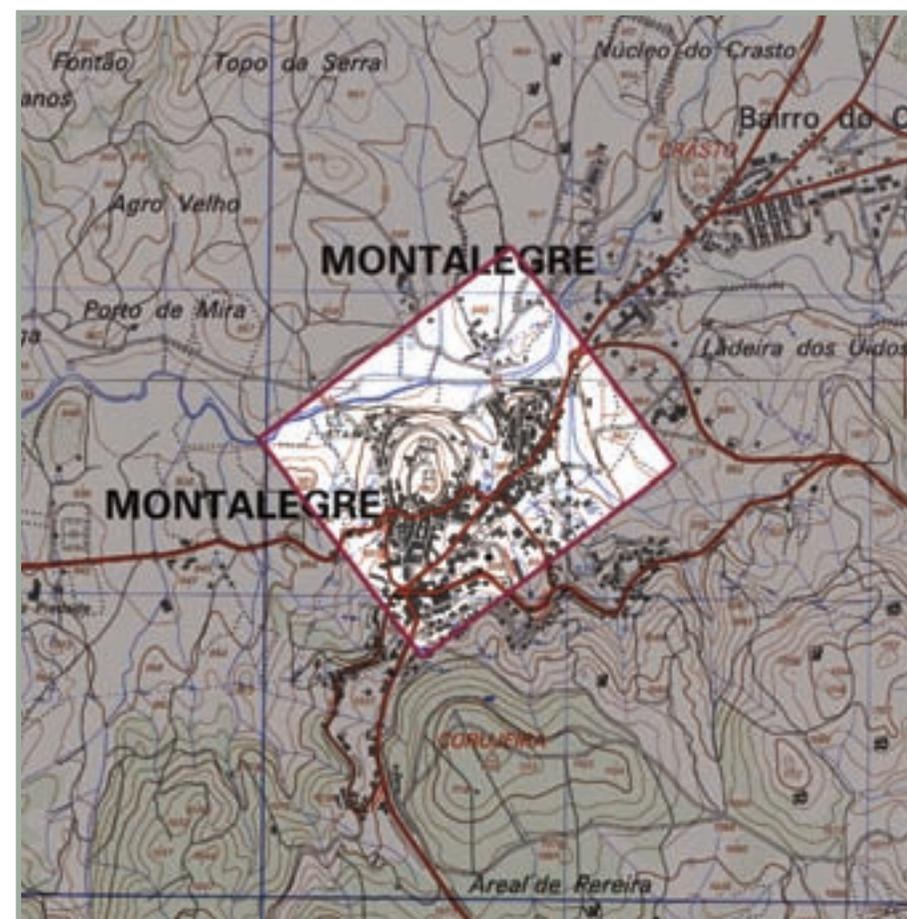
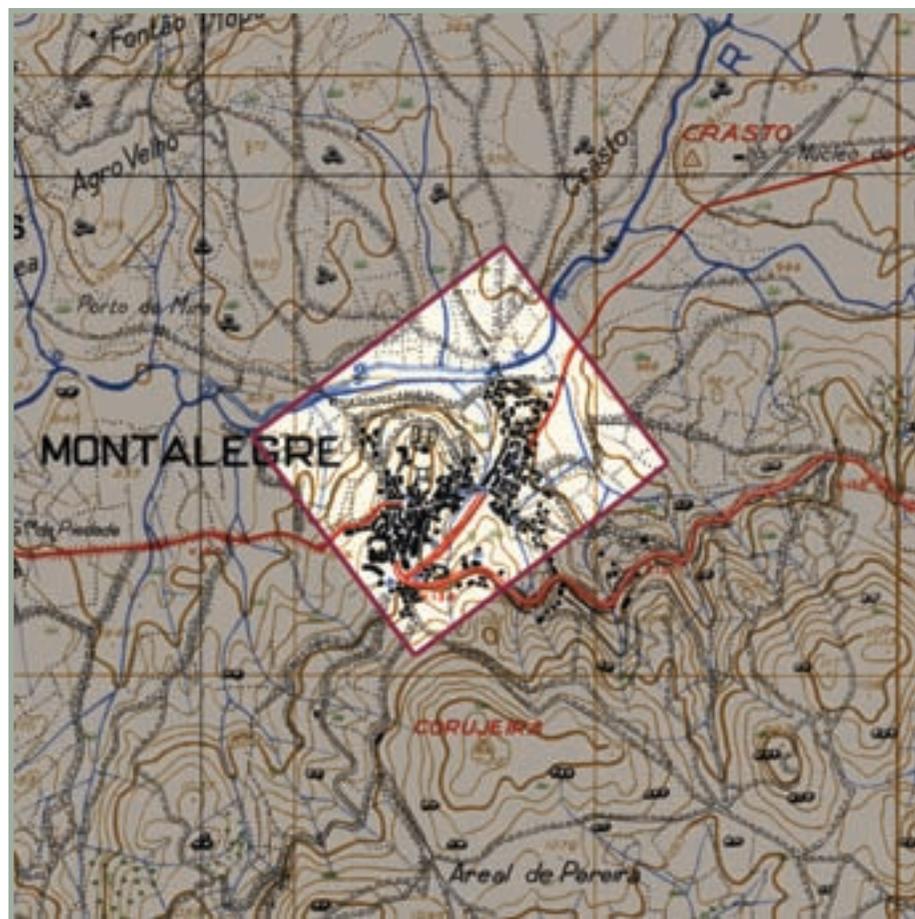


© Instituto Geográfico Português / 2005

MONTALEGRE

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

[Montalegre, Tourém] / Serviços Cartográficos do Exército. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1953]. - 2 folhas : color. ; 40 x 64 cm cada. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 32, 19). - Extraído de 2 folhas contíguas da carta.



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

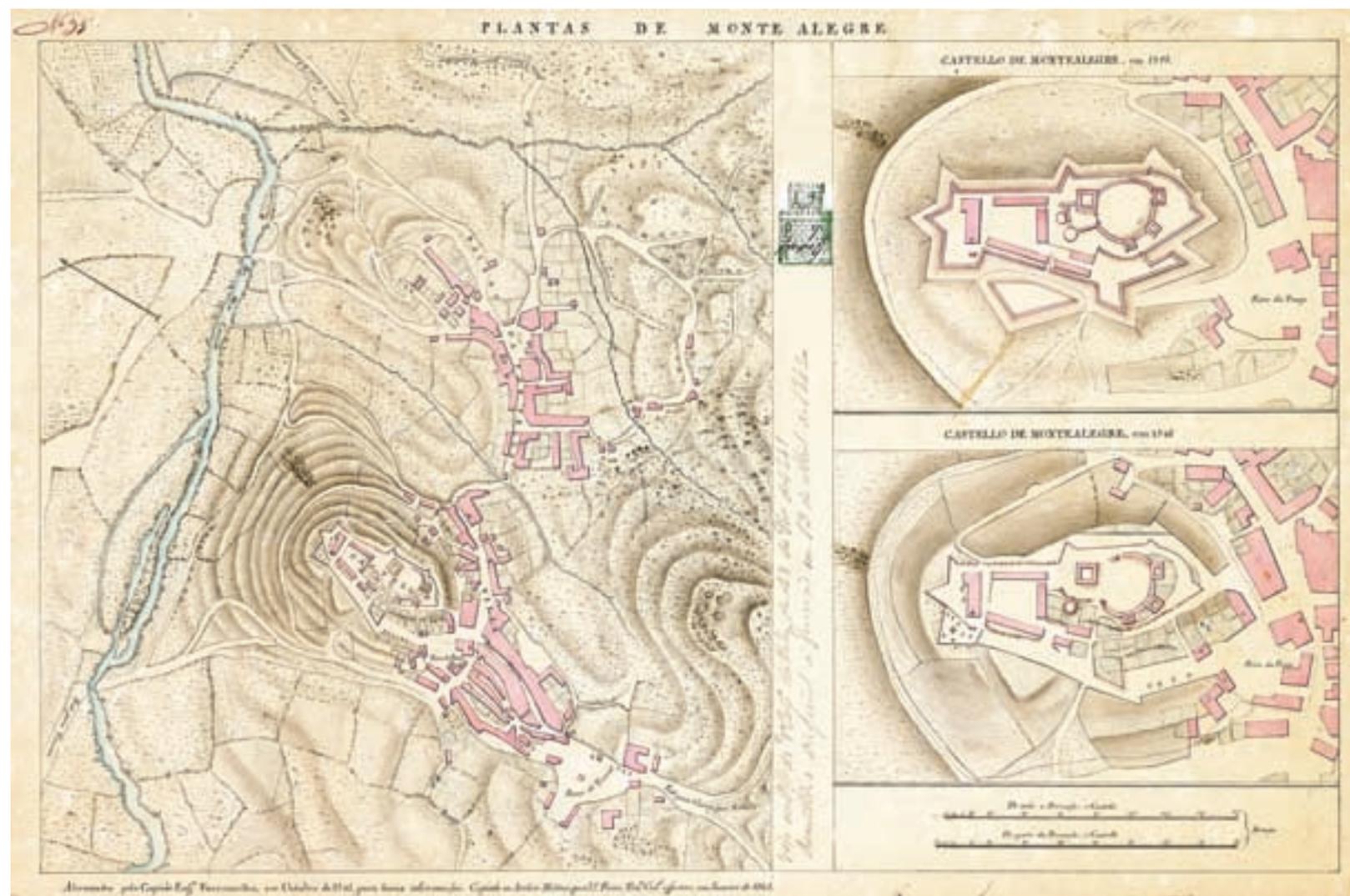
[Montalegre, Tourém] / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1996. - 2 folhas : color. ; 40 x 64 cm cada. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 32, 19). - Extraído de 2 folhas contíguas da carta.

Situado na margem esquerda do rio Cávado, pouco depois de nascer na Serra do Larouco, o castelo de Montalegre foi erguido num topo que se eleva a 1000 metros, enquanto a vila se desenvolveu nas áreas de menor declive, para Este e Sul. Como muitos outros lugares da fronteira, onde desde cedo se estabeleceram castelos que, durante a Guerra da Restauração, se reformaram e amuralharam, com a evolução das tácticas e das armas de guerra eles deixaram de ter grande préstimo. Nos finais de Setecentos, já considerados de pouco interesse, estavam em parte arruinados, pelo que se tornavam necessárias vultuosas despesas para a sua recuperação. Por isso, muitas das acções de reedificação neste período, meramente pontuais, permitiram apenas manter guarnições militares de pequena envergadura. Ao longo da raia transmontana, vários são os locais apontados, à época, na mesma condição: Miranda do Douro, mal situada e continuando arruinada desde a invasão espanhola de 1762; Freixo de Espada à Cinta, pelos mesmos defeitos dos castelos construídos antes da aplicação da pólvora às armas de fogo e pelo alcance da artilharia inimiga; Outeiro, na estrada que de Espanha conduz a Quintanilha e ao interior da região, cujo forte os espanhóis também haviam demolido; Bemposta, que nem sequer mereceria o nome de castelo; Mogadouro, Moncorvo, Vimioso, etc., igualmente com problemas. Mas a Natureza tinha-se encarregado de criar, nesta região, boas condições para a defesa militar, dada a aspereza do terreno, pelo que o seu conhecimento geográfico passou a ser de primordial importância.

O reconhecimento feito em 1797 por Carlos Frederico de Cauła e Luís Gomes de Carvalho, com o qual é comparado este de 1841, mostrou que a situação de Montalegre apenas permitiria “pensar que o inimigo não pode ter senão dois objectos que o conduzam a entrar para esta parte: ou para devastá-lo e roubar os seus gados, de que abunda este país, ou para dirigir-se à província do Minho pela estrada que vai a Braga”. Mas os seus habitantes, “virtuosos e valentes”, embora “pouco civilizados” como os vizinhos galegos, tornavam aqui dispensável a autoridade militar em tempo normal, pelo que o castelo apenas deveria ser preservado “como monumento de antiguidade” (A. J. B. de Vasconcellos e Sá, 1840).

Autor deste importante relatório relativo ao estado das fortificações de Trás-os-Montes, que a planta de Montalegre e outras ilustravam, Vasconcelos e Sá fez parte ainda das comissões mistas luso-espanholas de demarcação da fronteira nas décadas de 50 e 60, para além de ter sido deputado às Cortes entre 1853 e 1856. O oficial José Joaquim Freire (1760-1847), que copiou a planta, fora desenhador da Casa do Risco do Jardim Botânico, tendo acompanhado a Real Expedição Filosófica ao Brasil (1783-1792), em conjunto com Manuel Tavares da Fonseca, onde trabalhou com os engenheiros e matemáticos nas demarcações. Depois (1803) ingressaria no Real Corpo de Engenheiros, passando a desenhador do Arquivo Militar, por ter ficado impossibilitado de serviço activo na sequência de um acidente de cavalo durante a Guerra Peninsular.

MONTALEGRE



SÁ, Alexandre José Botelho de Vasconcelos e, 1805-1871

Plantas de Monte Alegre / levantadas pelo capitão eng.º Vasconcellos, em Outubro de 1841, para hum informação ; copiado no Archivo Militar, por J. J. Freire, ten.º cor.º effectivo, em Janeiro de 1842. - Escala [ca. 1:1750-1:3500]. - 1842. - 3 plantas numa folha : ms., color. ; 32 x 49 cm.

3066-2A-25-35 (DIE)

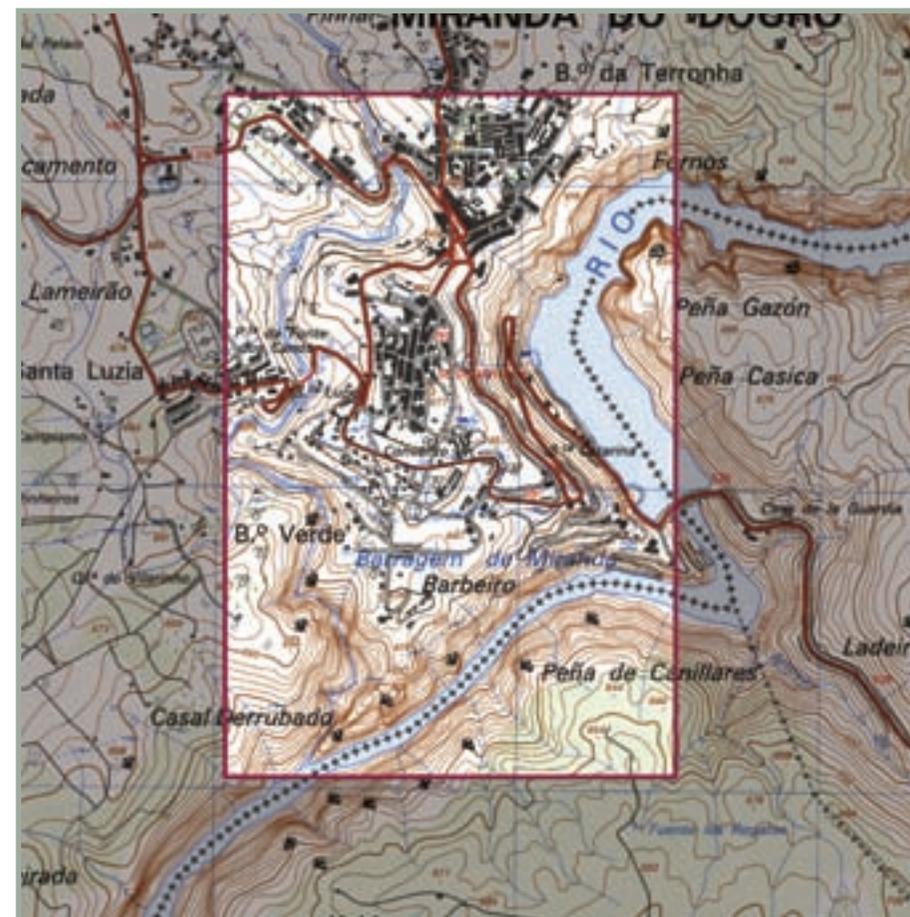
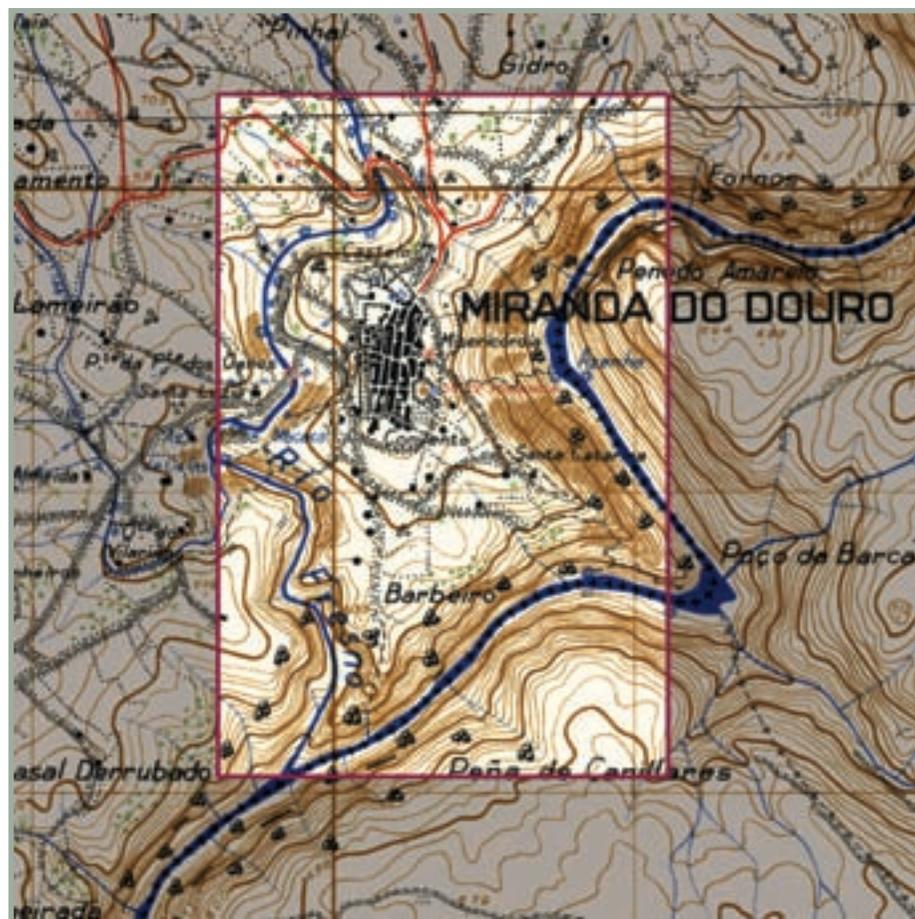


© Instituto Geográfico Português / 2005

MIRANDA DO DOURO

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Miranda do Douro / Serviços Cartográficos do Exército ; trabalhos de campo capitão Fernando L. Jordão Tavares ; des. ten. mil.º Carvalho Coelho. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1953]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 81).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

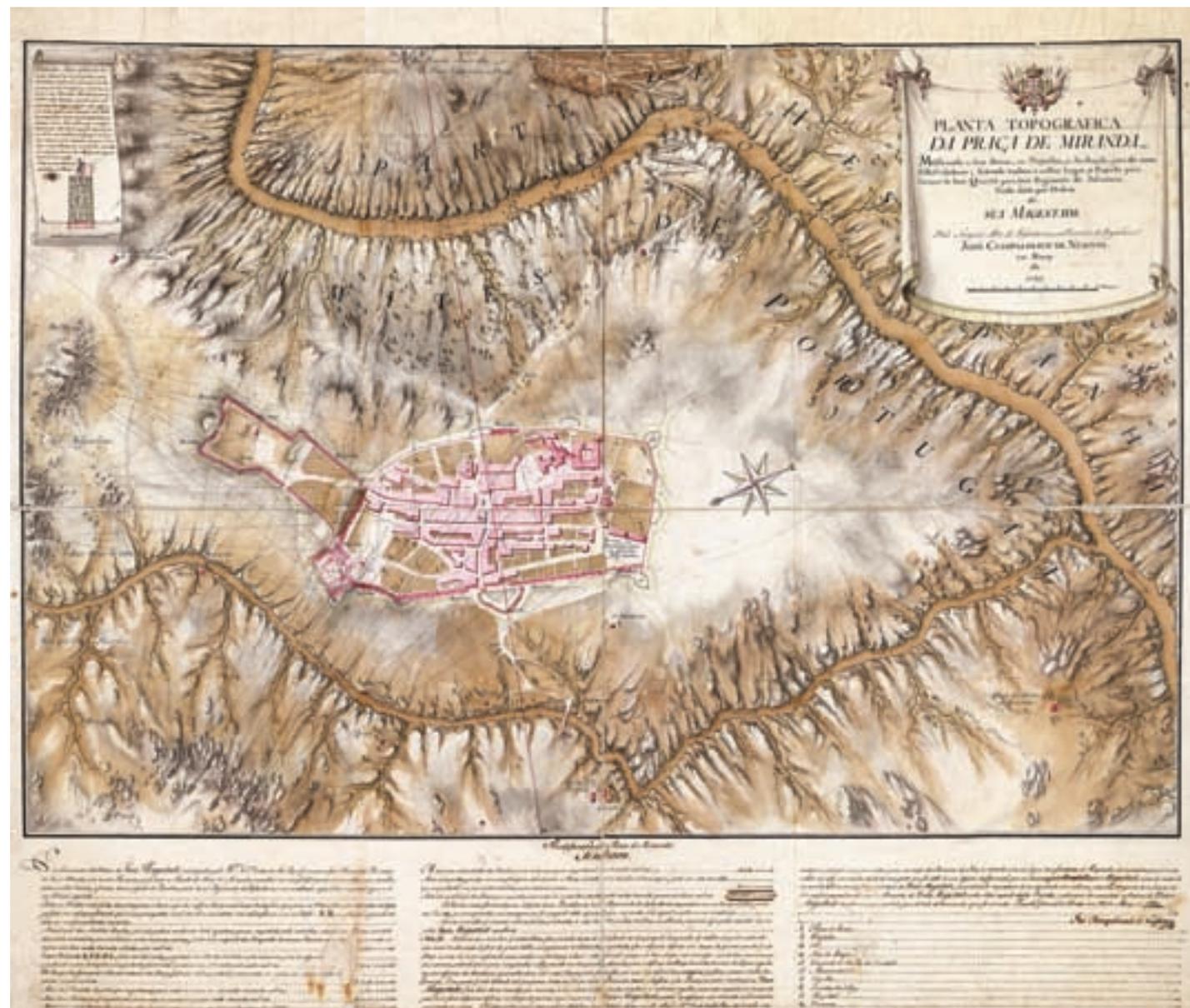
Miranda do Douro / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1996. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 81).

Próximo da fronteira oriental de Trás-os-Montes, no local da confluência com o Douro de um rio que “está totalmente seco de Verão” – o rio Fresno –, e dominando a mais de 650 metros de altitude as vertentes abruptas destes vales, Miranda do Douro assistiu à destruição da sua praça em Maio de 1762. As posições dos espanhóis no terreno e os resultados por estes infligidos são retratados na planta levantada por Champallimaud de Nussane 18 anos depois, na qual o autor localizou as baterias inimigas e pintalçou de vermelho as brechas abertas nas muralhas. Uma violenta explosão do paiol da pólvora, na mesma altura, fez praticamente desaparecer o castelo, já antigo, aí também representado. A esse velho castelo, mandado edificar no reinado de D. Dinis na extremidade noroeste, associava-se uma cerca urbana irregular, destinada a proteger a população. Da porta oriental se descia para o Douro por uma ladeira íngreme, onde uma barca de passagem foi devidamente assinalada na planta (passando a travessia a ser feita mais tarde por um aparelho de cordas), enquanto da porta ocidental se passava para lá do rio Fresno por uma ponte de pedra.

Champallimaud de Nussane, que trabalhou sobretudo na região do Minho, foi chamado em 1780 a Miranda do Douro, com vista à reconstrução da praça, cujas diligências relata na margem inferior do documento que levantou. Este engenheiro militar francês, que veio para Portugal na altura da denominada Guerra Fantástica (1762-1763) como muitos outros oficiais estrangeiros, ficou sobretudo conhecido pelas obras realizadas nas fortificações de Valença (1766 e 1777), embora tivesse ainda dirigido as obras públicas na cidade do Porto (nos finais da década de 80), participado no delineamento da estrada de Guimarães ou estabelecido planos de defesa de toda a costa e do Minho.

A planta de Miranda era acompanhada de, pelo menos, duas outras com o quartel projectado para o regimento de infantaria e, ainda, de uma belíssima vista da praça, tirada do lado poente, onde se assinalavam as destruições feitas pelos espanhóis, e de um perfil, segundo a direcção CD nela marcada, mostrando como “está enfiada pelos fogos do inimigo” (conjunto de documentos hoje repartido por arquivos diferentes). Propondo embora a reconstrução do que fora destruído, cujo orçamento anexa, o autor defende que “o lugar que se deve preferir, e fortificar, é o Outeiro (...), tanto pela sua vantajosa situação como por se achar quase no meio da província de Trás-os-Montes, a uma légua das fronteiras de Espanha”, de que estabeleceu um esboço.

Tendo sido elevada a cidade e a sede de diocese em meados do século XVI mas sujeita desde sempre às investidas espanholas, em 1780, no momento em que é finalmente planeada a sua reconstrução, a diocese instalava-se definitivamente em Bragança, ditando-se assim a decadência deste pequeno centro urbano, que se manteve praticamente contido dentro do seu perímetro amuralhado até meados do século XX. Só depois se espalharia para Norte, ao mesmo tempo que ao lado, no rio Douro, se construía a barragem.



NUSSANE, José Champallimaud de, fl. 1762-1796

Planta topografica da praça de Miranda : mostrando as suas ruínas, os projectos, e a avaliação, para de novo se restabelecer : notando também o melhor lugar, e projecto para formar se hum quartel para hum regimento de infantaria / tudo feito por ordem de Sua Magestade pelo sargento mor de infantaria, com exercicio de engenheiro, Jozé Champalimaud de Nussane, em Março de 1780. - Escala [ca. 1:1800], 100 braças = [12,5 cm]. - 1780. - 1 planta : ms., color. ; 98 x 122 cm.

3108-2-21-30 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Porto / Serviços Cartográficos do Exército; trabalhos de campo cap. Pires Neves, Gaspar e J. Tavares; des. cap. A. M. Romão; des. litog. J. Marques. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa]: S. C. E., [1952]. - 1 mapa topográfico: color.; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; fl. 122).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Porto / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa: I. G. E., 1999. - 1 mapa topográfico: color.; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; fl. 122).

Autoria da imagem antiga aqui mostrada, vulgarmente conhecida por “planta redonda”, tem sido atribuída a George Balck, assistente do quartel-mestre general do Exército britânico, que a dedicou a Nicolau Trant, governador das Armas do Partido do Porto. Editada em 1813 em Londres, e depois em Lisboa já com correcções, desconhece-se, no entanto, se os levantamentos que lhe deram origem são efectivamente da responsabilidade desse oficial inglês. A este exemplar manuscrito, que poderia ter preparado a versão impressa em Portugal, sem data mas talvez anterior à planta de 1833, a seguir referida, falta-lhe a explicação das letras e números nela inscritos, que preenchem os cantos nas outras versões, correspondentes a ruas e edifícios notáveis. Na margem direita do Douro assinala-se: “Foi perto deste sitio que desembarcou na passagem do Rio o primeiro destacamento do Exercito Alliado na expulsão dos Vândalos pelo Grande Wellington em o 1.º de Maio de 1809” (12 de Maio de 1809, na versão inglesa).

Uma imagem idêntica é mostrada na mais extensa *Planta da cidade do Porto e golpe de vista sobre seus contornos...* (ca. 1:7000), preparada em 1833 a partir de vários trabalhos sob a coordenação de Filipe Neri Gorjão, arranjada e desenhada por Saldanha Machado, onde aliás se nota ainda o círculo limitativo da cidade. Já em 1832 se trabalhava afadigadamente no Arquivo Militar em várias cópias, quer da planta da cidade, quer da carta mais geral (como se comprova pela correspondência de quem coordenava os trabalhos à época). Reconhecida como a mais antiga planta do Porto, esta representação persistiria, na realidade, até quase aos finais de Oitocentos, mais ou menos arranjada.

Segundo os dados disponíveis, que Marino Miguel Franzini utilizou (ca. 1804), o Porto tinha, em 1786, quase 85 000 habitantes e um pouco mais de 15 000 fogos. Desconhecendo embora valores da época, este oficial admitiu, no entanto, que tivesse tido um crescimento muito considerável. Porto fluvial e marítimo, a cidade conhecia então uma enorme prosperidade, devida sobretudo à exportação do vinho que a tornou famosa no mundo. O Douro era na altura navegável para além de Peso da Régua, o maior entreposto deste comércio, e tentara-se, em finais de Setecentos e na segunda década do século seguinte, que tal fosse possível até Barca de Alva, em cujas obras participava a Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Quando se construiu o porto de Leixões, em finais do século XIX, para responder à moderna navegação marítima, já estavam em funcionamento as duas pontes, a de D. Maria e a de D. Luís, abertas ao trânsito de comboios e de carros alguns anos antes, consolidando-se com isso o papel da cidade do Porto como ponto de passagem obrigatória no eixo norte-sul que atravessa a região litoral. Ao contrário de Lisboa, a mancha urbana foi-se diluindo ao longo do tempo num espaço densamente ocupado e sem grandes obstáculos naturais à sua expansão, com excepção da parte oriental (S. Daveau in O. Ribeiro *et al.*, 1989, vol. III, p. 901-905).



CIDADE DO PORTO

Cidade do Porto. - Escala [ca. 1:7300], 400
braças = [12,1 cm]. - [1813-1833]. - 1 planta :
ms., color. ; 53 x 47 cm + legenda.

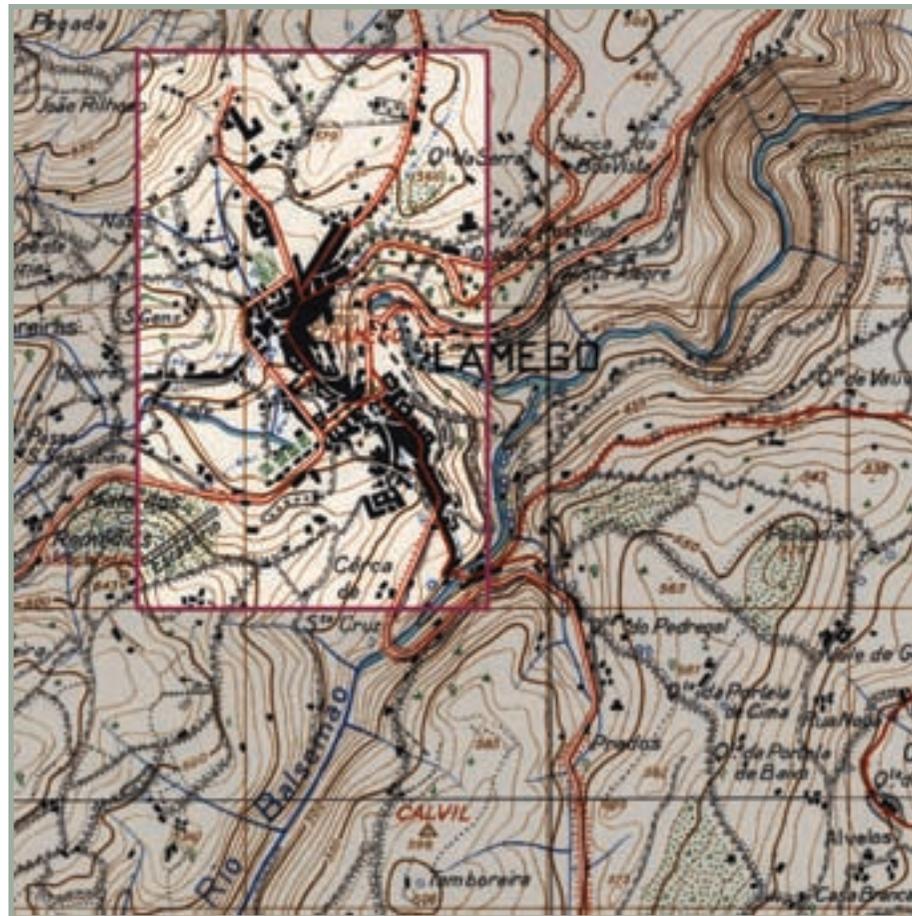
3679/II-3-35-48 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Lamego / Serviços Cartográficos do Exército ; trabalhos de campo cap. Godinho... [et al.] ; des. Major Barbosa de Magalhães. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1949]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 137).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Lamego / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1998. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 137).

“Quer demonstrar, quase no fim do século décimo oitavo, que quanto menos uma Nação cuida na fábrica dos caminhos públicos, e nos seus anuais reparos, mais se avizinha da barbaridade, da ignorância e da pobreza é, sem dúvida, querer persuadir uma verdade de que todo o mundo está mais que convencido”, assim começava a *Idea patriotica sobre o caminho que se pertende fazer de Lamego para o Douro...*, que provavelmente deverá ter sido escrita por José Aufdiener, cerca de 1790. Tal caminho “facilitará muito o importante comércio que esta cidade faz por aquele rio, com a praça do Porto e, por mil canais, com todas as terras da Beira Alta (...), a exportação dos vinhos de embarque (...), a cultura das belas quintas (...) e, finalmente, facilitará a comunicação de todos os habitantes deste território, que mais facilmente abandonam os seus negócios e a cultura das suas fertilíssimas terras do que se resolvem a passar, uma só vez, pelo mais incómodo e, mesmo, pelo mais perigoso de todos os caminhos”. A solução passava por construir uma estrada de Lamego até à Régua, dividida em duas partes pela diferente dificuldade do projecto, que deveria ser realizada com impostos obtidos na produção do vinho.

Especialista na construção de estradas, este engenheiro francês fora chamado pelo visconde de Balsemão para o Alto Douro, entrando ao serviço de Portugal em 1789; na sequência das Invasões Francesas seria preso e deportado para Inglaterra, onde, após várias peripécias, chegou doente e acabaria por morrer. Responsável por alguns projectos de grande relevo (nomeadamente o da construção de uma ponte em Sacavém ou ainda da estrada de Lisboa a Elvas e a Évora), entre finais de 1790 e até 1792 chefiou o delineamento da estrada de Lamego até à Régua, executado por Maximiano José da Serra. Dos trabalhos de ambos chegaram até aos nossos dias vários projectos e ofícios e, ainda, plantas, perfis ou nivelamentos, cujo conjunto se encontra hoje disperso e certamente incompleto. A estrada, cujo início se encontra assinalado na planta, seria construída até ao Portelo e, no troço que a ligava à Régua, subdividido em dois ramais, um em direcção à barca de Verão e outro à de Inverno, este passando pelo palácio do visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (aliás, regularmente informado por Serra do andamento dos trabalhos).

Esta planta antiga, muito expressiva, retrata com grande minúcia, para além das edificações e arruamentos, os extensos olivais e soutos, as parcelas de vinha e os campos cultivados, imediatamente em redor da cidade. O castelo, começado a construir no século XII, com uma muralha posterior envolvendo o antigo núcleo povoado, alinha-se ao longo de uma pequena colina, com uma saída para Sudeste por onde a cidade se alongava em direcção ao entalhado rio Balsemão, que conflui no Varosa, enquanto do extremo oposto irradiavam as saídas para Norte e, entre elas, a nova estrada para o Douro.



AUFFDIENER, José,
1761?-1812?

Planta da cidade de Lamego e seus arredores / levantada, por J. Auffdiener, no anno d' 1793 ; copiada, na Secretaria do Real Corpo d' Engenheiros, pelo 2.º tenente M. E. de Saldanha Machado, no anno de 1818. - Escala 1:2000. - 1818. - 1 planta : ms., color. ; 60 x 92 cm.

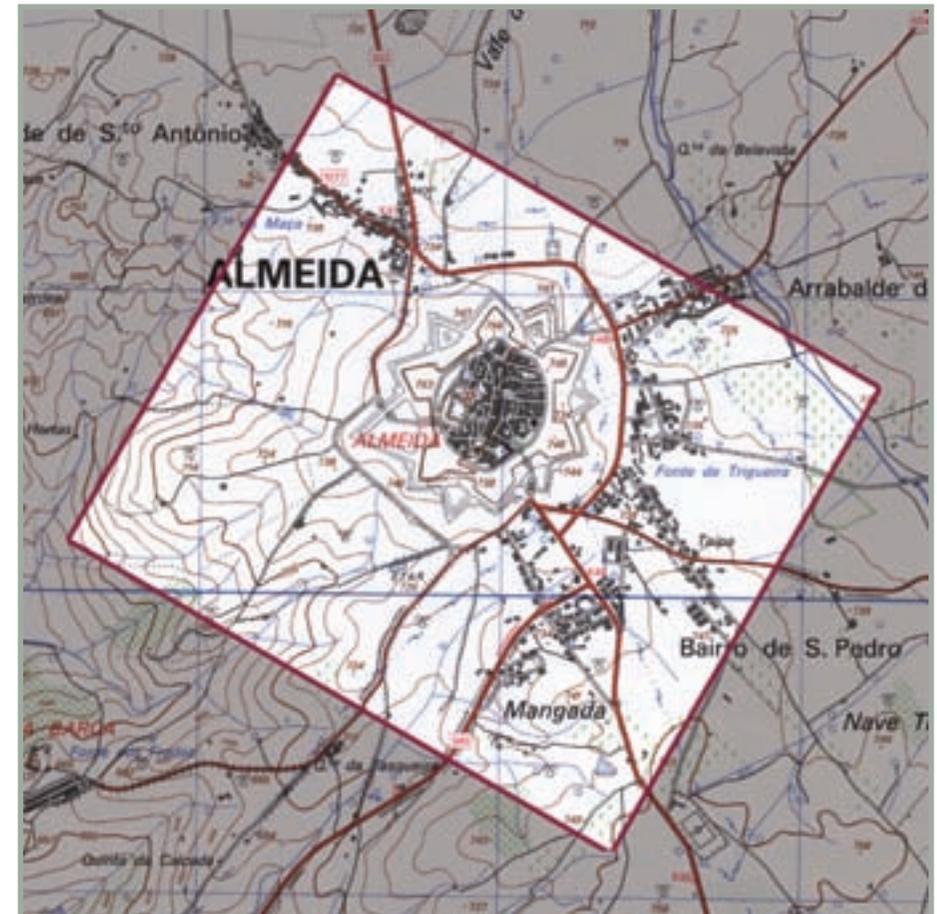
2076-2-17-24 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Almeida / Serviços Cartográficos do Exército ; levantada pelo cap. Almiro... [et al.] ; des. cap. A. M. Romão. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1939]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 183).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Almeida / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1998. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 183).

Idealizada para fazer face à posição de Ciudad Rodrigo, situada do lado espanhol, a praça de Almeida foi edificada durante o ciclo das Guerras da Restauração, terminado em 1668, e amplamente reconstruída durante a década de 60 do século XVIII e no começo do XIX. Considerada na altura como a única capaz de defender a extensa fronteira terrestre entre o rio Douro e o Tejo, com esta praça, que servia de base às operações militares, se protegeu a Beira Interior dos ataques espanhóis e se protegia todo o território nacional da entrada dos exércitos inimigos vindos desse lado da raia. Pelo seu papel e importância, a praça de Almeida era então comparável à de Elvas, embora os defeitos da sua posição topográfica e os da construção, à maneira holandesa, a tornassem mais difícil de defender do que a sua congénere alentejana.

De centro urbano medieval da região de Riba-Côa, desenvolvido em torno do seu castelo, Almeida foi transformada, a partir de Setecentos, em praça de guerra, transfigurando-se progressivamente dentro de um espaço coarctado pela sua cintura abaluartada e com as suas novas funções militares. Os danos provocados pelas guerras e por acidentes fortuitos foram-na também progressivamente renovando. Assim, em consequência da violenta explosão no paiol da pólvora, contíguo ao castelo, ocorrida em 1810, na altura das Invasões Francesas, quando foi começada a sua reedificação restavam apenas 180 casas habitáveis de entre as sete centenas existentes no recinto da praça de guerra: esta fora a mais violenta destruição que Almeida sofreu.

A primeira planta que se conhece hoje desta praça (1736) é devida ao distinto engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), que foi também responsável pela renovação do ensino da engenharia militar em Portugal e o autor de várias obras da especialidade, entre as quais o *Tratado do modo mais fácil, e o mais exato de fazer as cartas geographicas...* (1722) e *O engenheiro português* (1728-1729). Mas ela pouco mostra do interior edificado da fortaleza, com excepção do castelo, detalhando no entanto as muralhas exteriores.

Aluno brilhante da Academia Militar da Corte, excelente engenheiro e hábil desenhador, o que lhe valeu a sua nomeação em 1737 para trabalhar no Alentejo, o autor da planta aqui mostrada, Miguel Luís Jacob, é hoje lembrado, não só pelo levantamento de dezena e meia de praças alentejanas na década de 50 desse século, como pelas obras executadas em Almeida, na sequência daquela que ficou conhecida como a Guerra Fantástica (1762-1763). Das obras efectuadas para a sua reconstrução nos anos 60 do século XVIII por este engenheiro militar, que contaram com a colaboração de Anastácio António de Sousa e Miranda (1740-1825), resultaram vários documentos gráficos, entre plantas, perfis e alçados, das intervenções planeadas na Casa do Governo, no que fora o Convento das Religiosas ou no hospital e quartel.



JACOB, Miguel Luís, fl. 1726-1771

Planta da praça de Almeida & seus ataques /
tirada por ordem do marechal de campo, e
governador da mesma praça Francisco Mclean
pello sargento mor de infantaria com exercicio
de engenhr.º Miguel Luis Jacob. - Escala
[ca. 1:2100], 200 braças = [20,6 cm]. - 1764. -
1 planta : ms., color. ; 93 x 80 cm.

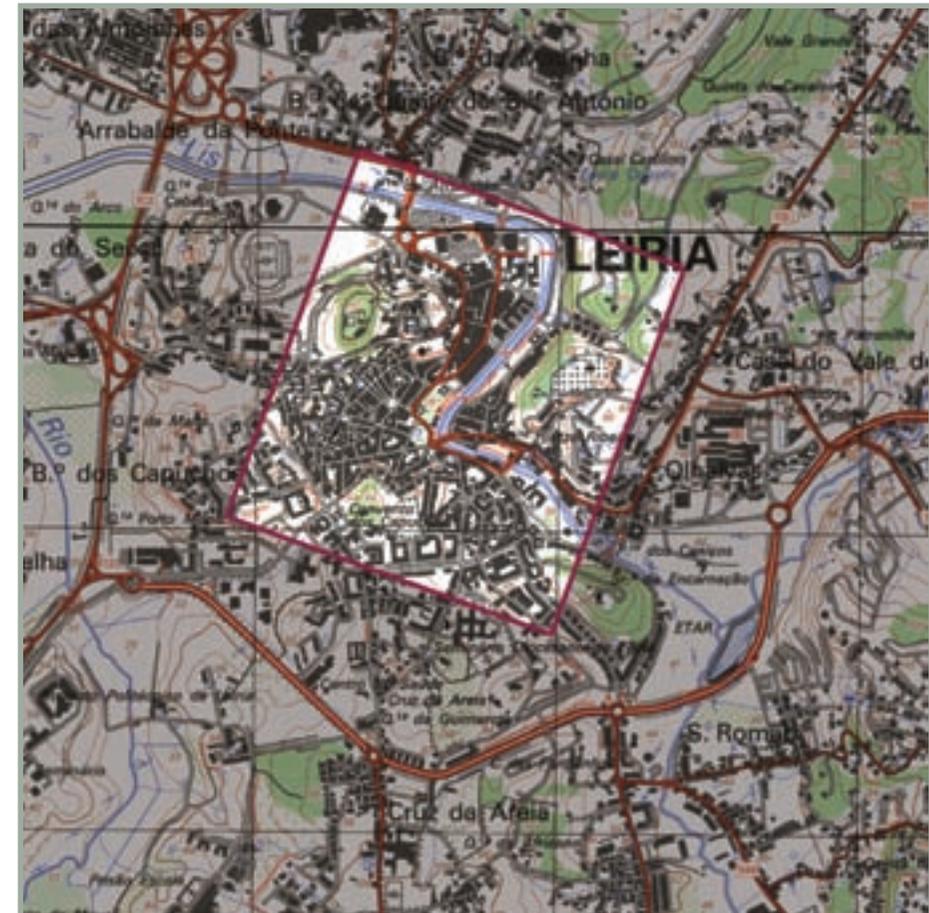
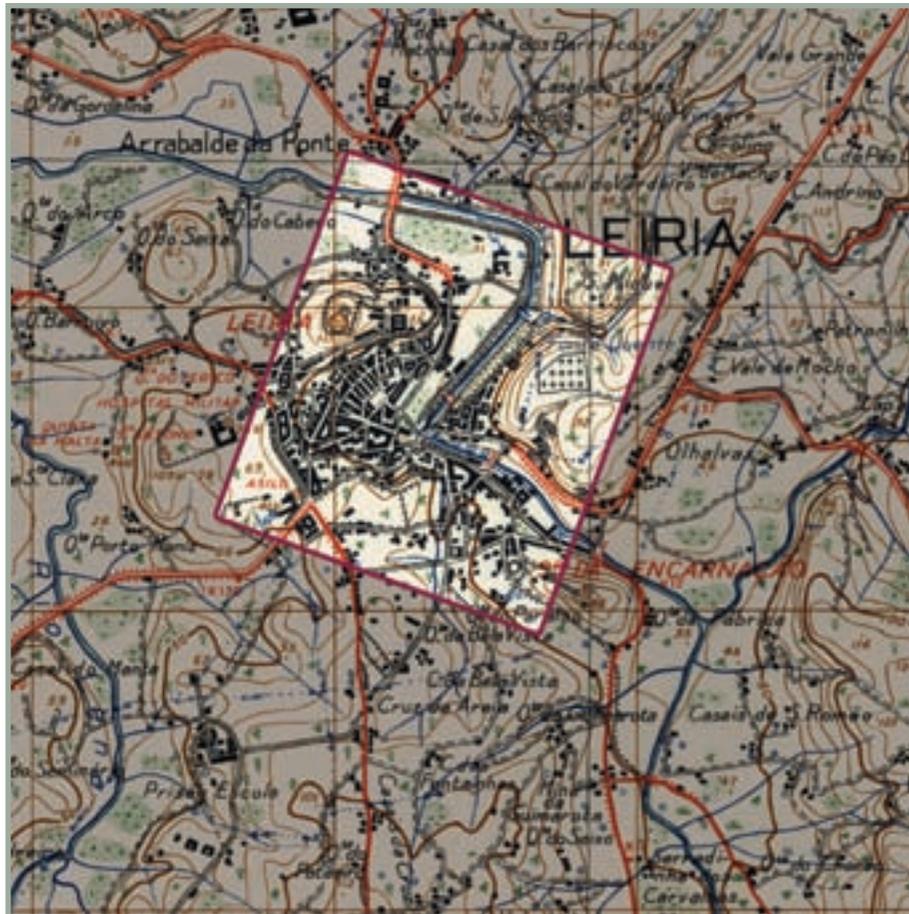
14-1-2-2 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Leiria / Serviços Cartográficos do Exército; trabalhos de campo cap. Froes de Almeida; des. cap. A. M. Romão. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1949]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 297).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

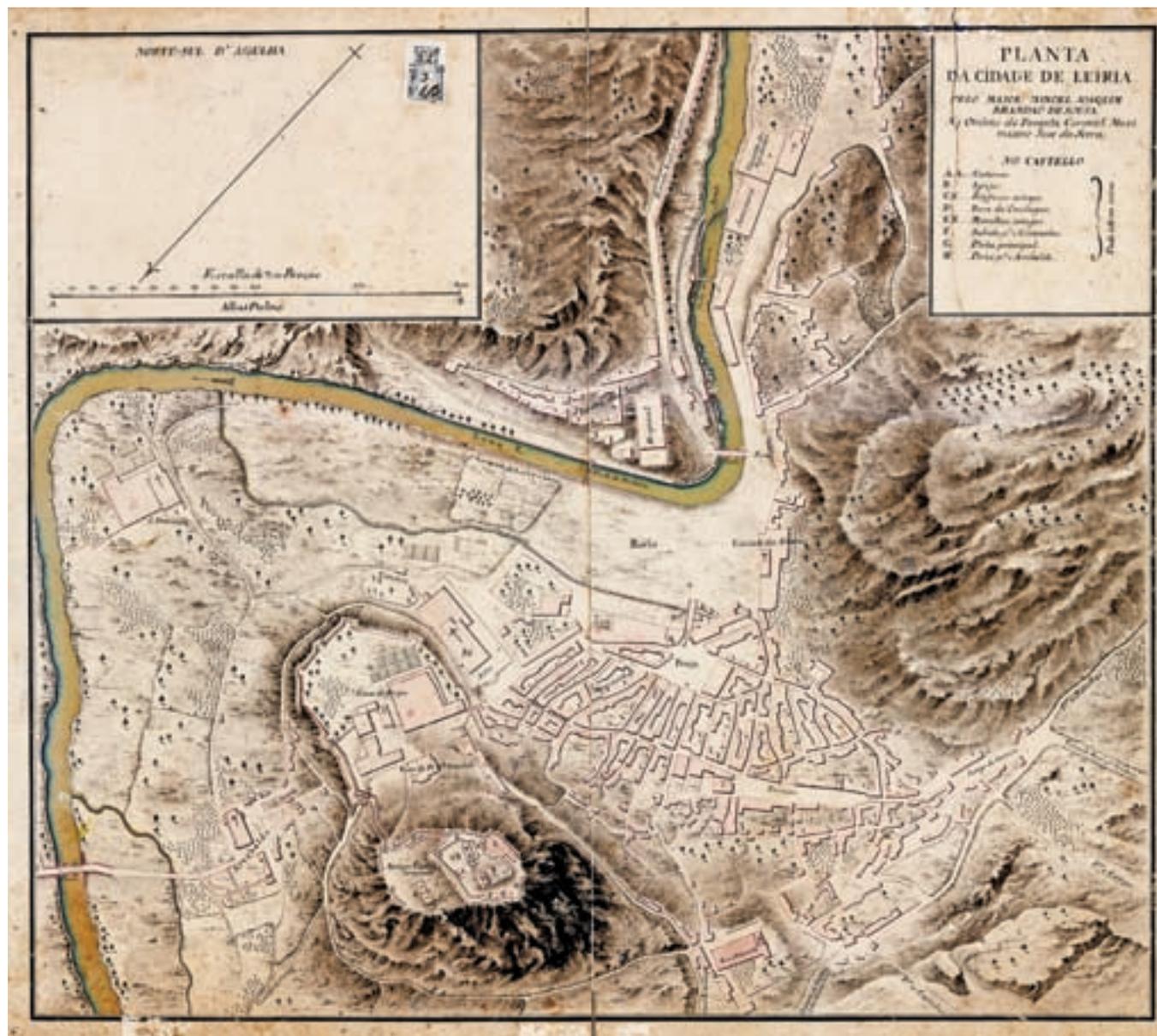
Leiria / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2004. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 297).

A Leiria liga-se estreitamente ao seu emblemático castelo, alcandorado num topo a 100 metros de altitude, já arruinado quando esta planta oitocentista foi levantada pelo oficial engenheiro Brandão de Sousa. Símbolo do poder da dinastia de Avis, mas anterior a ela, a cidade entrou depois em decadência, como toda a estrutura militar que anteriormente a suportara. Mas continuava a ser um local privilegiado na ligação por estrada entre Lisboa e Coimbra, o que justifica o seu levantamento nesta altura.

Do castelo se acedera outrora ao Arrabalde por uma porta localizada na parte setentrional, enquanto do lado oposto ficava a cidade moderna, com o seu vasto Rossio, em terrenos da margem plana do Lis (ou Lena, na planta, topónimo hoje reservado a um afluente da margem esquerda, imediatamente a jusante). Sobre este rio se marcaram três pontes, uma delas em madeira, e o açude. Da outra margem, onde ficava o bairro dos Anjos, partia a estrada real em direcção a Coimbra. A Sul, a cidade era dominada pelas alturas do Maciço Calcário Estremenho, enquanto, para a parte ocidental, se estendiam as areias litorais colonizadas pelo vasto Pinhal do Rei (ou de Leiria), importante recurso natural a cuja exploração se associavam as não menos importantes fábricas de vidro e de pez.

Brandão de Sousa, o autor desta interessantíssima planta, faz parte daquele grupo de oficiais do Real Corpo de Engenheiros que se distinguiram nos novos trabalhos topográficos executados em Portugal na passagem do século XVIII para o seguinte. Em 1816 era chamado a integrar a equipa, liderada por Maximiano José da Serra, que procedeu ao reconhecimento da estrada de Lisboa a Coimbra e, depois, até ao Porto, dividida cada uma delas em 6 distritos. Primeiro executou, acompanhado de Joaquim Manuel Vidal, o levantamento cartográfico do troço Lisboa (Arroios) – Alcoentre, passando depois a administrar os trabalhos no sector entre Leiria e Coimbra, enquanto Serra se encarregava da estrada do Porto. Nos relatórios dos reconhecimentos ficaram expressas todas as colaborações; aí também se refere que os passos intransitáveis destas estradas derivavam: dos contínuos atoleiros com olhos-marinhos; das grandes alturas de penedias e rochedos; de vastas porções de estradas profundamente enterradas por onde apenas cabe um carro; de correrem por muitas destas porções, em forma de ribeiros, levadas de água, de que em certos sítios se serviam os habitantes para regar as fazendas, fazendo no meio das estradas socalcos de pedra à maneira de açudes; e, finalmente, da falta de pontes e pontilhões sobre pequenos rios e ribeiros.

Brandão de Sousa seria ainda encarregado de levantar a planta da cidade de Leiria e do seu castelo, antes de regressar a Lisboa, onde continuaria até ao ano seguinte a passar a limpo os levantamentos efectuados. Dos reconhecimentos topográficos, nas escalas de 1:20 000 (Lisboa a Coimbra) e 1:15 000 (Coimbra ao Porto), resultaram inúmeras folhas, entre borrões de campo e desenhos finais.



SOUSA, Manuel Joaquim Brandão de, 1757?-1833?

Planta da cidade de Leiria / pelo major Manoel Joaquim Brandao de Sousa ás ordens do tenente coronel Maximiano José da Serra. - Escala [1:2000], 200 braças [por] 1 palmo. - [1816]. - 1 planta : ms., color. ; 56 x 63 cm.

2099-2-17-24 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

Profundamente marcada pela presença da Ordem de Cister, à qual D. Afonso Henriques doou as terras conquistadas aos mouros em 1153, designadas por “Coutos de Alcobaça” (depois sucessivamente aumentados por doações), nesta cidade se construiu logo a seguir o mosteiro, que constitui a sua obra mais emblemática. O castelo, já então existente, situava-se em local dominante da pequena povoação: destruído e reconstruído vezes sucessivas, acabaria finalmente por se desmoronar até às poucas ruínas que hoje subsistem.

Quanto ao mosteiro, que foi também panteão da monarquia nacional, muitas intervenções se fizeram ao longo dos séculos, uma das quais realizada por oficiais portugueses, sob a direcção do engenheiro inglês Guilherme Elsdén, em 1775 e no ano seguinte. Nessa altura, com a colaboração de Isidoro Paulo Pereira (1740?-1824) e de Diogo Correia da Mota (fl. 1775-1795), o primeiro capitão e o segundo seu ajudante, levantaram-se as plantas da vila e do convento de Alcobaça. A planta ficaria, no entanto, incompleta e em borrão, mas no seu original adivinham-se, desenhadas ou anotadas a lápis, outras informações que a completavam, nomeadamente o jardim e o pátio, à esquerda das paredes exteriores do convento (assinaladas a vermelho) ou as áreas inundadas (na parte inferior da planta). Tais indicações não seriam passadas a limpo em 1826, mas esta cópia reduzida, meio século volvido, só mostra que nenhuma representação militar de Alcobaça havia sido entretanto realizada.

Elsden teve, contudo, outras intervenções importantes em Portugal, desde que aqui iniciou funções no princípio dos anos 60 do século XVIII. Talvez que entre os mais destacados levantamentos em que participou directamente, ou que coordenou de forma mais longínqua, se possam realçar: o da barra de Aveiro (1777-1778), cuja situação motivava inúmeros problemas aos seus habitantes e às actividades económicas locais pelo facto da referida barra ter migrado muitos quilómetros para Sul, embora a comissão a que presidia não tenha tido resultados até porque Elsdén morreu imediatamente a seguir (1779); o do sítio da mina de carvão do Cabo Mondego (1773), cujo belíssimo mapa e memória preparou; o do Pinhal de Leiria (1769), delimitando pertenças e assinalando as importantes actividades com ele relacionadas, como as fábricas de pez ou a extracção do carvão de pedra; os das Lezírias do Ribatejo (1768-1771), por causa das inundações nos férteis campos da parte jusante do rio Tejo, cujo cadastro também efectuou, registando proprietários e rendeiros, impostos e estado das suas terras.

Apesar da planta de 1775, por ter ficado incompleta, não parecer mostrar a extensão edificada de Alcobaça, é, no entanto, muito curiosa. Dela se destacam claramente, pelos aguarelados, a “vinha e terra do Colégio” (a verde) ou as terras de distintos foreiros. Sobressai também o sítio da sua implantação na confluência do rio Baça, vindo de Sul e não identificado, com o Alcoa, que desce da margem ocidental do Maciço Calcário Estremenho e a que os autores chamaram “rio que vem de Chequeda” (Chiqueda), pequeno lugar situado imediatamente a montante.

ELSDEN, Guilherme,
fl. 1762-1779, e outro

**Planta da villa de
Alcobaça** / [levantada
pelo tenente-coronel
Guilherme Elsdén e pelo
capitão Isidoro Paulo
Pereira em 1775 e
depois reduzida];
copiada por Antonio
Cazemiro Ferreira,
tenente do Exército em
ano de 1826. - Escala
[ca. 1:1900], 1000
palmos = [11,4 cm]. -
1826. - 1 planta : ms.,
color. ; 42 x 76 cm.

481-4-47-63 (DIE)



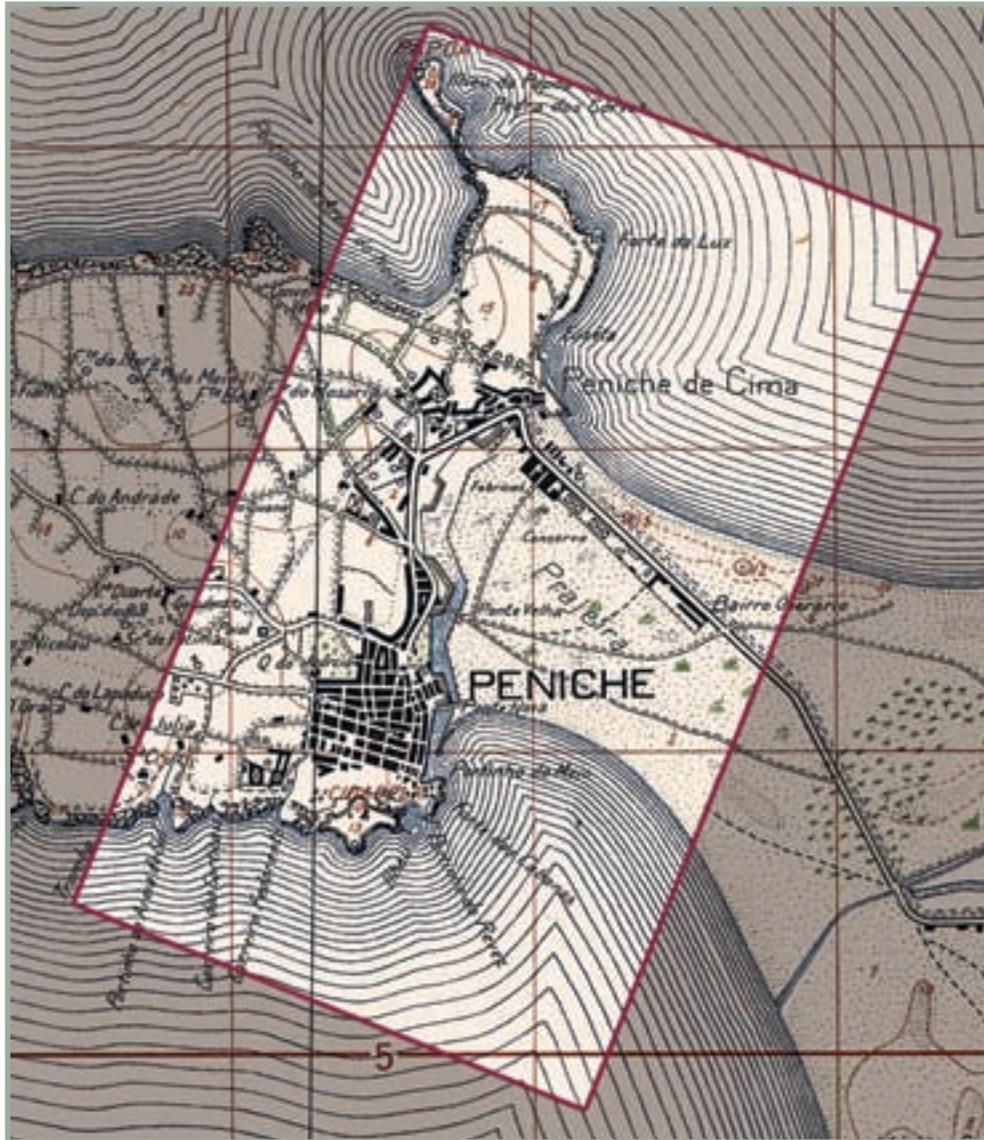


© Instituto Geográfico Português / 2005

PENICHE

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Peniche / Serviços Cartográficos do Exército ; levantada pelo Instituto Geográfico e Cadastral ; des. cap. V. Simões. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1938]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 337).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Peniche / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2004. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 337).

A praça de Peniche teve um enorme interesse estratégico na defesa da costa portuguesa, pela sua posição avançada num sector de traçado rectilíneo, e até na da capital, por constituir o extremo da linha militar que, do lado do Tejo, terminava junto a Santarém. Em frente, a ilha Berlenga, com o seu forte, vigiava a costa e apoiava as embarcações.

Pela sua importância, Peniche chegou mesmo a ser comparada com Gibraltar, apesar desta coroar uma “massa de rochedos permanentes” e aquela fechar o acesso de um “istmo de volúveis areias” (Matias José Dias Azedo, 1814). Não é, pois, de estranhar que tenha sido cartograficamente muito representada nos séculos XVIII e XIX. Depois, a perda de importância deste papel defensivo levou à transformação da fortaleza em prisão política do Estado Novo, durante 40 anos, mas ao mesmo tempo ao enorme crescimento urbano agora ligado a outras actividades, em particular à pesca e ao turismo.

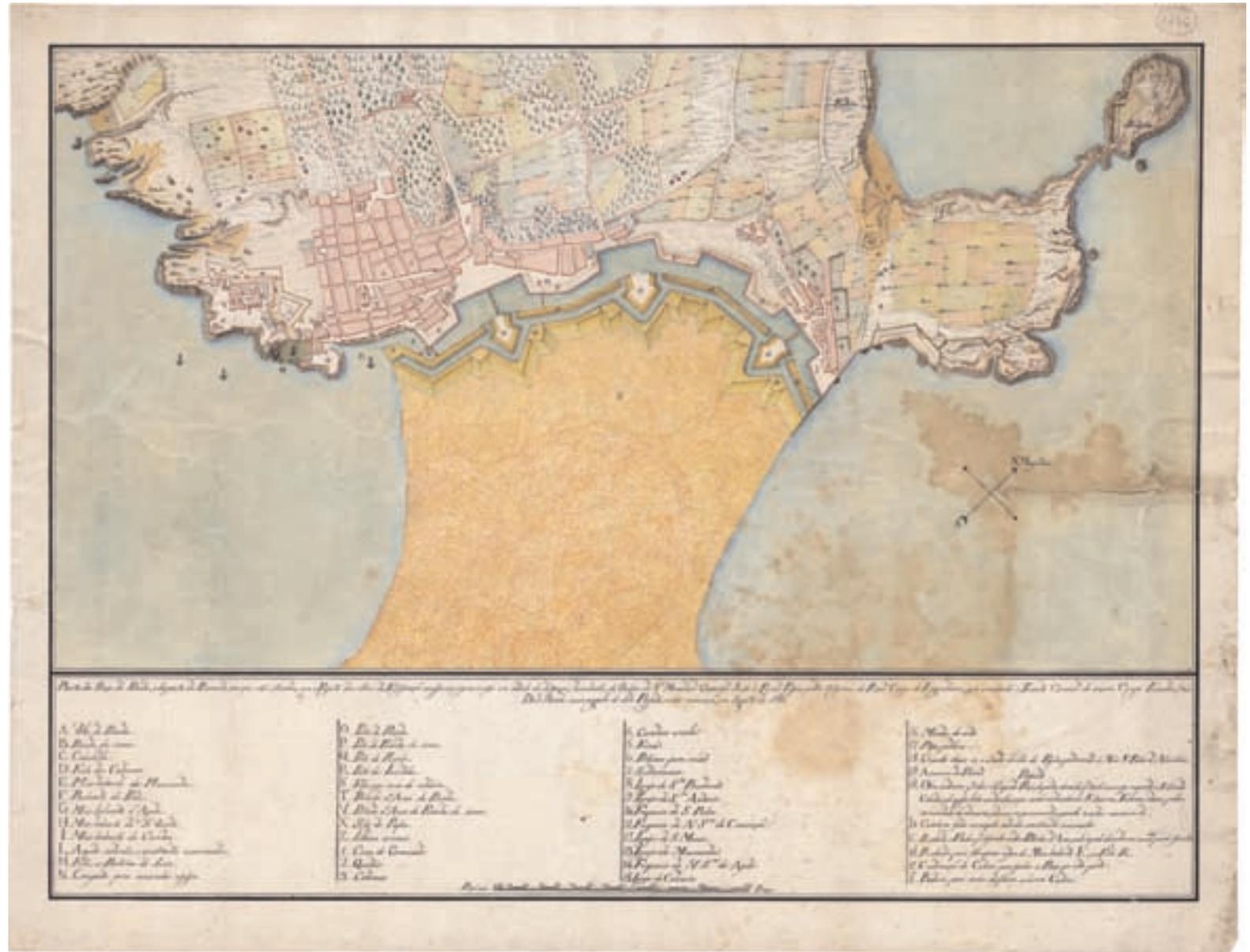
Iniciada a construção da fortaleza em Quinhentos mas só terminada aquando da Guerra da Restauração, em cuja ampliação trabalhou então o engenheiro Nicolau de Langres (?-1665), a frente abaluartada “de mar a mar”, por este já proposta, só se concretizaria, com diferenças, na primeira metade do século XVIII, por impedimento dos ingleses. Depois sofreu várias intervenções e conheceu muitos projectos de melhoramento, como aquele que aqui se vê, esboçado em 1800 sob a direcção de Eusébio Dias Azedo. Mas as Invasões Francesas puseram fim às obras então iniciadas e pouco tempo depois delas restavam apenas os alicerces tapados.

Na Cidadela concentravam-se os quartéis, os subterrâneos, a casa do governador da praça (destruída por um incêndio em 1837), uma ermida, um pequeno paiol e duas cisternas (a marcação exaustiva dos poços e cisternas, públicas ou particulares, denuncia um dos principais problemas desta área, a falta de água), bem como a “grande furna que as ondas formaram, solapando aquele rochedo, por onde às vezes entram furiosas” e onde fora aberto “superiormente um respiradouro para a expulsão do ar, que as mesmas ondas impelem com o estrondo na ocasião das tempestades”. Eusébio Dias Azedo, que assina este belíssimo manuscrito (certamente alindado a partir dos borrões de campo), era irmão do autor da memória atrás referida, que durante um largo período foi comandante do Real Corpo de Engenheiros. Em 1805, Eusébio era chamado para o serviço do Arquivo Militar, e ainda aí permanecia quando, em 1808, declarou ter sido substituído em Peniche por um engenheiro francês e restituído a este Arquivo já esbulhado de todo o seu recheio de mapas e memórias, que haviam sido enviados para o Brasil acompanhando o exílio da família real.

O lugar de Peniche foi-se então desenvolvendo junto às muralhas curvas que passaram a interceptar o istmo arenoso, inicialmente retalhado entre o Norte da Cidadela e a sua parte “de cima”. Manteve-se durante muito tempo assim encostado a esta linha de fortificações; depois, a explosão urbana estendeu-o em direcção ao Cabo Carvoeiro.

AZEDO, Eusébio Dias, 1752-1812?
 Planta da praça de Peniche, e de parte da Península, em que está situada : com o projecto das obras de fortificação necessarias para a pôr em estado de defença / levantada de ordem do S.r marechal general junto á Real Pessoa pellos officiaes do Real Corpo de Engenheiros, que comanda o tenente coronel do mesmo Corpo Euzebio Dias Azedo, encarregado do dito projecto, e sua execução, em Agosto de 1800. - Escala [ca. 1:5400], 320 braças = [13,0 cm]. - 1800. - 1 mapa : ms., color. ; 48 x 63 cm.

C.C. 1798 A. (BNP)





© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Sintra / Serviços Cartográficos do Exército ; lev. pelo Instituto Geográfico e Cadastral ; des. cap. A. M. Romão. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., 1940. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 416).



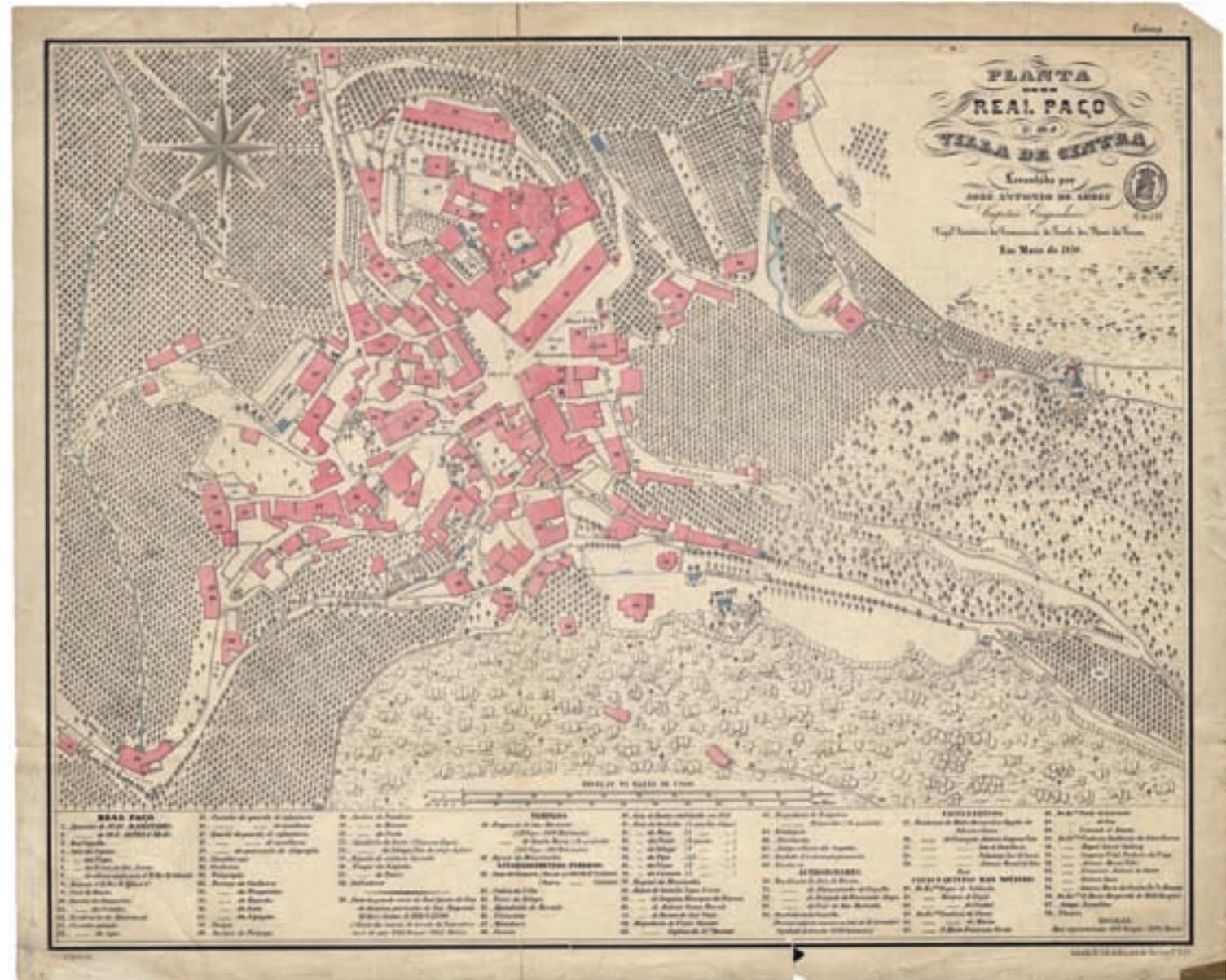
PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993

Sintra / Serviço Cartográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : S. C. E., 1992. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 416).

José António de Abreu, oficial do Real Corpo de Engenheiros desde 1815, foi também durante algum tempo comandante do Batalhão de Artífices Engenheiros. Formado na Academia Real de Fortificação, possuía excelentes conhecimentos de desenho, não só militar como civil. Daí ter trabalhado também no Arquivo Militar, dada até a sua débil constituição física. Em Dezembro de 1843 era encarregado do tomo das propriedades reais e, pelo menos durante 14 anos, levantou, nessa qualidade, quase uma vintena de plantas detalhadas de Caxias, de Belém, da Ajuda, do Alfeite, de Mafra, etc., para além desta de Sintra (1850) e ainda de uma outra sobre o Parque da Pena (1856). Contrariamente ao que era habitual nos levantamentos de natureza militar, estas plantas foram impressas e algumas litografadas pelo próprio.

Os monarcas portugueses sempre tiveram em Sintra o seu Paço, que foram engrandecendo e transformando. O aspecto actual é sobretudo obra do tempo de D. João I e de D. Manuel I. Quanto ao castelo, cuja origem parece recuar aos séculos IX ou X, ele foi precocemente abandonado apesar das grandes reformas que sofreu após a sua conquista aos mouros, quando a vila desceu na encosta norte da Serra e se organizou em torno do Paço régio. Redescoberto para o imaginário romântico no século XIX, o castelo voltava a ser alvo de obras, de que resultou em grande parte tudo aquilo que hoje podemos observar. Na pormenorizada planta oitocentista da “Vila Velha” de Sintra (um dos bairros do actual lugar, correspondente à freguesia de S. Martinho) poderão descortinar-se aspectos hoje inexistentes ou entretanto transformados e aqueles que, apesar de tudo, ainda persistem. Nela se representaram, por exemplo, o Aqueduto da Serra, a que se ligava o repuxo de cantaria lavrada que abastecia de água o Paço, o Pelourinho, que depois foi destruído por decisão camarária por razões de asseio público e onde quase um século depois aí foi colocado outro em sua substituição, ou os edifícios de famílias importantes, que na legenda são enumeradas.

A Serra de Sintra, de recorte oval e elevando-se a mais de 500 metros de altitude quase perpendicularmente à costa, marca a Península de Lisboa e a sua diversidade climática: o Norte é de feição atlântica, o mar agitado e os nevoeiros frequentes no Verão, enquanto as encostas do Sul são soalheiras, mesmo no Inverno, e as praias protegidas dos ventos. À semelhança da Serra da Arrábida, também na de Sintra se abrigaram os que nela procuravam o refúgio místico ou a tranquilidade, fugindo do bulício das cidades. Daí a instalação, numa e noutra, do Mosteiro da Pena ou do Convento dos Capuchos, entre outros, e, depois, dos palacetes dos aristocratas ou das residências de recreio das pessoas endinheiradas. A construção do caminho-de-ferro em 1887 ditaria o explosivo desenvolvimento ao longo da Linha de Sintra de centros urbanos periféricos (como Amadora, Queluz e Cacém), locais de residência de famílias com rendimentos mais modestos a trabalhar em Lisboa.



ABREU, José António de, 1796-1873
 Planta do Real Paço e da villa de Cintra / levantada por Jozé Antonio de Abreu capitão engenheiro, vogal secretario da Comissão do Tombo dos Bens da Coroa, em Maio de 1850 ; J. A. de Abreu lith. - Escala 1:1000. - Lisboa : na Off. Lith. da Rua Nova dos Martyres n.º 12 a 14, 1850. - 1 planta : p&b, aguarelada ; 61 x 75 cm.

C.C. 178 A. (BNP)



© Instituto Geográfico do Exército / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Cascaes / Serviços Cartográficos do Exército ; des. ten. J. J. Silva. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1934]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 429).



PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993

Cascais / Serviço Cartográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : S. C. E., 1992. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 429).

A pesar da planta antiga de Cascais estar assinada, não foi possível identificar o seu autor. A suspeita de que o coronel graduado que a copiou, em data desconhecida, pudesse ser Franz von Weyrother (1755-1806), um oficial austríaco dispendo de formação técnica de engenharia e tendo essa patente entre 1799 e 1805, não se conseguiu confirmar. Provavelmente, não será sequer uma hipótese credível. Portanto, nada se sabe sobre esta planta, incluindo a altura em que foi executada (embora a aparência a possa remeter para um período de meio século, entre meados de Setecentos e o começo do século seguinte) ou a proveniência da informação aí desenhada. Seja como for, não se conhecem muitas plantas anteriores do conjunto deste centro urbano, com excepção da Cidadela, amplamente representada pelos engenheiros desde há muito, apesar de Cascais ter sido figurada em finais de Quinhentos, anexa a Lisboa, no *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun. Esta vista mostrava esquematicamente a localidade envolvida pela sua antiga muralha ovalada, de que hoje praticamente não restam vestígios, com 7 torres e uma porta voltada para a baía, atestando a sua importância como vila piscatória. Afastada da cerca, mas junto à costa, foi representada ainda uma torre (construída em finais do século XV), que completava o antigo sistema defensivo. Cem anos depois, quando a torre foi substituída por uma pequena fortaleza triangular, dedicada a Nossa Senhora da Luz, Cascais passara a ser considerada entre os locais de importância estratégica para a defesa da barra do Tejo. Com esse fim, outras foram também edificadas, como a Torre do Bugio ou o Forte de S. Julião (ambos de grande significado já que marcavam a entrada no oceano ou na barra) e, mais para dentro, a Torre Velha e a de Belém, auxiliadas por um rosário de pequenas outras edificações. Durante a Guerra da Restauração, a fortificação era ampliada, adquirindo a forma que se lhe conhece, com dois ângulos muito agudos voltados para terra. E, quando as suas funções originais decaíram, a Cidadela era adaptada a residência de férias da família real e, mais tarde, do membro de topo da hierarquia da República.

O desenvolvimento e a influência de Lisboa determinaram decisivamente a evolução de Cascais. Primeiro foi amuralhada para defender a capital, tanto o porto como os órgãos do poder que aí residiam. Depois foi transformada em local de refúgio político e de veraneio de uma elite mais endinheirada. Finalmente, após a construção da via-férrea (1889) ou de estradas mais rápidas, foi passando também a subúrbio longínquo da capital, no extremo da 'Linha' a que emprestou o nome. Cascais, tal como Sintra (ou outros locais mais afastados da capital), conseguiu, no entanto, manter de alguma forma intacta a sua identidade e importância, no quadro local ou regional. Ambas apresentam, em certos aspectos, alguns traços comuns no modo como se foram transformando e atraindo, em certo momento, uma clientela abonada, procurando o repouso na buliçosa e soalheira estância balnear ou na melancólica e enevoadada serra.



WEYROTHER
Plan des vile, citadelle
et forts de Cascaes /
copie p.r Weyrother,
g.d. c. - Escala
[ca. 1:4400], 400 pas
[comuns] = [7,4 cm]. -
[18--]. - 1 planta : ms.,
color. ; 28 x 49 cm.
1051-1-8-12 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Estado-Maior do Exército. Secção de Cartografia Militar, 1911-1932

Lisboa / Estado Maior do Exército, Secção de Cartografia Militar ; des. Brito Limpo ; auth. Victoria Pereira. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. M., [1928]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 431).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Lisboa / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 5. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : I. G. E., 1993. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 431).

Geralmente conhecida por 'planta de Fava', designação que despreza as suas variantes, esta representação de Lisboa deverá ser considerada a primeira da capital do país construída em moldes modernos, tal o seu rigor e detalhe. Não se conhece hoje o protótipo que lhe deu origem, levantado sob a direcção de Duarte José Fava, em escala dupla, entre 1806 e 1809 (embora se tenha atribuído a data que consta na edição de 1831). A coadjuvã-lo nos trabalhos estavam os oficiais Luís António de Melo (que com ele também trabalhara na expedição da carta geral do reino, dirigida por Ciera), João Pedro Duarte Pereira (que entretanto adoecia gravemente e ficava impossibilitado de trabalhar) e João Damasceno da Cunha Machado Pinto (às vezes referido de forma abreviada). Em finais de 1808, Fava comunicava superiormente que a planta estava já concluída desde Santa Apolónia até à Torre de Belém (os seus limites a Oriente e a Ocidente) e que os trabalhos continuariam até ordens em contrário. Pelo menos um dos seus oficiais ainda nela trabalhava na primeira metade do ano seguinte.

Atendendo à marca de água do papel, esta cópia manuscrita é posterior a 1827, tendo sido executada no Arquivo Militar provavelmente a partir da versão que fora reduzida na Casa do Risco das Obras Públicas em 1826, litografada em 1831 e impressa, a preto e branco, nesta escala. Segundo A. Vieira da Silva (1950), uma cópia da planta original, na escala de 1:2500, que existia na antiga Direcção de Obras Públicas, em Lisboa, desapareceu em 1919 no incêndio que devorou a ala oriental da Praça do Comércio. Dela, o que existe são sobretudo réplicas reduzidas, dado que na escala original apenas se conhecem hoje alguns poucos fragmentos. Outra versão, na escala de 1:10 000, seria gravada em 1834 por João José Ferreira de Sousa, no Arquivo Militar, para onde este engenheiro transitara vindo do Brasil e onde introduziu a litografia.

Quando esta planta foi delineada, no começo de Oitocentos, Lisboa, capital do país e de um vasto império, tinha já grandes dimensões. A sua população, estimada por Franzini (ca. 1804) em 237 000 habitantes, havia crescido de modo muito sensível. Cidade ainda voltada para a frente ribeirinha, a mancha edificada e mais ou menos contínua seguia a margem do Tejo, de Santa Apolónia até Belém, subindo o núcleo tradicional, a partir do fundo plano da Baixa, ao longo das encostas e deixando os vales livres para as actividades agrícolas. O abrupto vale de Alcântara e a frente escarpada do Castelo-Penha de França marcavam os obstáculos ao crescimento desse núcleo para Poente e Nascente. Para lá do primeiro estabeleceu-se o longínquo bairro da Ajuda, enquanto o vazio Campo Pequeno estava já em parte fora do espaço desta planta, cortado pela sua margem superior. A expansão para Norte, pelas Avenidas Novas, apenas se concretizaria no século XX, acompanhada pela densificação de quase todo o espaço envolvente. E no começo do século XXI a cidade ultrapassava já os 560 000 habitantes.



FAVA, Duarte José, 1772-1826, e outros
 Carta topografica da cidade de Lisbõa, e
 bairro de Belem, até á bateria do Bom
 Successo / levantada [no ano de 1807 debaixo
 da direcção do capitão engenheiro Duarte José
 Fava] pelos officiaes do Real Corpo de
 Engenheiros Luiz Antonio de Mello, capitão, e
 os primeiros tenentes João Pedro Duarte Pereira
 e João Damasceno da Cunha Pinto ; copiada no
 Real Archivo Militar. - Escala [ca. 1:5000], 500
 braças por palmo. - [1827-1831]. - 1 planta :
 ms., color. ; 92 x 183 cm.

2305-2-16-22 (DIE)

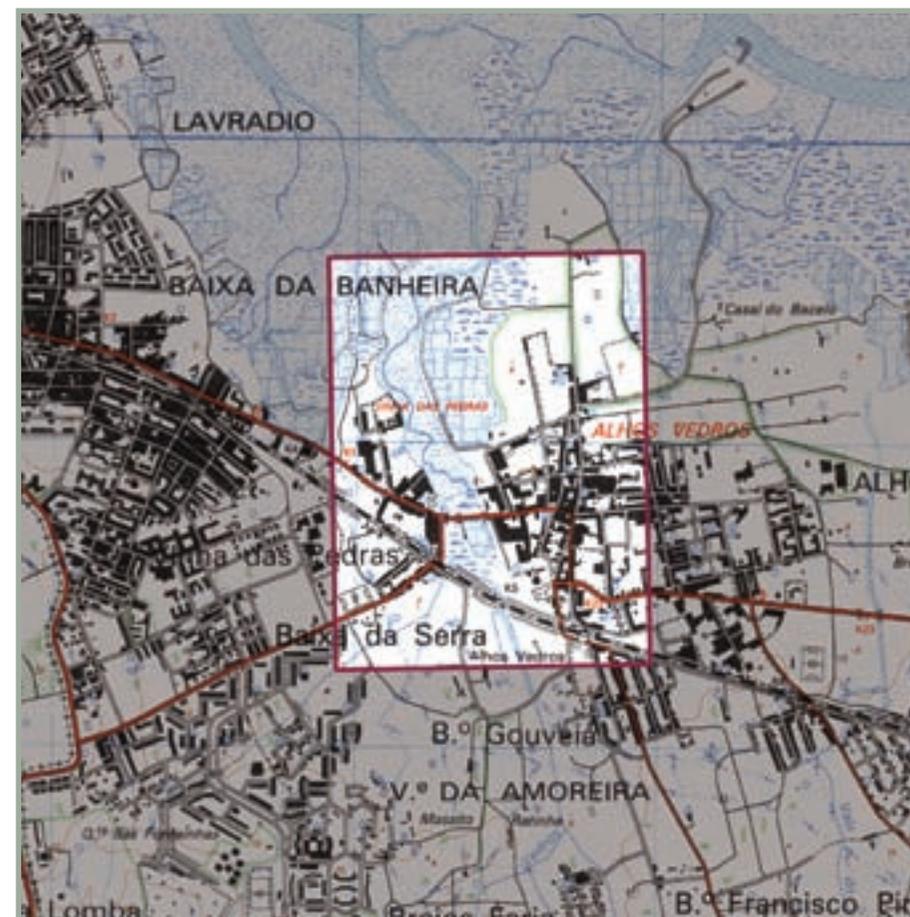




© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Moita / Serviços Cartográficos do Exército ; des. Viegas Junior. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1938]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25000 Continente, série M888 ; fl. 443).



PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993

Moita / Serviço Cartográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : S. C. E., 1992. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25000 Continente, série M888 ; fl. 443).

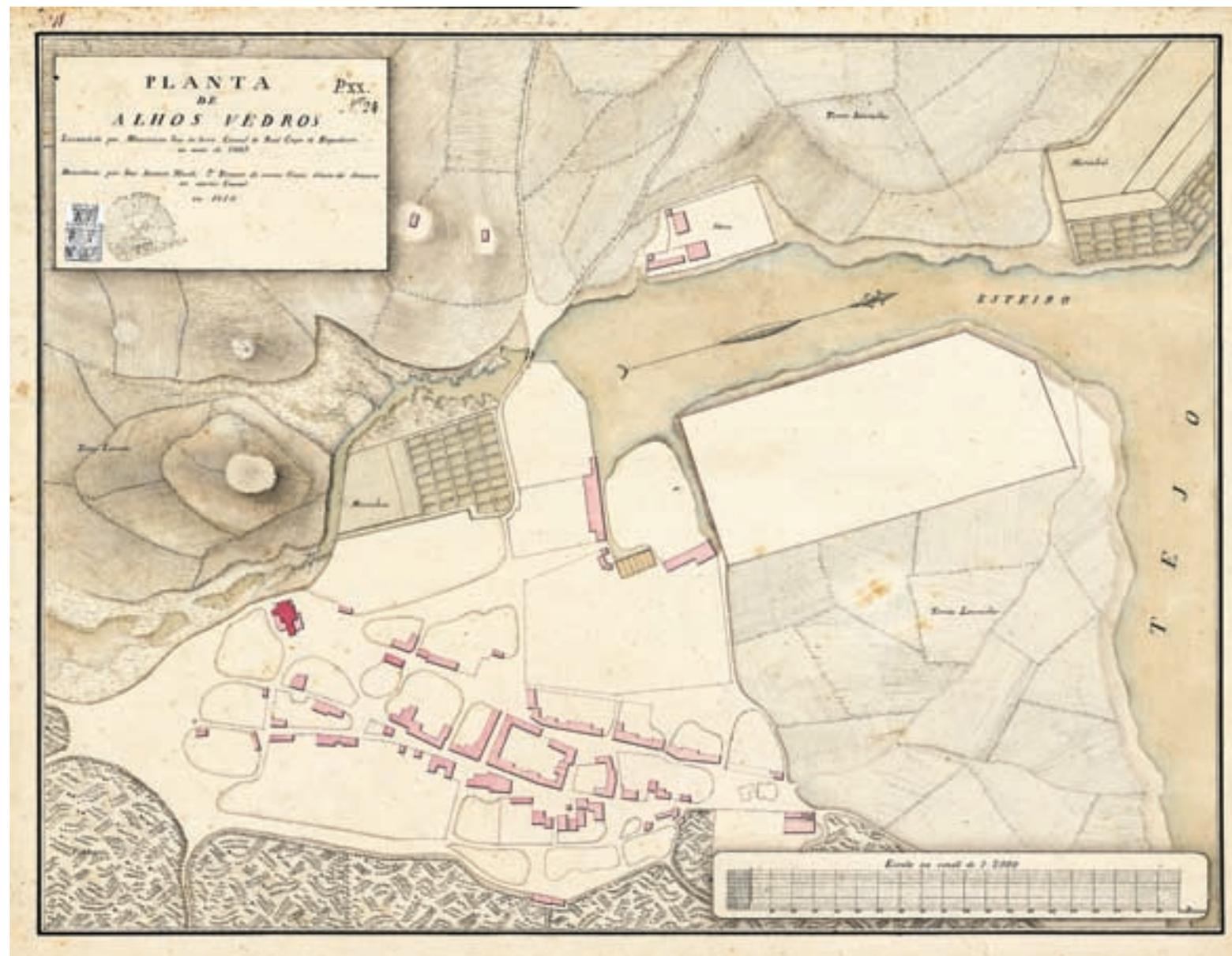
Com apenas quatro centenas de habitantes, Alhos Vedros era um pequeno lugarejo quando Maximiano José da Serra delineou a planta a seguir reproduzida. Este engenheiro, que estivera a trabalhar nos aforamentos da praça de Setúbal, passou, logo a seguir, para os levantamentos da carta desta comarca (de 1804 a 1807), tendo sido auxiliado por José Dionísio da Serra (1779-1836), seu filho, e por Camilo José Gomes Castelão (1758?-post 1813). Na mesma altura, executou também as plantas de Setúbal, de Palmela e da Moita.

Como aqui se observa, em todo o rebordo da Outra Banda, as marinhas dominavam a paisagem por entre terrenos baixos e alagadiços, numa área em que a linha de costa se torna mais indefinida e é recortada pelos pequenos ribeiros vindos da Serra da Arrábida. Eram, por isso, também terras propícias ao paludismo, nesta altura ainda não erradicado.

Para lá do rosário de lugares situados entre Almada e Alcochete estendiam-se as terras cultivadas, as vinhas e, a seguir, os pinhais que abasteciam Lisboa de lenha, repetidamente consumidos pelos fogos. Depois era o interior desértico, de matos e charnecas, da Península de Setúbal. Na época, os 12 lugares mais importantes contabilizavam talvez 70 % dos cerca de 50 000 habitantes da Península (Neves Costa, 1806), correspondendo hoje a pouco mais de 30 % de um total global de 710 000 pessoas que aqui residem. A provável densidade de ocupação de cerca de 50 habitantes/km² da altura ascende agora ao valor incomparavelmente maior de 1600.

No último recenseamento da população (2001), contaram-se no lugar de Alhos Vedros cerca de 4500 residentes, ou seja, 10 vezes mais do que no momento aqui retratado. E do conjunto de lugares que se estendem de Almada a Alcochete, outros conheceram também uma enorme explosão, sobretudo no século XX: em 200 anos, a população de Almada quintuplicava e a do Barreiro ou Lavradio aumentava quase 20 vezes.

Em Aldeia Galega (actualmente, Montijo) começava então a estrada mais importante que ligava Lisboa ao Alentejo, mas a travessia do Tejo por barco fazia que no seu cais não fosse sempre certo “o embarque e desembarque, por ser preciso haver ao menos quatro horas de enchente, ou não haver mais de duas de vazante, cujo defeito se pode remediar quando fosse necessário, construindo na ponta do Montijo um cais sobre a margem do Tejo, havendo deste modo só duas léguas de mar em atravessar o dito Tejo” (Isidoro Paulo Pereira, 1796). Várias são as cidades portuguesas estabelecidas na margem direita de rios que têm os seus arrabaldes na outra margem, como é o caso de Lisboa com a Outra Banda, separadas por mais de 1,5 km de água. Mas estes numerosos lugares que a indústria, os transportes ou as funções residenciais fizeram surgir ou desenvolver na margem esquerda do Tejo, estão hoje mais próximos do centro da capital que muitos aglomerados que se foram estendendo ao longo da Linha de Sintra, de Cascais ou do Norte.



SERRA, Maximiano José da, 1750?-1834

Planta de Alhos Vedros / levantada por Maximiano Joze da Serra, coronel do Real Corpo de Engenheiros, no anno de 1805 ; dezenhada por Joze Antonio Morão, 2.º tenente do mesmo Corpo, debaixo das direcçoens do mesmo coronel em 1820. - Escala 1:2000. - 1820. - 1 planta : ms., color. ; 49 x 64 cm.

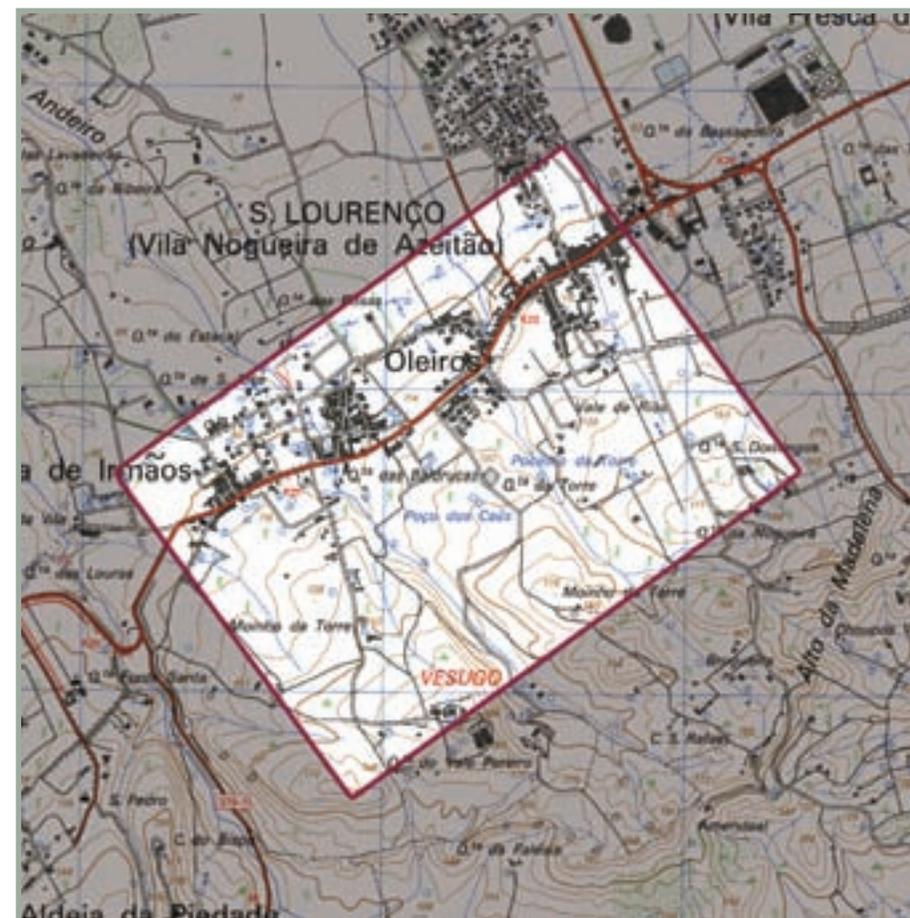
3105-2A-25-35 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Setúbal / Serviços Cartográficos do Exército ; rev. I.[Instituto] G.[eográfico] e C.[adastral] ; des. cap. R. Alvares Pereira. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1937]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 454).



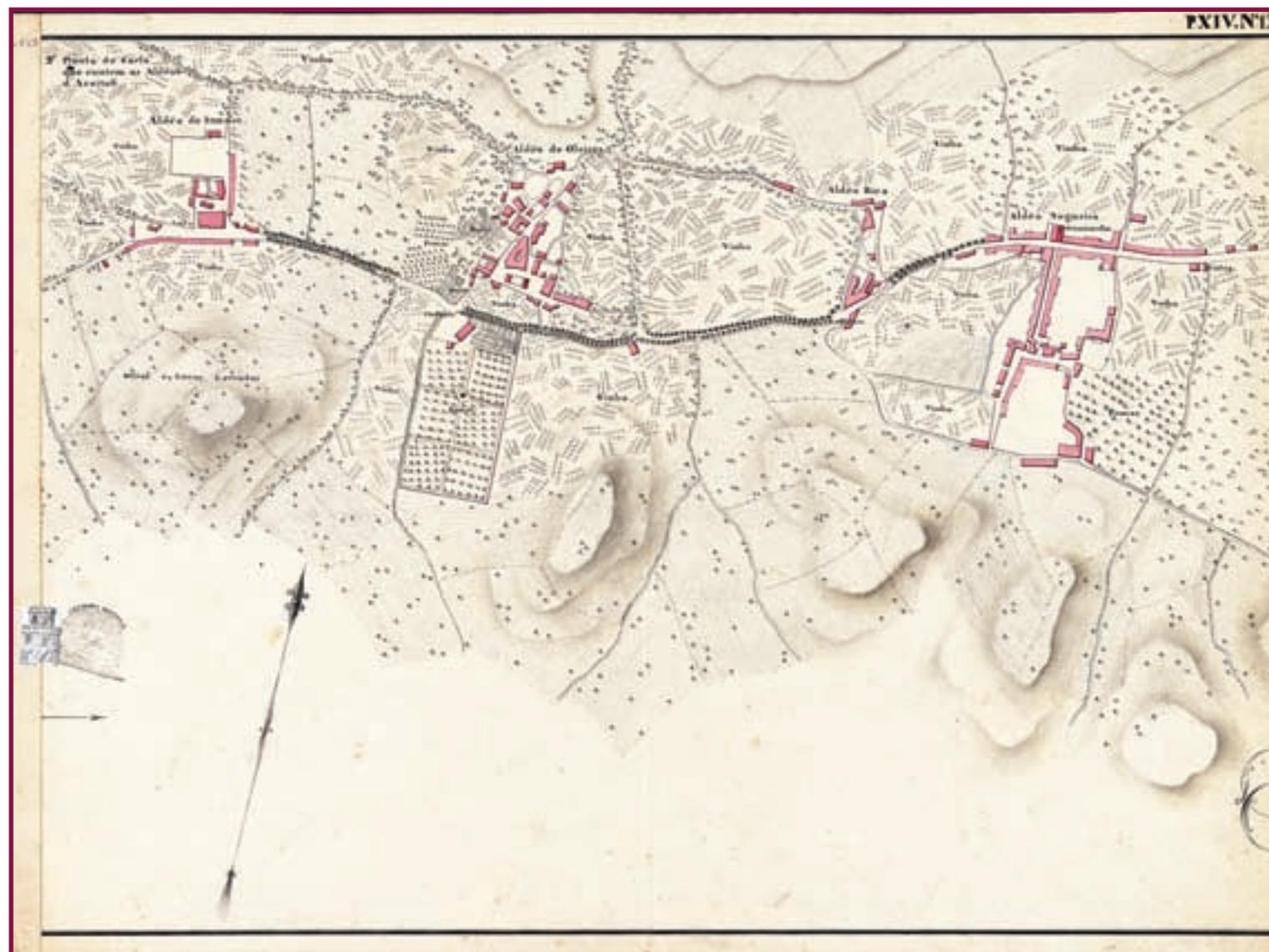
PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Setúbal / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : I. G. E., 1994. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 454).

As aldeias da Portela, de Coima Velha, de S. Pedro, de Irmãos, de Oleiros, Rica, Nogueira, de Castanhos e Fresca constituíam o rosário de povoações situadas ao longo da estrada que de Sesimbra conduzia à Moita e a Palmela. Azeitão, que designa de forma abrangente esta série de lugares dispostos a cerca de 100 metros de altitude entre as colinas que antecedem a Serra da Arrábida e a vasta planície que se estende até ao Tejo, era a “terra preferida da fidalguia”. “Do século XV ao XVIII cobre-se a região de palácios e casas solarengas; teve farta cultura de oliveiras e vinhedos, indústrias florescentes de tecelagem de algodão, fabrico de chitas, tinturaria, etc. Ainda há restos desse passado brilhante: o palácio e quinta da Bacalhoa, as casas nobres de Vila Nogueira, os amplos edifícios dos teares, hoje transformados em armazéns de vinhos, e por toda a parte, de Vila Fresca a Aldeia de Irmãos, certo ar afidalgado das povoações que marginam a estrada. São aldeias de um carácter especial, ricas e embelezadas, numa preocupação de urbanismo, lugares de veraneio quando Lisboa, sob a acção dos calores estivais, alarga os seus limites e extravasa pelo campo a população abastada” (O. Ribeiro, 2004, p. 90-91, reedição de 1936).

Esta importância já antiga levou, em 1759, à separação de Azeitão do termo de Sesimbra, constituindo-se o concelho de Vila Fresca, cuja sede foi pouco depois transferida para Vila Nogueira, acabando em meados do século XIX por ser anexada a Setúbal. Na altura em que esta planta foi levantada, Azeitão não teria mais do que 2300 habitantes, enquanto hoje não chegarão a residir aqui 10 000 pessoas.

A este conjunto falta já uma planta, a quarta, que deveria completá-lo até às Vendas de Azeitão. Pelas similitudes com outras do mesmo autor desenhadas por José António Mourão em 1820, supõe-se que este também as terá copiado na mesma altura. Mas o levantamento é provavelmente muito anterior, recuando a 1790, ao momento em que a Academia das Ciências de Lisboa incumbiu Jacob Crisóstomo Pretorius de dar início à ansiada carta geral do reino, de que a da comarca de Setúbal iria servir de modelo. A coadjuvã-lo estava Henrique Niemeyer, que a Academia mandou depois separar, ficando este engenheiro alemão a ser apoiado por Serra e outros. Desconfianças fundamentadas levaram-nos a medir uma base geodésica entre Vila Fresca e a Aldeia de Irmãos, estabelecendo ainda que o levantamento seria em escala oito vezes maior do que estava estipulado, para representar todo o detalhe possível. Depois, Serra foi incumbido de levantar a planta da vila e aldeias de Azeitão e do terreno adjacente, enquanto outros arrolavam dados económicos sobre a região. Um borrão desta planta estava concluído em Junho de 1790 e, pelo menos, até Novembro os engenheiros mantiveram-se ainda activos. Acusados do pouco que haviam feito, por aqui parecem ter ficado os levantamentos cartográficos pois, em Outubro desse ano, o governo incumbia Francisco António Ciera de começar os trabalhos geodésicos necessários à concretização da carta, nunca concluída.



SERRA, Maximiano José da, 1750?-1834, e outros

Carta que contém as aldêas d'Azeitão / [levantada em 1790 pelo capitão do Real Corpo de Engenheiros Maximiano José da Serra, sob a direcção de Henrique Niemeyer ; desenhada por José António Mourão em 1820?]. - Escala 1:2000. - [1820]. - 1 planta em 3 fls. : ms., color. ; 47 x 63 cm cada.

3104/I-2A-25-35 a 3104/III-2A-25-35 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Setúbal / Serviços Cartográficos do Exército ; rev. I.[Instituto] G.[eográfico] e C.[adastral] ; des. cap. R. Alvares Pereira. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1937]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 454).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

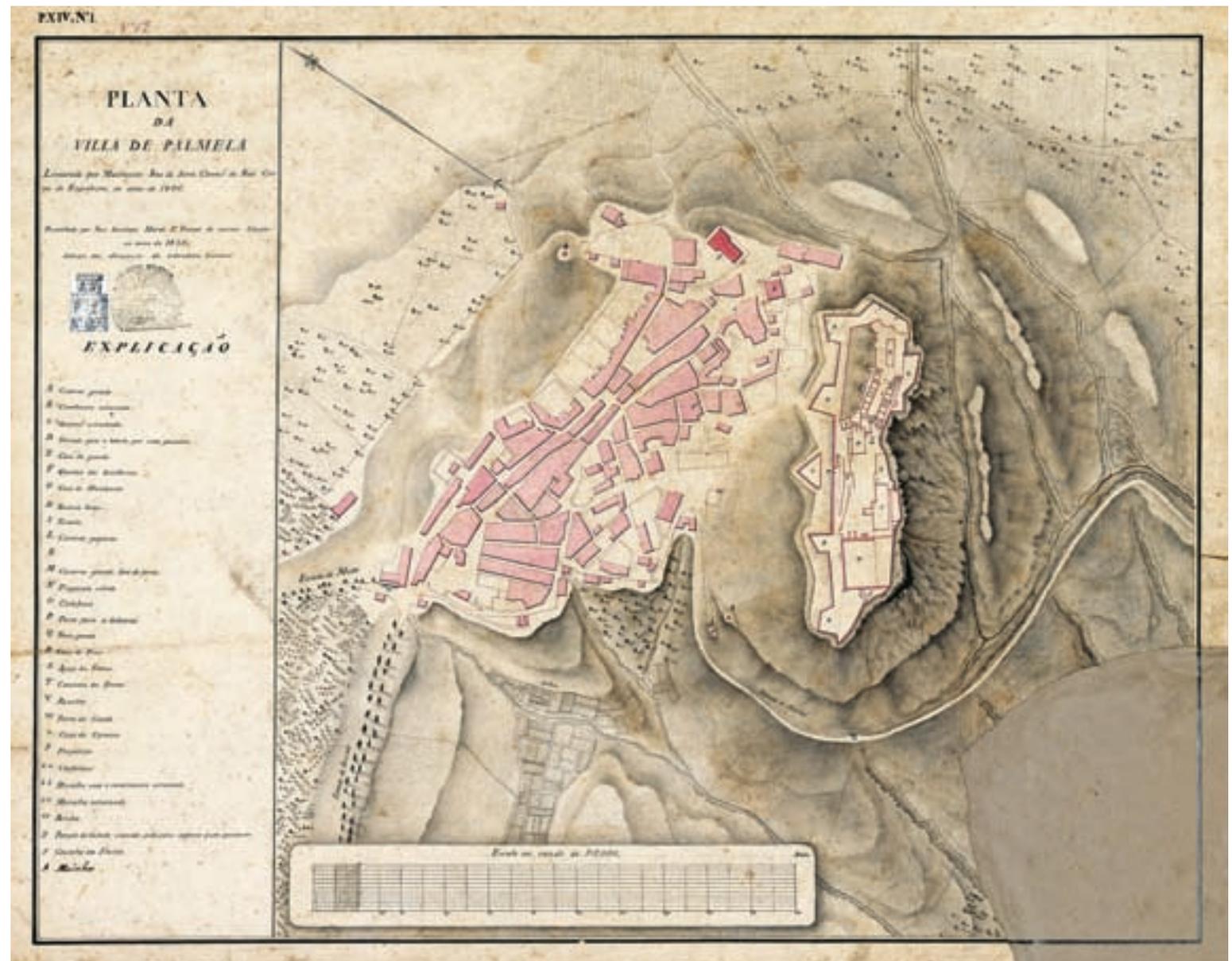
Setúbal / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : I. G. E., 1994. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 454).

“**P**almela, adormecida à sombra dos muros do seu castelo, no alto do morro donde vê passar, na planície, a estrada e o caminho de ferro, é o tipo de aglomeração humana que, tendo cumprido a sua finalidade – a de defesa, neste caso –, vive apenas mercê do impulso histórico: de notável vila-fortaleza passou a modesto centro rural”. Estas palavras do geógrafo Orlando Ribeiro, escritas em 1936 (reedição de 2004, p. 93), não puderam tomar em conta o desenvolvimento demográfico e económico que a área sofreu posteriormente, apesar das assimetrias que ainda se reconhecem entre a sua parte nascente e poente. Assim, em meio século (1950-2001), a população do vasto concelho de Palmela mais do que duplicou (acima de 50 000 residentes em 2001), crescendo sobretudo nos anos 80 e 90 à custa da freguesia do Pinhal Novo. É certo que o próprio lugar (actualmente com cerca de 5300 habitantes) não chegou a duplicar desde que esta planta foi levantada.

Mas a origem da povoação de Palmela perde-se nos tempos, bem como as preocupações defensivas, que se traduziram na edificação do seu castelo e das muralhas no topo da colina que termina abruptamente do lado sul, voltado a Setúbal. Durante o domínio islâmico existia já uma estrutura defensiva importante mas foi a instalação no castelo da sede da Ordem de Santiago, no século XV, que levou a grandes obras (incluindo a edificação do convento e da igreja, assinalados na planta) e motivou a prosperidade da vila nesta época.

Originalmente levantada em 1806 e copiada 14 anos depois de forma muito expressiva, a planta antiga que aqui se reproduz mostra um lugar desenvolvido fora das muralhas do seu castelo alcandorado, que dominava a vastidão quase desértica da Península de Setúbal. Com cerca de 3000 habitantes na altura, um pouco menos do que Almada, era o terceiro lugar mais populoso desta Península. No apertado recinto do castelo estavam o Convento e a Igreja dos Freires, da Ordem de Santiago, algumas construções militares que serviam de quartéis e armazéns, as cisternas e uma bateria. Poucos edifícios são identificados no próprio lugar de Palmela mas, pelo seu interesse até militar, registaram-se os moinhos e chafarizes.

Serra, o seu autor, é talvez o mais prolífico engenheiro militar da viragem desse século e o que efectuou mais levantamentos cartográficos, em múltiplas regiões do país. Depois de ter estado na Península de Setúbal em 1790, em 1804 partia ele para uma nova comissão na mesma região, tendo agora às suas ordens o filho, José Dionísio da Serra, e Camilo José Gomes Castelão. Durante três anos, levantou, para além desta planta, a de Setúbal, da Moita e de Alhos Vedros (1805), entre outras. Nessa altura, escrevendo aos seus superiores hierárquicos a dar conta do andamento dos trabalhos, enviava também uma pequena ‘memória’ sobre a turfa do paul da Comporta, de grande utilidade para fundições e fornos, e anunciava que iria, a seguir, levantar os terrenos de Sesimbra onde ela também existia.



SERRA, Maximiano José da, 1750?-1834

Planta da villa de Palmela / levantada por Maximiano Joze da Serra, coronel do Real Corpo de Engenheiros, no anno de 1806 ;
dezenhada por Joze Antonio Moraõ,
2.º tenente do mesmo Corpo, no anno de 1820, debaixo das direcçoens do sobredito coronel. - Escala 1:2000. - 1820. - 1 planta :
ms., color. ; 48 x 62 cm.

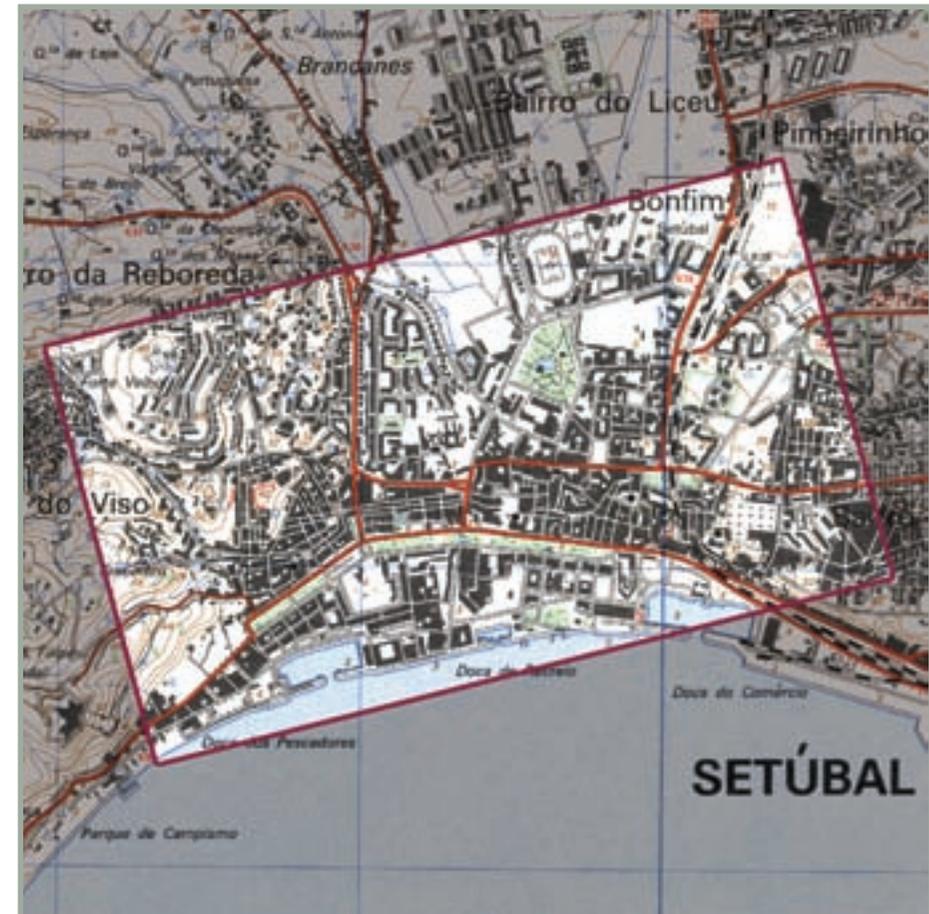
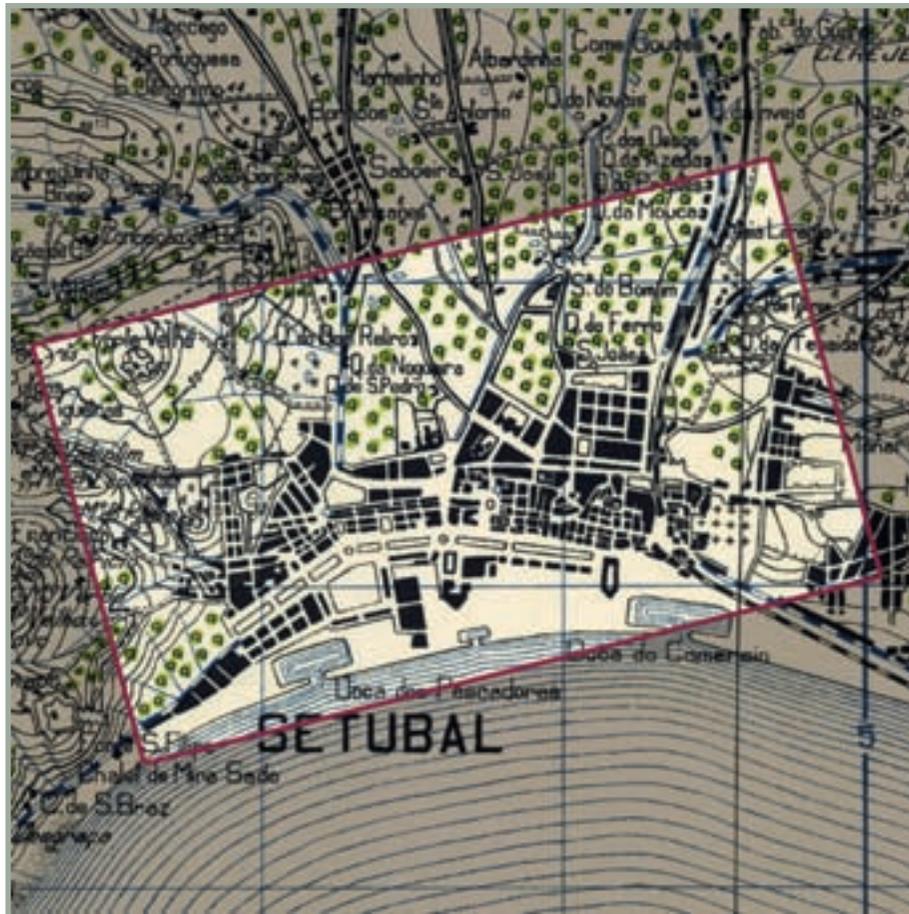
3107-4-47-63 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Setúbal / Serviços Cartográficos do Exército ; rev. I.[Instituto] G.[eográfico] e C.[adastral] ; des. cap. R. Alvares Pereira. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1937]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 454).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Setúbal / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : I. G. E., 1994. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 454).

Setúbal teve sempre, ao longo da História, uma enorme importância, tanto no quadro regional como nacional, pelo seu porto e pelo dinamismo das suas actividades económicas. Tal como acontece no caso de Lisboa com o rio Tejo, também Setúbal se desenvolve a jusante do vasto estuário do Sado: entre estas duas grandes cidades portuguesas sobressaem algumas similitudes, quer pelo sítio onde se implantaram, quer pelas actividades que aí se estabeleceram (S. Daveau, em O. Ribeiro *et al.*, vol. IV, 1991, p. 1144-1145).

Envolvido por uma cintura incompleta de muralhas, o maior centro urbano da Península de Setúbal pouco ultrapassava na altura em que esta planta foi levantada os 15 000 habitantes, circunscrevendo-se ainda ao perímetro amuralhado que, no século seguinte, largamente transbordaria para comportar, em 2001, mais de 87 000 residentes. Nesta Península, os maiores obstáculos naturais eram constituídos pela Serra da Arrábida, por um lado, e pelo pantanoso vale do rio das Enguias, por outro, que de alguma forma marcava o seu limite oriental. Por este vale se tentaria estabelecer, nos princípios de Oitocentos, um canal ligando o Tejo ao Sado, que servisse também de fosso militar, um interessante projecto de engenharia hidráulica, conduzido no começo da década de 10 por José Terésio Michelotty (fl. 1802-1818), mas que não chegaria a ser concretizado.

Levantada a partir dos finais de 1804 com a colaboração de José Dionísio da Serra, esta planta é uma espécie de cadastro, na qual se distinguem os terrenos que, por serem valiosos, deviam ter novos emprazamentos daqueles que não causavam prejuízo à fazenda pública ou ainda dos que se podiam aforar ou que deviam pagar foros. Ao ser impressa, em data desconhecida e a preto e branco, foram-lhe, no entanto, suprimidas estas últimas informações. Sobre a versão manuscrita, aqui mostrada, alguém acrescentou anotações a lápis, bem como desenhou, a tinta preta, prováveis obras que se delineavam nas muralhas externas.

Vêem-se aqui, como noutras cidades, duas linhas de fortificação distintas, correspondentes a outros tantos momentos históricos importantes, a primeira do século XIV e a segunda do XVII, privilegiando agora a defesa da costa, segundo um projecto ambicioso mas nunca concluído. Dos vários baluartes, três foram implantados a Sul, nas areias do rio, no mais importante dos quais se construiu um cais. Mas a expansão da cidade e a construção de um porto moderno levaram à progressiva destruição destas estruturas defensivas. E adivinha-se também na planta, porque não legendado, o aqueduto quatrocentista que trazia água de Palmela até às muralhas da cidade, também ele em grande parte destruído pela mesma razão. Num topo alto próximo, a Sudoeste, situava-se o Forte de S. Filipe, delineado em finais de Quinhentos. Um pouco mais longe e junto à linha de costa ficava a Torre do Outão, como era então conhecida, que resultara da conversão de uma antiga atalaia, e onde se fazia o registo dos navios que entravam ou saíam da barra. Ambos os fortes enquadravam a defesa do rio Sado e da cidade de Setúbal.



SERRA, Maximiano José da, 1750?-1834

Planta da vila de Setúbal / levantada por ordem de S. A. R. debaixo da Inspeção da R. Junta dos Tres Estados por Maximiano Joze da Serra, sarg.º mor do Real Corpo de Eng.º em 1805. - Escala [ca. 1:2300], 100 braças = [9,6 cm]. - 1805. - 1 planta : ms., color. ; 58 x 102 cm.

3810-4-56-50 (DIE)

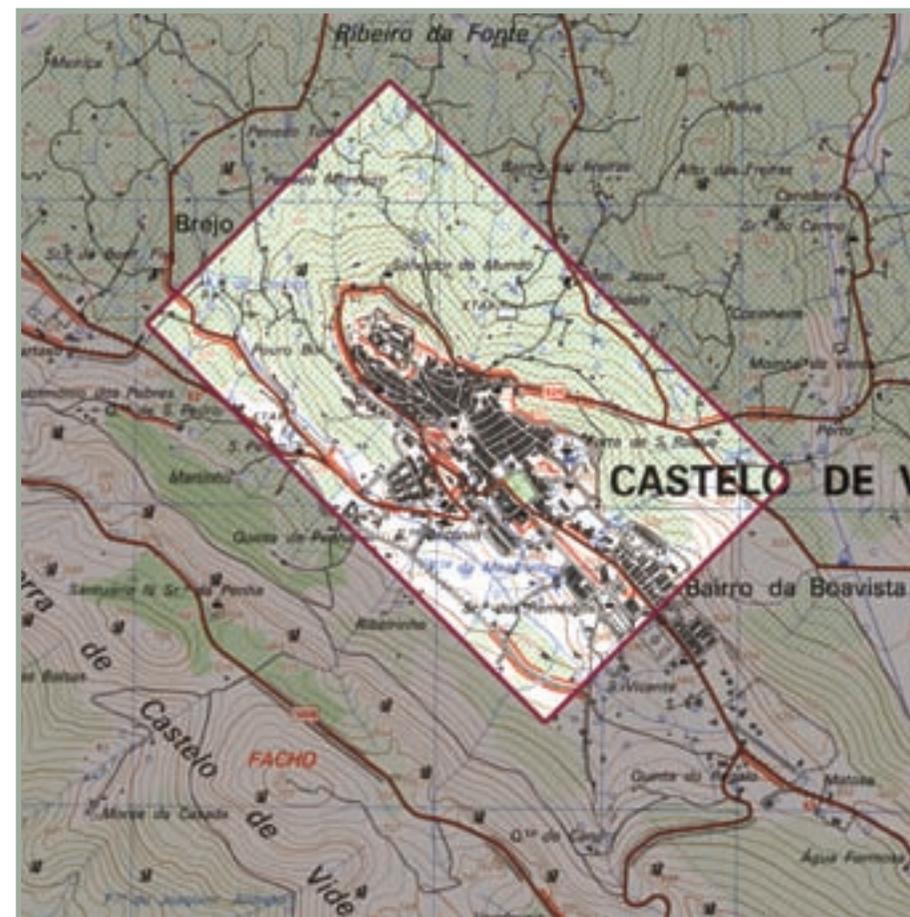
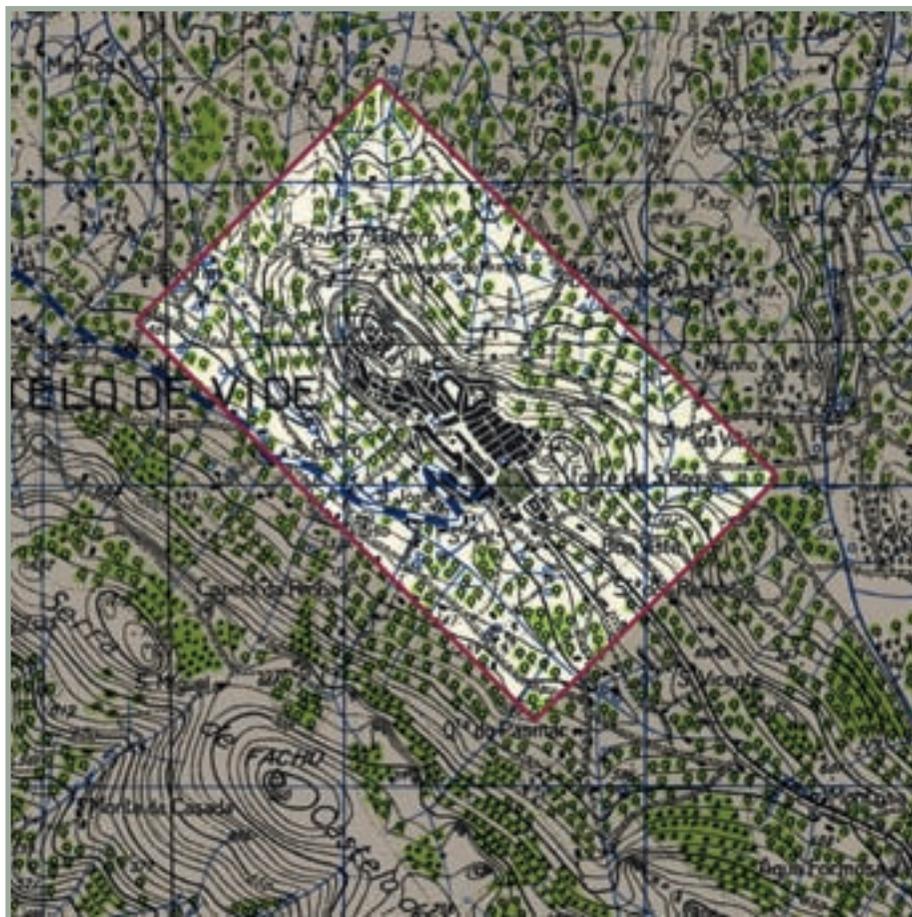


© Instituto Geográfico Português / 2005

CASTELO DE VIDE

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Castelo de Vide / Serviços Cartográficos do Exército ; levantada por cap. Celestino da Silva... [et al.] ; fot. ten. Damaso das Neves ; des. cap. J. J. Silva. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1934]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 335).



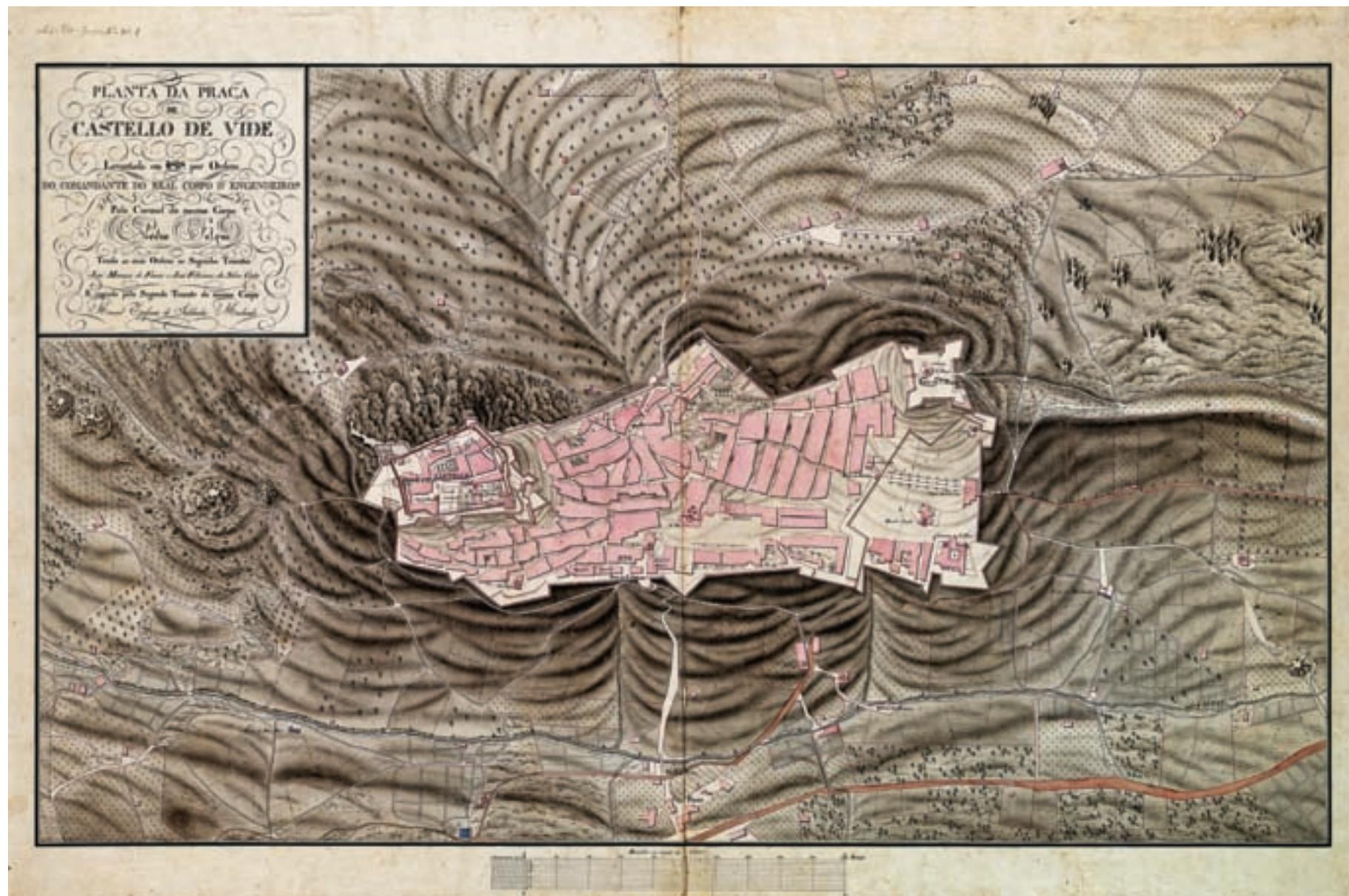
PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Castelo de Vide / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - Lisboa : I. G. E., 1999. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 335).

Castelo de Vide, no rebordo norte da Serra de S. Mamede, alinha-se num topo elevado a mais de 600 m de altitude. Num extremo da localidade, a Noroeste, posiciona-se o castelo medieval com a sua cerca, enquanto no extremo oposto e voltado para a fronteira se situa o Forte de S. Roque, para além do qual a vila foi crescendo mais recentemente. A este forte, construído no século XVII, no período das guerras de fronteira, juntou-se uma ampla linha de muralhas, unidas à do castelo e a cingir a vila.

No começo de Oitocentos, Castelo de Vide contava dentro dos seus muros com 6650 habitantes, a que se juntavam mais 500 pessoas que viviam no seu termo. A vila, fortificada, comunicava com o exterior por quatro portas: a do castelo permitia que os habitantes daí saíssem, descendo por caminhos difíceis; a da Aramenha, situada na posição oposta, constituía o acesso mais fácil, onde confluíam as estradas provenientes de Portalegre e Marvão, duas outras praças próximas; a de S. João, voltada à Serra de Castelo de Vide, conduzia por caminhos a um pequeno lugar e às fazendas ou moinhos; oposta a esta, existia ainda a Porta Nova, com funções idênticas. Para lá da vila, as casas eram esparsas e os caminhos escabrosos, dado o acidentado do terreno, cobrindo as florestas de castanheiros parte das encostas e os vales dos pequenos ribeiros. A pobre agricultura possível nesta região, limitada à insuficiente produção de centeio para a subsistência da população, bem como de vinho e azeite, levava a que os moradores se aplicassem à “manufaturação de panos grossos, que actualmente se acha em grande decadência” e a negociar “carnes de porco salgadas e ensacadas”, que eram remetidas por Abrantes para consumo em Lisboa e nas colónias (Neves Costa, 1804, publicado por A. P. Vicente, 1971-1983).

Esta planta, levantada sob a direcção do então coronel de engenharia Pedro Folque, corresponde ao resultado da comissão de que foi incumbido pelo comandante do Corpo de revista às praças de Castelo de Vide e Marvão e do seu levantamento topográfico. Durante quase um ano, entre 1817 e 1818, Folque detalhou estes locais e representou o seu enquadramento, esboçando ainda vários perfis, a que remetem as linhas e letras assinaladas. O desenhador Saldanha Machado (1795–post 1852), também ele do Corpo de Engenheiros mas a principiar as suas actividades profissionais, passou-as depois a limpo, em Lisboa, debaixo das ordens de Neves Costa, trabalhos de gabinete em que se manteve até 1820. Tendo sido referido por alguns estudiosos que Pedro Folque, catalão por nascimento e pai de uma das figuras mais emblemáticas da Cartografia portuguesa oitocentista, morrera em 1848, com 104 anos de idade, a sua data de nascimento tem sido, provavelmente por essa razão, remetida para 1744. Todavia, a idade que dele consta em várias listagens oficiais, uma das quais assinada pelo próprio quando comandava o Real Corpo de Engenheiros, provam essa incorrecção.



FOLQUE, Pedro,
1757-1848, e outros

Planta da praça de
Castello de Vide /
levantada em 1818 por
ordem do comandante do
Real Corpo d'Engenheiros
pelo coronel do mesmo
Corpo Pedro Folque tendo
as suas ordens os
segundos tenentes Jozé
Manços de Faria e Jozé
Feliciano da Silva Costa ; e
copiada pelo segundo
tenente do mesmo Corpo
Manoel Epifanio de
Saldanha Machado. -
Escala 1:2000. - 1818. -
1 planta : ms., color. ;
61 x 92 cm.
3641/II-3-36-49 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

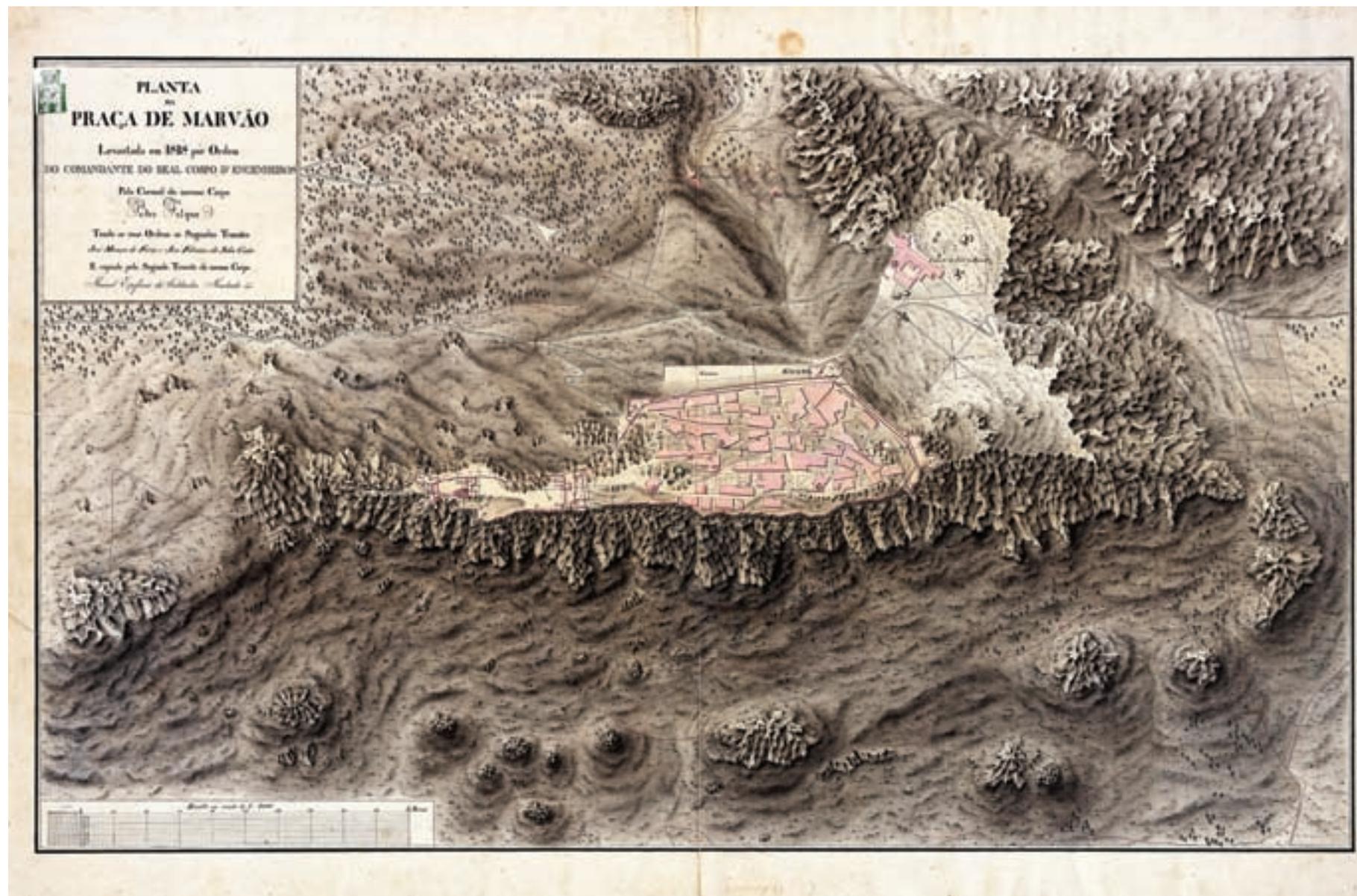
A menos de 10 km em linha recta de Castelo de Vide e a metade dessa distância em relação à fronteira, Marvão constituía o outro posto de defesa a Sul do Tejo, vigiando as invasões dos exércitos inimigos que penetrassem em território nacional. Vigiava também a posição de Valência de Alcántara, à sua frente, do lado espanhol. A vila, empoleirada a mais de 800 metros (chegando mesmo a atingir os 868 m, no castelo) e rodeada de montanhas, apresenta a mesma configuração geral noroeste–sudeste de Castelo de Vide. A Sul corre o rio Sever, a cerca de 500 m.

Já em tempos muito recuados, Marvão fora uma povoação com importância militar. Mas o castelo actualmente existente, situado na sua extremidade noroeste, só teria sido construído na passagem do século XIII para o XIV. Ele mantém ainda os dois planos com que foi concebido: um a Norte, onde assentava o castelo propriamente dito, enquanto a Sul se desenvolvia um espaço mais amplo para as movimentações e instalações militares. A comunicação com o exterior fazia-se por um sistema de três portas, assinalado na planta aqui mostrada.

Esta fortaleza medieval manteve-se até à Guerra da Restauração, altura em que se construiu um novo sistema de defesa, constituído por muralhas e baluartes, estes protegendo as duas principais portas da vila, ambas voltadas para o lado em que o terreno era menos abrupto, isto é, para Espanha, para além de uma outra menos relevante no extremo sul. A Porta da Vila, então a mais importante, conduzia ao Convento de Nossa Senhora da Estrela e à cidade de Portalegre, enquanto a Porta de Ródão se posicionava um pouco mais acima.

Este novo sistema defensivo acabou por determinar a configuração urbana de Marvão, cujos eixos fundamentais irradiam das duas portas em direcção ao castelo medieval, num caso, ou a atravessam direito ao extremo sudeste, no outro. Mas a importância atribuída a Castelo de Vide determinaria o declínio de Marvão, embora nos começos de Oitocentos se considerasse que a primeira, pela sua posição geográfica e mau estado, devia ser abandonada, enquanto se valorizava esta, reputada incontestável. Propunham-se então algumas obras no sentido de melhorar a sua operacionalidade e reparar os estragos feitos pelos espanhóis em 1801. Nessa altura, a vila, de dimensões reduzidas, continha dentro das suas muralhas uns 800 habitantes; adicionando os que viviam no seu termo, os valores da população ascendiam a mais de 3600 pessoas. Este total correspondia, contudo, a metade da população do lugar de Castelo de Vide, na mesma época.

Muito semelhante à anterior, esta planta é o resultado de levantamentos efectuados pelos mesmos oficiais do Real Corpo de Engenheiros, nos anos de 1817 e 1818, altura em que também foi realizada uma outra representação para mostrar os arredores da praça. Além disso, vários perfis complementavam ainda a planta aqui retratada, cujas localizações a intersectam em várias direcções.



FOLQUE, Pedro,
1757?-1848, e outros

Planta da praça de
Marvão / levantada em
1818 por ordem do
comandante do Real
Corpo d'Engenheiros
pelo coronel do mesmo
Corpo Pedro Folque
tendo as suas ordens os
segundos tenentes Jozé
Manços de Faria e Jozé
Feliciano da Silva Costa ;
e copiada pelo segundo
tenente do mesmo
Corpo Manoel Epifanio
de Saldanha Machado. -
Escala 1:2000. - 1818. -
1 planta : ms., color. ;
60 x 92 cm.

3150/I-2A-25-35 (DIE)

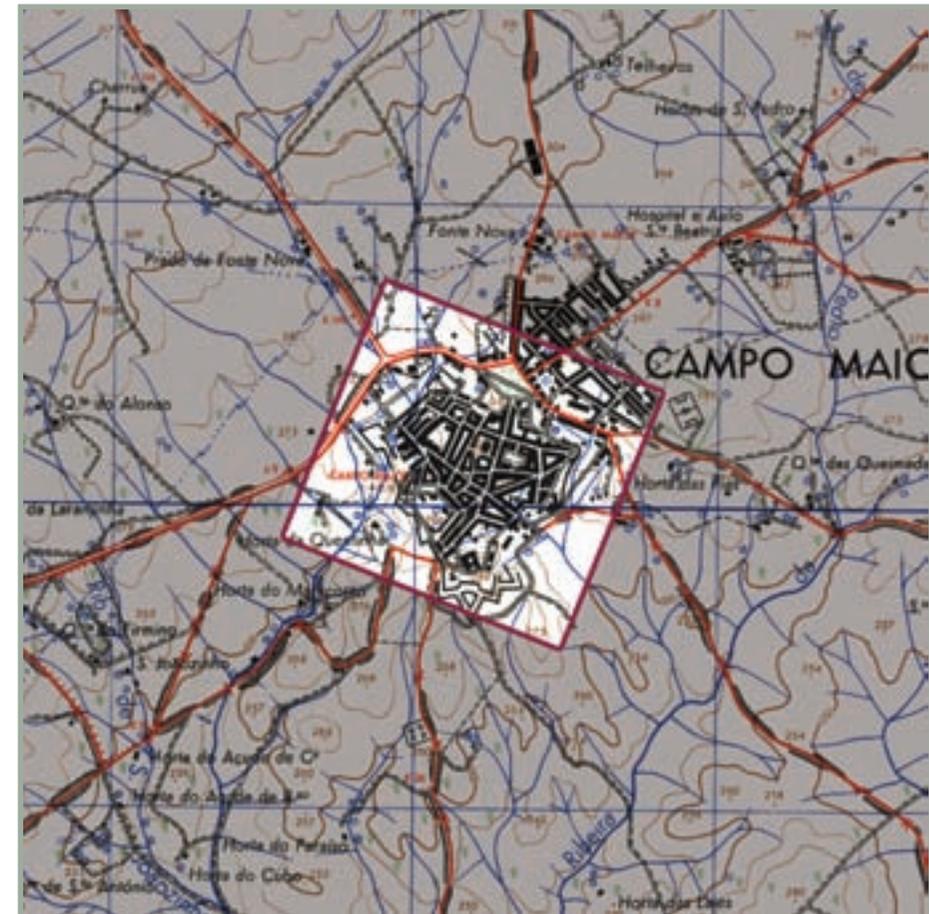
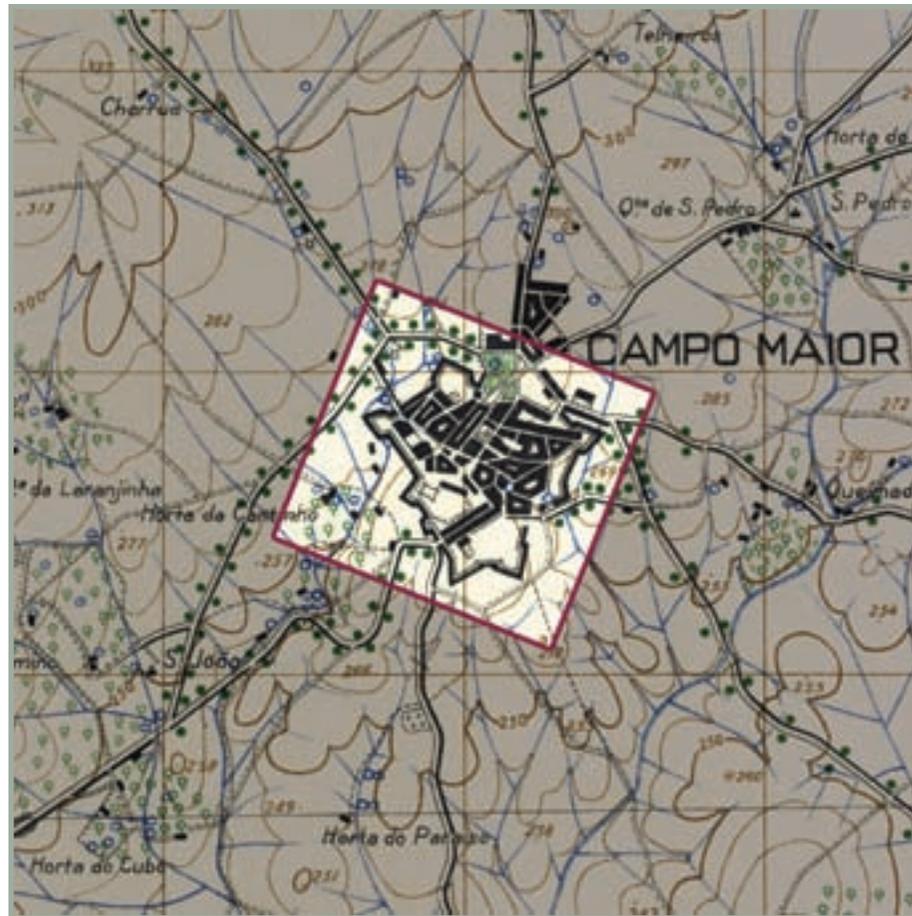


© Instituto Geográfico Português / 2005

CAMPO MAIOR

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Campo-Maior / Serviços Cartográficos do Exército ; lev. por ten. F. da Silva, ten. Gamito ; fot. ten. Damaso das Neves ; des. ten. Norberto Leal. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1938]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 400).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Campo Maior / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 400).

Castelo fronteiriço mandado edificar, como outros, no começo do século XIV, depois de ter passado para a Coroa portuguesa na sequência do tratado de Alcañices (1297), Campo Maior sofreu profundas transformações durante a Guerra da Restauração, na altura em que se projectou a moderna praça. Mas, na primeira metade do século seguinte, uma violenta explosão numa torre do castelo, que servia de paiol, destruiu grande parte da vila, tendo a reconstrução ficado a cargo do engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), que a tornou operacional do ponto de vista militar.

Distando de Badajoz e de Elvas menos de 20 km, em linha recta, e um pouco mais de Albuquerque e Arronches, este lugar foi cercado em 1801 (como também o fora em 1712), capitulando. Dois anos depois, quando comandava a Inspeção-Geral das Fronteiras, o marquês de Rozière (1735-1807) defendeu que esta praça, pelos seus defeitos e pelas somas avultadas exigidas para a sua reedificação, deveria ser abandonada e, mesmo, demolida. Aproveitando os materiais, reconstruir-se-ia a pequena praça de Ouguela, que lhe fica próxima, considerada mais importante. O conde de Rozière, que com ele tinha vindo para Portugal em 1797 e que o acompanhava na inspeção dos trabalhos que os vários engenheiros executavam na fronteira do Alentejo sob as suas ordens, levantou à vista e sem instrumentos as plantas de várias localidades, entre as quais Elvas, Juromenha, Monforte, Arronches e Alegrete, para além de Campo Maior e Ouguela. Assim, ilustrou aquele marquês, que comandava as operações na fronteira desde 1802, as memórias que sobre elas também redigiu. Mas, suspensa a Inspeção em 1804, tal destruição não se verificaria. Nessa altura, as muralhas da praça, que então circunscreviam a povoação, tinham à sua ilharga, imediatamente a Leste, o Forte de S. João, arruinado.

Apesar do parecer de Rozière, Maximiano José da Serra foi chamado a Campo Maior, na sequência das destruições infligidas pelos franceses durante a Guerra Peninsular, para executar os trabalhos topográficos e dirigir as obras de fortificação, altura em que levantou a planta aqui reproduzida. Considerado o mais hábil e expedito dos oficiais engenheiros no trabalho de campo, Serra foi, por essa razão, promovido a coronel durante esta comissão, apesar da sua já avançada idade. Mas então, como depois, a profissão activa de cartógrafo não conferia nem honrarias nem tão-pouco promoções ao topo da carreira profissional. Da sua intensa actividade nesta praça de guerra resultaram várias dezenas de documentos, correspondentes aos trabalhos aí desenvolvidos entre 1817 e 1820. Na planta deixava Serra o testemunho das obras por ele projectadas, assinalando também inúmeras alturas, expressas em braças e referidas a um plano mais baixo, como fez noutras praças de guerra, o que não era ainda uma prática muito corrente. Nela, mostrava ainda a situação de Campo Maior na época, que só muito depois extravasaria para fora do seu perímetro amuralhado, crescendo em direcção a Nordeste.

SERRA, Maximiano José da, 1750?-1834

Planta da praça de Campo-Maior : com o projecto para o fim de equilibrar as suas frentes, e augmentar a força absoluta da mesma praça / feito por ordem do tenente general, e commandante geral do Real Corpo de Engenheiros em 1819, pelo coronel do mesmo Corpo Maximiano Joze da Serra, combinado, ratificado, e approved pelo dito commandante ; e desenhado pelo segundo tenente Caetano Joze Vaz Parreiras, em 1819. - Escala 1:1000. - 1819. - 1 planta : ms., color. ; 93 x 117 cm.

3748-2-17A-25 (DIE)

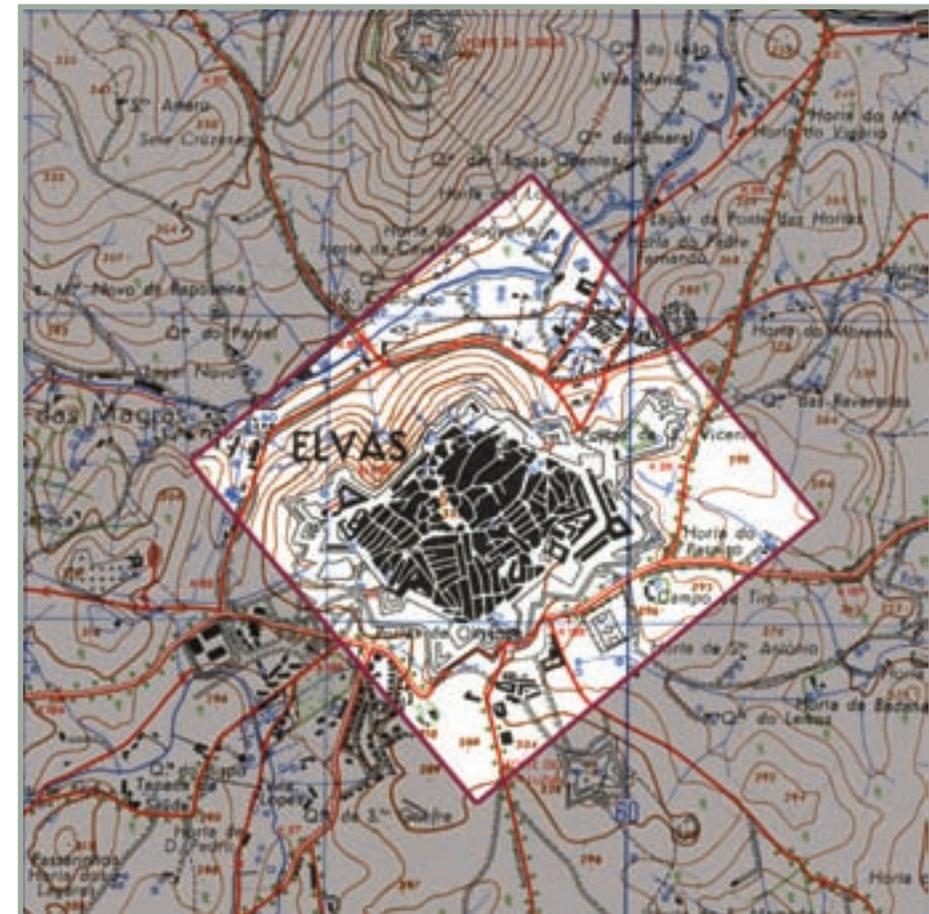
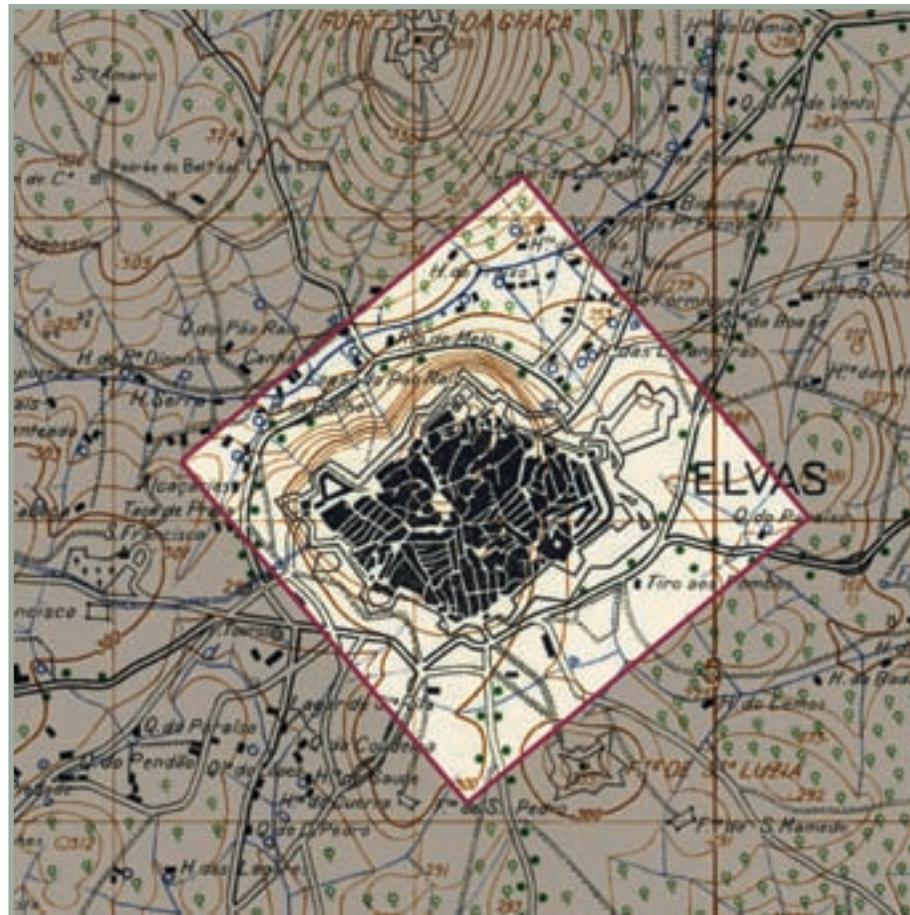




© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Elvas / Serviços Cartográficos do Exército ; lev. por cap. F. Henriques, ten. C. Vidigal ; fot. ten. D. Neves ; des. maj. A. Antunes. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1939]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 414).



PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993

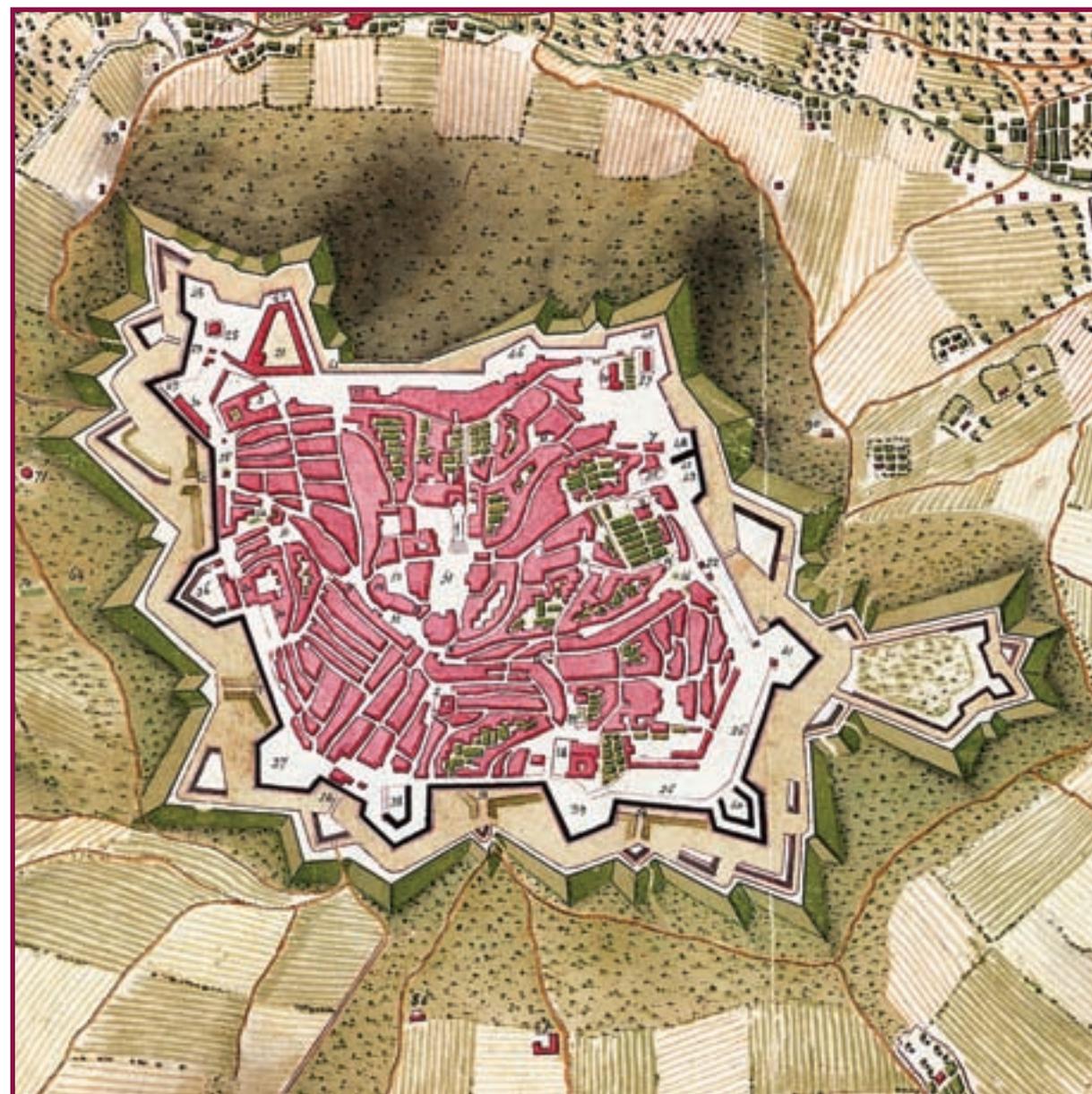
Elvas / Serviço Cartográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : S. C. E., 1970. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 414).

Tendo sido a maior praça-forte portuguesa, Elvas não tinha em 1641 “mais fortificações do que um recinto dobro de muralhas antigas, com o castelo que ainda existe e que domina da parte do Norte; porém, neste mesmo ano deu-se princípio à sua defesa, derrubando as casas que embarçavam a antiga muralha, levantando algumas ruínas, que muitos anos haviam ocasionado, e construindo algumas obras, no âmbito das muralhas” (marquês de Rozière, 1803).

Na realidade, a partir de um castelo muito antigo, concluído nos princípios do século XIII e que depois sofreu adaptações que o vocacionaram tanto para a defesa da fronteira como para funções residenciais, Elvas transformou-se, no decurso da Guerra da Restauração, na mais importante praça nacional e europeia. Nessa altura, edificou-se uma nova linha defensiva em torno da cidade e construiu-se o Forte de Santa Luzia, a Sul, obras em que se ocuparam o holandês Cosmander e outros engenheiros chamados pela Coroa portuguesa. O segundo fortim, o de Nossa Senhora da Graça, também conhecido por Forte de Lippe – que oferecia “num pequeno espaço todos os recursos da arte militar ornamentada pela elegância da arquitectura” (José Auffdiener, 1808, editado por A. P. Vicente, III, 1983) –, seria projectado, numa colina que domina a cidade a Norte, pelo conhecido marechal que comandou o Exército português durante a Guerra Fantástica e que lhe emprestou o nome. Nesta região tivera lugar, após cerco prolongado, uma das mais importantes refregas da Guerra da Restauração, conhecida pela Batalha das Linhas de Elvas (1659), sendo o local assinalado na planta aqui mostrada pela indicação “Campo dos Mortaes onde foe ganhada a vitoria” e lembrado, no terreno, por um padrão, nela também desenhado, em perspectiva.

Em 1801 era chamado a Elvas, para novas obras, Francisco de Alincourt, engenheiro francês que viera para Portugal em 1760 com o seu irmão Luís. No país acabaria por terminar os seus dias, após mais de 50 anos em que aqui executou e dirigiu vários levantamentos cartográficos e obras de fortificação, acabando reformado do Real Corpo de Engenheiros nacional, no qual se integrara e ascendera a brigadeiro. Nessa comissão, levantou com grande pormenor a planta da cidade, em escala dupla daquela que é aqui mostrada, e esboçou também inúmeras representações de vários aspectos do corpo principal da praça e dos fortins anexos.

Independentemente dos aspectos de cariz militar para cujo fim foi levantada, esta planta de 1802 detalha com grande minúcia o terreno que enquadra a cidade: o percurso do rio Ceta, afluente do Caia, as quintas, enumeradas e delimitadas, as fontes e chafarizes, os lagares de azeite, os fornos de cal ou de tijolo... A tudo, os sombreados das formas do terreno ajudam a dar vida. Suspeita-se que esta planta tenha servido de modelo à delineada, no ano seguinte, para ilustrar a memória do marquês de Rozière (1803), na qual este deixou expressos os defeitos da praça para a importância das suas funções, repetindo o que pensava também de outros locais da fronteira.



ALINCOURT, Francisco de, 1733?-1816

Planta da praça de Elvas com seus fortes adjacentes : que por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Dom Fran.^{co} X.^{er} de Noronha, ten.^{te} gen.^{al} dos Reaês Exercitos de S. A. R. e governador por comição regia, mandou levantar-se o coronel Fran.^{co} d'Alincourt à planta das vezinhanças da campanha the alcance da artilharia de punto em branco, para mostrar tudo quanto he prejudicial à fortificação da praça / Fran.^{co} d'Alincourt delineavit ano 1802. - Escala [ca. 1:6900], 4000 palmos = [12,8 cm]. - 1802. - 1 planta : ms., color. ; 51 x 72 cm.

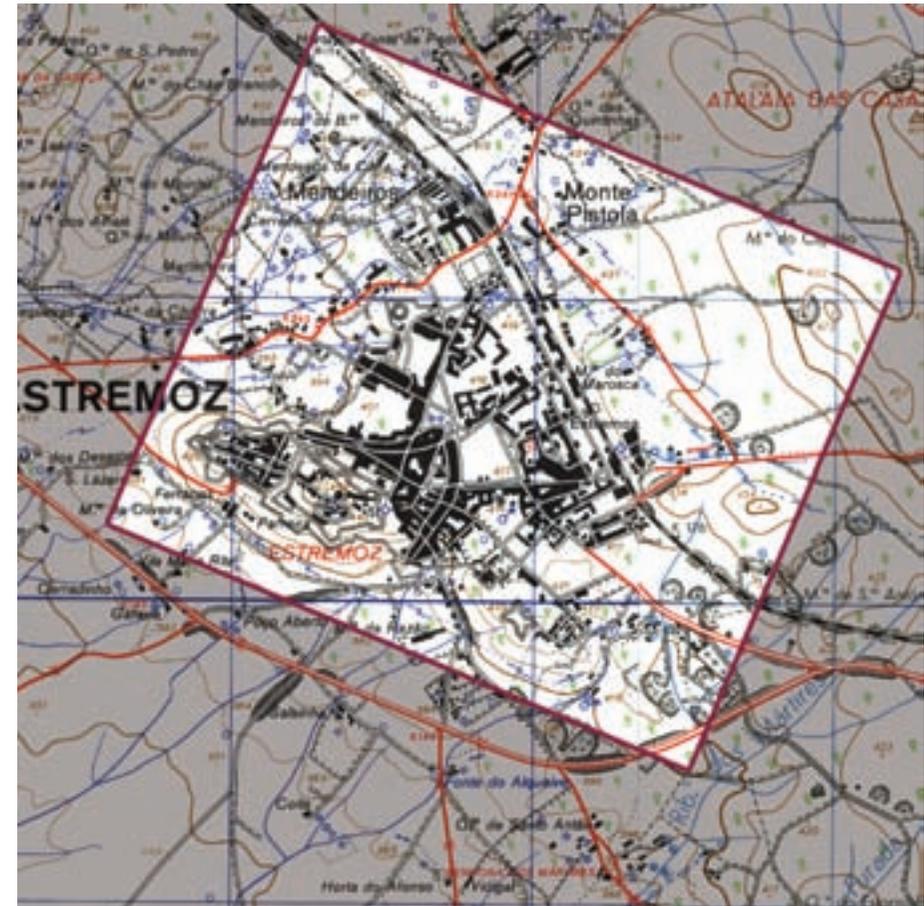
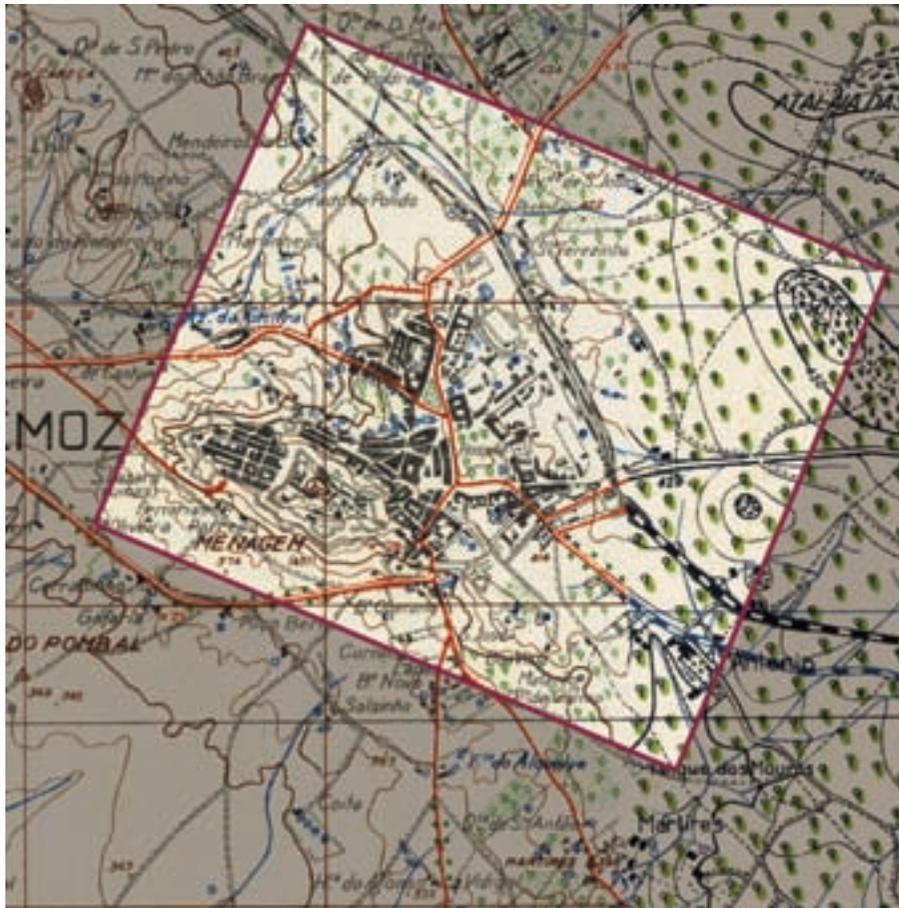
1753-1A-14-19 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

[Estremoz, Vila Viçosa] / Serviços Cartográficos do Exército. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1937, 1944]. - 2 folhas : color. ; 40 x 64 cm cada. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 425, 426). - Extraído de 2 folhas contíguas da carta.



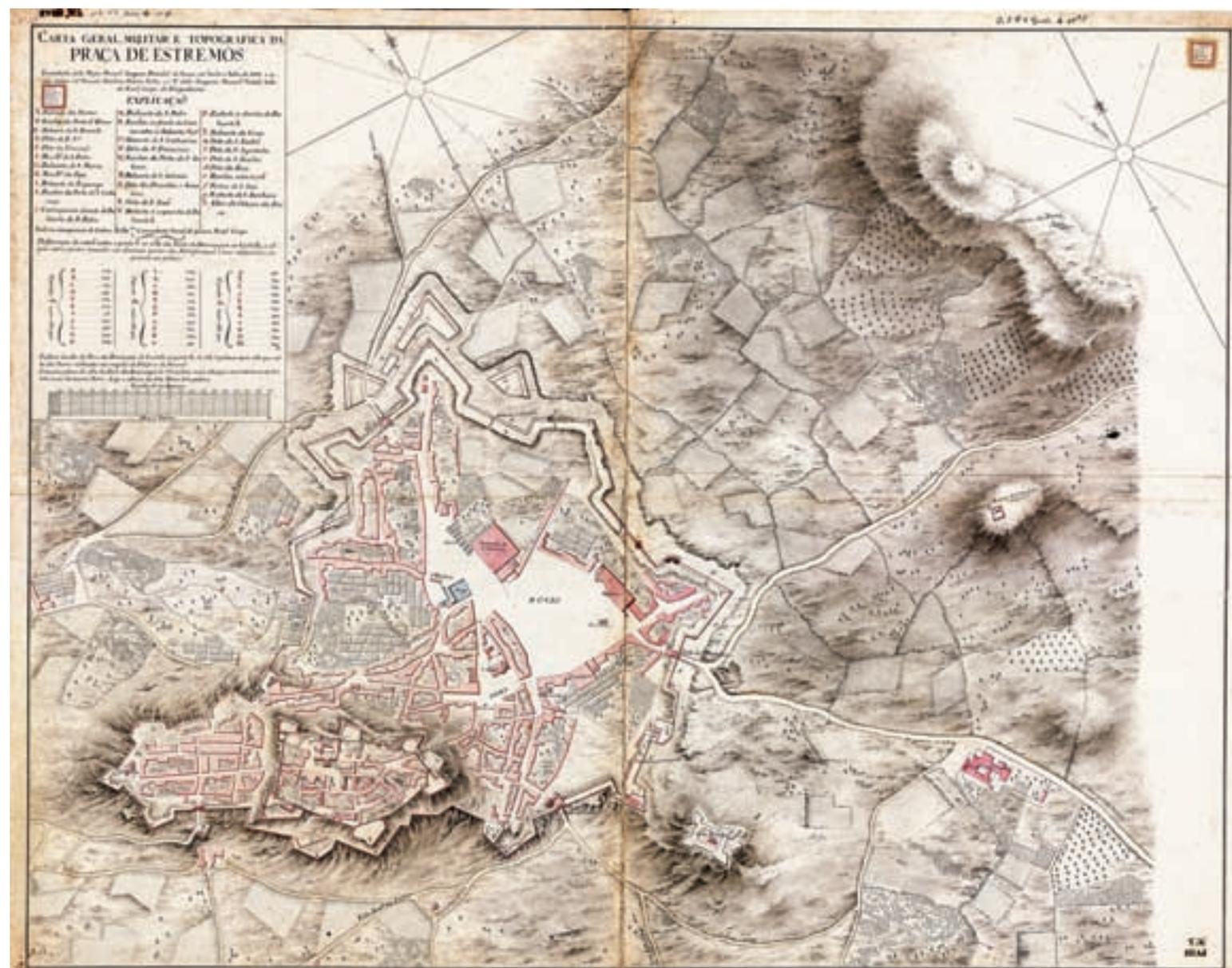
PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

[Estremoz, Vila Viçosa] / Instituto Geográfico do Exército. - [Ed. 3, 4]. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 2 folhas : color. ; 40 x 64 cm cada. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 425, 426). - Extraído de 2 folhas contíguas da carta.

Tida por uma das mais aprazíveis localidades do Alentejo, o padre Carvalho da Costa diria sobre Estremoz na sua *Corografia portugueza...* (1708, II, p. 443-445): “O principal e antigo dela ocupa um monte, em que há um soberbo castelo e cerca de povoação antiga (...). Estende-se a vila pelas fraldas do monte, oposta pela maior parte ao Ocidente, e tem segunda cerca de torreados muros com nove portas, em que o tempo tem já feito grandes ruínas. Depois se foi povoando uma planície, que fica da parte do Norte, aonde está um formoso terreiro, cercado de conventos e casas nobres, e no fim dele um chafariz com oito bicas e um formoso tanque quadrado e dois mais pequenos, com muitas fontes perenes, com tanta cópia de cristalinas águas que com suas correntes para a parte do Ocidente se regam fresquíssimas hortas por grande espaço e veigas excelentes, com que a vila se engrandece, além dos muitos olivais e terras cultivadas que a cercam das outras partes e a fazem abundante de todos os frutos. Tem grande trato de panos e fábrica de odoríferos púcaros e vasos de barro feitos de artificiosas e engenhosas formas, mui celebrados em todo o reino, como também seus mármore e jaspes finíssimos, que recebem tal lustre e polimento, como espelhos, que lhes não levam vantagem os mais finos alabastros e pórfidos [pórfiros?] de outras regiões. (...) Está hoje toda fortificada ao moderno, com fortes e inexpugnáveis muros, com quatro portas tão soberbas, que podemos dizer sem hipérbole ser Estremoz um extremo de todo o Alentejo”. Embora este texto tivesse sido escrito mais de cem anos antes da planta aqui mostrada, dá uma excelente descrição dela e é também um belíssimo retrato da cidade setecentista.

Entre Évora e Elvas, Estremoz ocupava uma importante posição militar no centro do Alentejo. O núcleo urbano original ligava-se ao forte conjunto defensivo medieval, constituído pelo castelo e pela cerca, embora fosse permeável ao exterior pelas várias portas, que abriam para os campos em redor. E foi a continuação da sua importância militar que a amuralhou, mais amplamente, em meados do século XVII, em cujas obras participou o jesuíta holandês Cosmander.

Entre os projectos posteriores de valorização da praça, conta-se aquele de que foi encarregado o engenheiro militar Brandão de Sousa em 1818, depois de ter estado em Juromenha no ano anterior. Para além desta planta e de uma outra do castelo, em escala dupla, em que se propuseram as obras a executar em Estremoz para a tornar mais poderosa, deveria existir ainda uma memória, cujo paradeiro se desconhece. Tais trabalhos parecem ter sido continuados, nos dois anos seguintes, pelo pouco brioso engenheiro Joaquim Francisco António de Sousa (1762?-1831), a quem o comandante do Corpo pedia, nos princípios de 1819, que, com outros oficiais, procedesse à redução daquela planta e à junção da topografia dos arredores. Ele subscreveu então o esqueleto da carta topográfica, contendo as triangulações, e a comparação com uma planta antiga, assinalando os seus erros.



SOUSA, Manuel Joaquim Brandão de,
1757?-1833, e outros

Carta geral, militar, e topografica da praça
de Estremôz / levantada pelo major Manoel
Joaquim Brandaõ de Souza em Junho e Julho de
1818, e às suas ordens o 1.º tenente Paulino
Maria Salvo, e o 2.º dito Joaquim Manoel Vidal,
todos do Real Corpo de Engenheiros. - Escala
[1:2000], 200 braças [por] 1 palmo. - 1818. - 1
planta : ms., color. ; 96 x 123 cm.

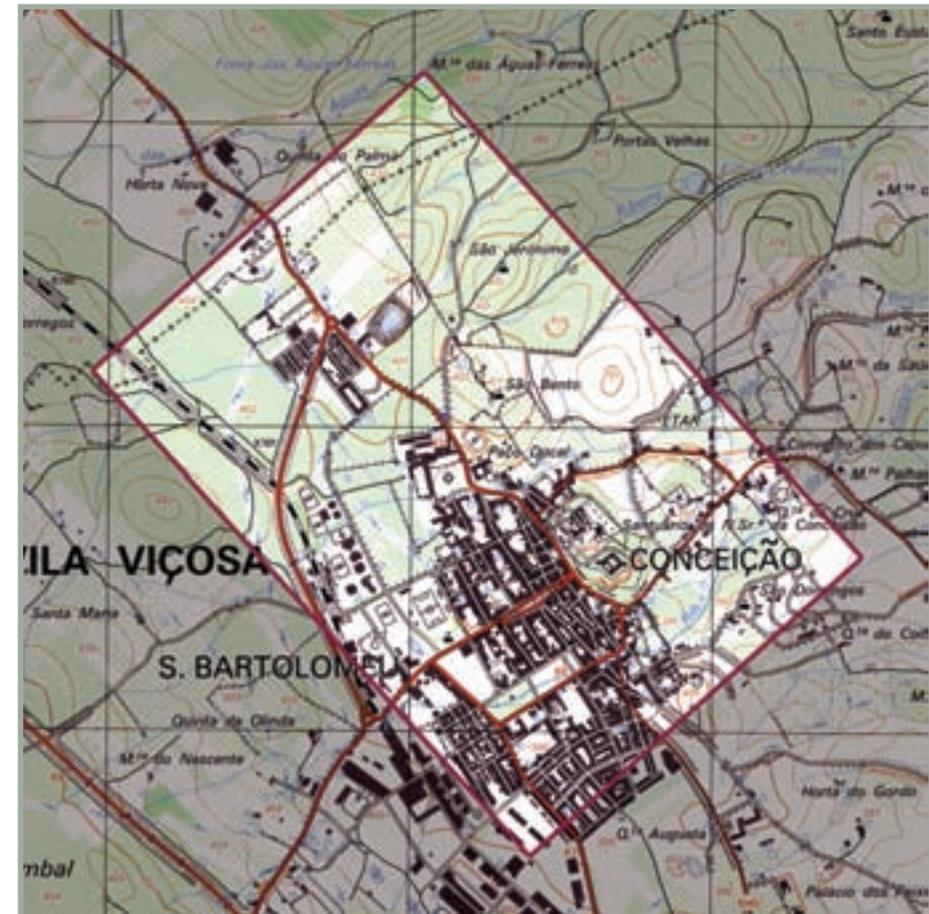
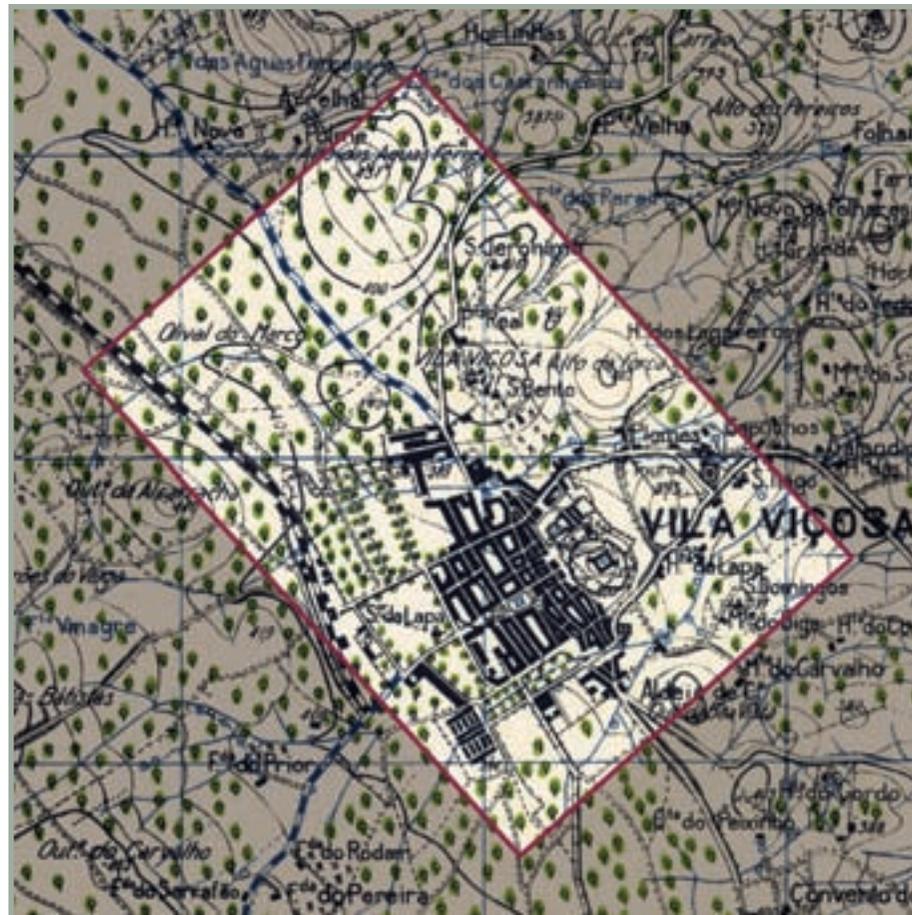
4261/III-1A-15-20 (DIE)



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Borba, Vila Viçosa / Serviços Cartográficos do Exército ; lev. por cap. Almiro, ten. Pires Neves, cap. Celestino ; fot. ten. D. Neves ; des. cap. A. Antunes. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., [1937]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 426).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Vila Viçosa / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 4. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2008. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 426).

Implantada em “viçoso vale, donde tomou o nome”, entre Évora e Elvas, e aproximadamente à mesma distância desta e da portuguesa praça de Olivença, Vila Viçosa é conhecida pelo seu castelo e, sobretudo, pelo imponente e emblemático Paço Ducal, que foi residência oficial dos duques de Bragança. Construído a partir do começo de Quinhentos, o Paço ostenta o poder e a importância que teve esta casa nobre. À sua ilharga fica o castelo medieval, datando do século XIII, onde os Braganças haviam habitado antes de se instalarem num mais vasto espaço extra-muros. O projecto de construção uniu harmoniosamente o Paço do Rei (A, na planta), o Terreiro do Paço ou praça anexa (U), as áreas religiosas (B, C e D), onde se incluía o panteão familiar dos duques e duquesas em separado, e a Tapada Real, amplo espaço de caça. Mas, após a subida ao trono de D. João IV, o Paço passaria a ser utilizado apenas para veraneios temporários da Coroa, o que ditaria o fim da sua época de esplendor e o decréscimo da população da vila. A proliferação de residências aristocráticas, acompanhadas de igrejas e mosteiros, na parte do Alentejo médio, cujo auge se verificaria nos séculos XV e XVI, tem aqui o seu melhor exemplo, tomando esta região como “palco privilegiado do exercício do poder, em detrimento do Norte” (J. Mattoso, S. Daveau e J. Belo, 1997).

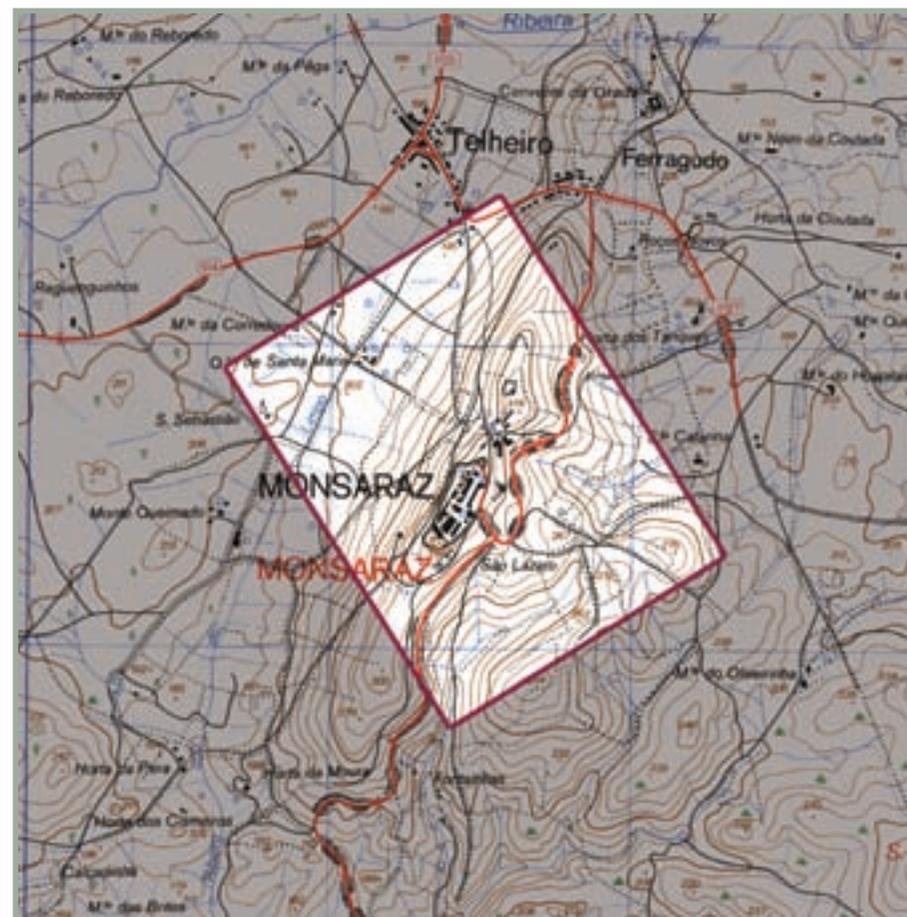
Em meados de Setecentos, no período da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), perante a ameaça de nova invasão militar e em consequência do pedido de auxílio do governo português a Inglaterra, entravam em Portugal inúmeros engenheiros estrangeiros que, uma vez mais, se ocuparam sobretudo da representação cartográfica dos espaços ameaçados e dos lugares fortes para a defesa da fronteira e da costa. João de Roemer, que delineou a planta aqui mostrada, era um deles, um alemão que acompanhou o conde de Schaumbourg Lippe, marechal-general que veio então comandar as forças anglo-portuguesas e reestruturar o desorganizado Exército nacional. Pouco se sabe sobre esta planta antiga e o seu autor. No entanto, ela mostra claramente como era Vila Viçosa à época e os dois conjuntos distintos que caracterizavam este aglomerado urbano e que ainda hoje se mantêm vivos. O primeiro, de raiz medieval, situa-se no topo da colina onde está implantado o castelo, intramuros, estendendo-se pela encosta poente – embora haja suspeitas de que o núcleo fundacional se possa ter situado no Rossio de São Paulo (W, na planta antiga). O outro conjunto, de traçado renascentista, decorreu da mudança da residência ducal da alcáçova para o reguengo, época em que a vila triplicava em extensão. No século XX, Vila Viçosa mantinha algum crescimento para Oeste e, de forma mais densa, para Sul, enquanto a paisagem envolvente continuava ainda fortemente marcada pelas extensões das manchas de olival e pelas pedreiras de extracção dos característicos mármore desta região.



© Instituto Geográfico Português / 2005

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Monsaraz : [Reguengos de Monsaraz] / Serviços Cartográficos do Exército ; lev. pelo ten. S. Pessoa, ten. V. Castelo Branco, cap. R. Varela ; des. maj. A. Antunes. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000. - [Lisboa] : S. C. E., 1940. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 474).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Monsaraz : Reguengos de Monsaraz / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss, elipsóide internacional, datum de Lisboa. - [Lisboa] : I. G. E., 1995. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 474).

Situada num topo “altíssimo e de muitos penhascos”, dominando de mais 200 metros de altura o Guadiana que lhe fica próximo – e que a recente barragem do Alqueva aproximou ainda mais do que no passado –, Monsaraz fora já nos tempos pré-históricos um castro fortificado. Nos primeiros tempos da nacionalidade foi cercada de muros e dotada de um forte castelo. Dada a proximidade com a fronteira e com o rio onde esta se materializa, era edificada, no período da Guerra da Restauração, uma nova fortaleza mais ampla, envolvendo a vila e cujos baluartes se voltavam para Espanha. Como noutras praças do Alentejo, o projecto foi também da autoria dos engenheiros franceses que nessa época trabalharam em Portugal. Quando a sede do concelho é, antes de meados do século XIX, transferida para Reguengos de Monsaraz, a mais de 10 km de distância, começava a ruína da estrutura defensiva abandonada e seria este último lugar que iria depois crescer e transformar-se recentemente em cidade.

Descobertas por um feliz acaso à venda na Feira da Ladra e “livradas do perigo de cair em mãos de heréticos”, meio século depois de terem sido levantadas pelo capitão Miguel Luís Jacob em 1755, 14 plantas originais das praças do Alentejo foram então adquiridas para o Arquivo Militar, criado para depósito das cartas e memórias castrenses pouco tempo antes. Nessa altura foram copiadas no Arquivo, razão por que hoje se conhecem outras versões, com um desenho um pouco diferente. Ao conjunto parece ter-se juntado posteriormente um livro, reunindo, debaixo da mesma encadernação, 10 espécimes de proveniência ignorada mas que podem muito bem ter resultado de cópias então efectuadas. Para além de Monsaraz, foram também representadas pela mão deste engenheiro as seguintes praças: Elvas, Olivença, Estremoz, Castelo de Vide, Vila Viçosa, Serpa, Mértola, Marvão, Campo Maior, Arronches, Mourão, Moura, Noudar, Ouguela e Juromenha.

Em 1796, percorrendo a fronteira alentejana, Isidoro Paulo Pereira (1740?-1824) escrevia: “É esta pequena praça fortificada sobre um monte pedregoso, que corre de Nordeste ao Sudoeste, (...) tem um castelo antigo com muita ruína e o recinto que a rodeia mais moderno contém alguns baluartes e ângulos salientes, cuja muralha, ainda que a maior parte de pedra seca, não tem ruínas consideráveis. (...) Olhando desta praça para o Sul tem uns altos que, ainda que a não dominem, estão próximos (...). Desta praça se descobre muita campanha, tanto do Reino como de Espanha (...). Esta situação de Monsaraz é um dos pontos que precisa [ser] defendido por estar próximo à raia e ter boas passagens para muitas partes desta província, como fica dito, e próxima à capital”.

Pequeno lugar, cuja posição geográfica determinara a importância histórica, assim se manteve preservada a vila de Monsaraz, com o seu castelo para o lado sul e os estirados arrabaldes para o lado oposto do mesmo topo elevado.



JACOB, Miguel Luís, fl. 1726-1771

Planta da praça de Monsaraz e seus contornos / tirada na vezita geral das praças da prov.^a de Alentejo no anno de 1755 por ordem do sargento mor de batalha Manoel Fr.^o de Andrade q. interinam.^e governava a prov.^a naquelle tempo pello cap.^m de infantaria com exercicio de engenhr.^o Miguel Luis Jacob. - Escala [ca. 1:3100], 150 braças = [10,5 cm]. - 1755. - 1 planta : ms., color. ; 38 x 48 cm.

3076-2-21-30 (DIE)

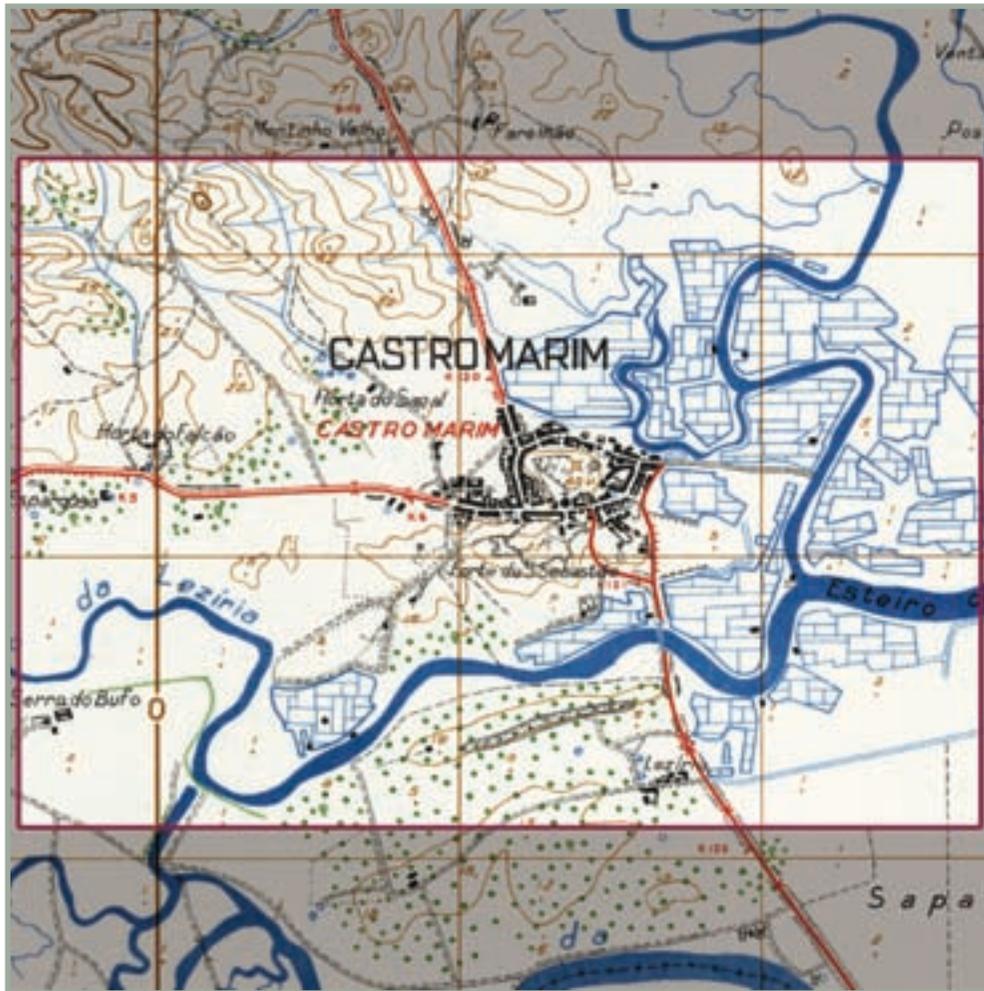


© Instituto Geográfico Português / 2005

CASTRO MARIM

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Vila Real de Santo António / Serviços Cartográficos do Exército ; trabalhos de campo cap. Ferreira Lima ; des. ten. mil. H. Jardim. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1954]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 600).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

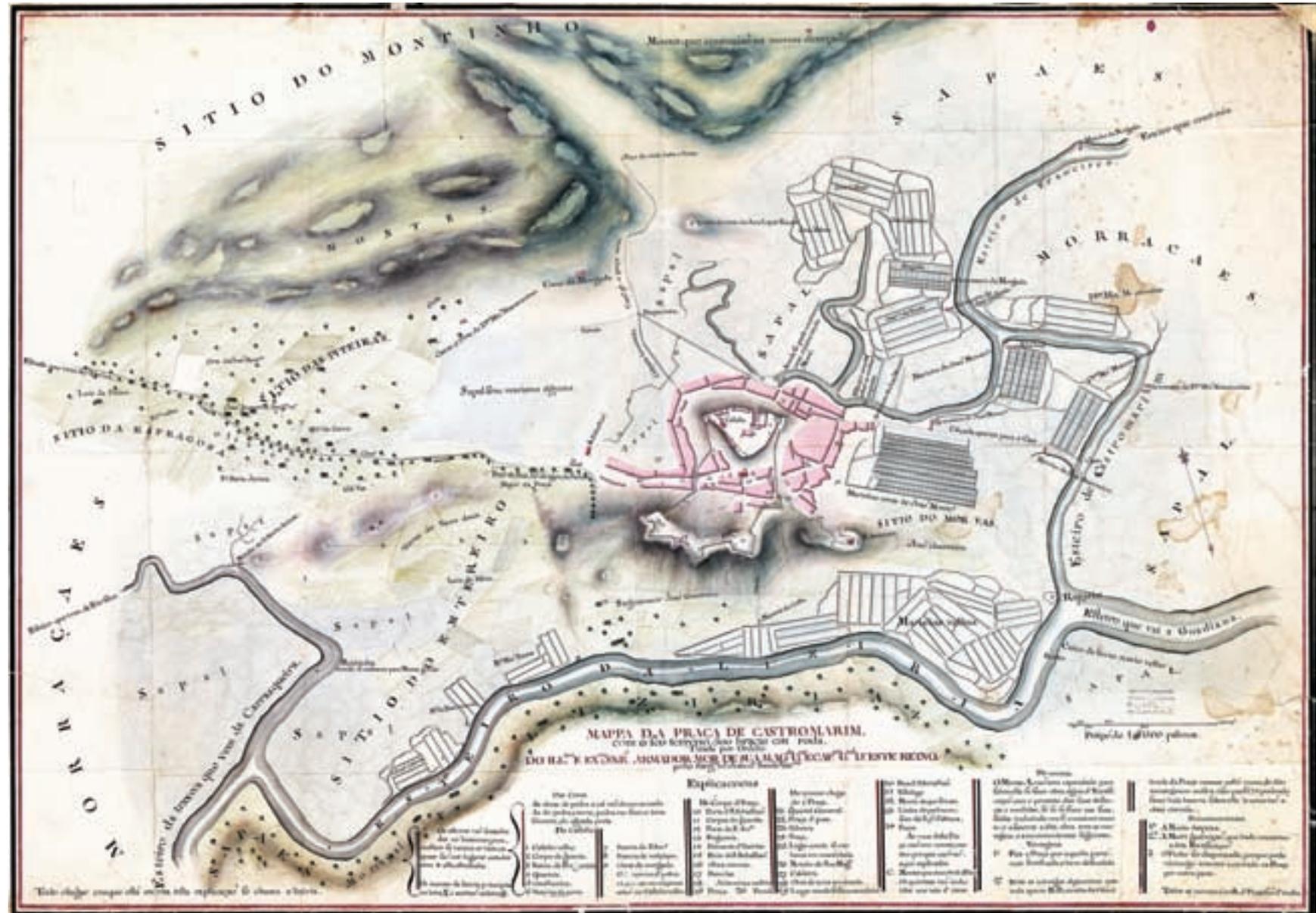
Vila Real de Santo António / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2005. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 600).

Localizada na proximidade da foz do Guadiana, rio que punha em ligação o litoral sul do país com o interior alentejano, Castro Marim tem uma origem que recua longinquamente no tempo, certamente ligada desde cedo a uma intensa actividade comercial. Edificada a povoação num sítio um pouco mais alto e isolado, rodeiam-na vastos sapais utilizados na exploração de sal. Nessas áreas pantanosas entrecortadas por canais, estende-se, a Sul, o Esteiro da Lezíria, que desemboca no Guadiana frente à cidade espanhola de Ayamonte. A vila, dominada a cerca de 30 metros de altitude pelo castelo medieval, pouco cresceu até há 20 anos, comparativamente com o retrato que dela temos da década de 70 do século XVIII.

Esta planta de Sande Vasconcelos é riquíssima de pormenores: para além dos edifícios de pedra e cal (a encarnado) ou dos de pedra e terra (a preto), representa também muitas informações sobre a ocupação e uso do solo, nomeadamente as salinas, os moinhos, os vaus ou os locais de embarque, os poços de água potável, etc. Naturalmente, a praça de guerra e as instalações ou os espaços militares têm prioridade: foi por causa deles que tal planta foi levantada. A praça alia-se ao castelo, no centro, a que se ligam linhas de fortificação, estando já arruinada na época uma obra em terra, a Oeste. Em torno deste conjunto fechado e das suas duas portas se foram organizando as edificações e a rede viária. E assim permaneceu contido o centro urbano de Castro Marim até muito recentemente.

Sande Vasconcelos é um engenheiro militar sobejamente conhecido pelos profusos levantamentos feitos no Algarve, onde foi colocado em 1772 (era então sargento-mor desde o ano anterior) e onde acabaria por terminar os seus dias. Ele foi autor de inúmeras cartas topográficas e hidrográficas e ainda de plantas de fortes ou de quartéis. No entanto, os seus trabalhos cartográficos não nos parecem ser de grande rigor, nem tão-pouco trazer inovações relevantes para a época, mesmo atendendo a que foram realizados no último quartel do século XVIII. Sem data, esta planta de Castro Marim baliza-se temporalmente pelo período em que D. José Francisco da Costa e Sousa, armador-mor, foi governador e capitão general do reino do Algarve (1773-1782). Provavelmente, tal levantamento seguiu-se à exposição que este fez em 1773 ao Ministro da Guerra, dando conta das ruínas que vira nas fortificações das praças de Alcoutim e Castro Marim, que se deviam reparar para "se não reduzirem a pior estado".

No começo de Oitocentos, novos levantamentos detalhados eram realizados pelo marquês de Ternay (?-1813), oficial francês que tinha vindo para Portugal em 1797 e que morreria em Portalegre, e por Eusébio de Sousa Soares (fl. 1790-1817). Nessa altura (1804), estabelecia-se o projecto de um canal entre o esteiro do Rio Seco e o de Castro Marim, isolando a praça de guerra, e de uma comunicação por estrada com Vila Real de Santo António.



VASCONCELOS, José de Sande,
1729-1808

Mappa da praça de Castromarim,
com o seo terreno 500 braças em
roda / tirada por ordem do Ill.^{mo} e
Ex.^{mo} Sñr. armador mor de Sua
Mag.^{de} g.^{or} e cap.^{am} g.^{nal} d'este reyno
pello sarg.^{to} m.^{or} Joze d'Sande Vas.^{cos}. -
Escala [ca. 1:2200], 1600 palmos =
[15,7 cm]. - [1773-1782]. - 1 planta :
ms., color. ; 97 x 138 cm.

95-2-21A-105 (DIE)

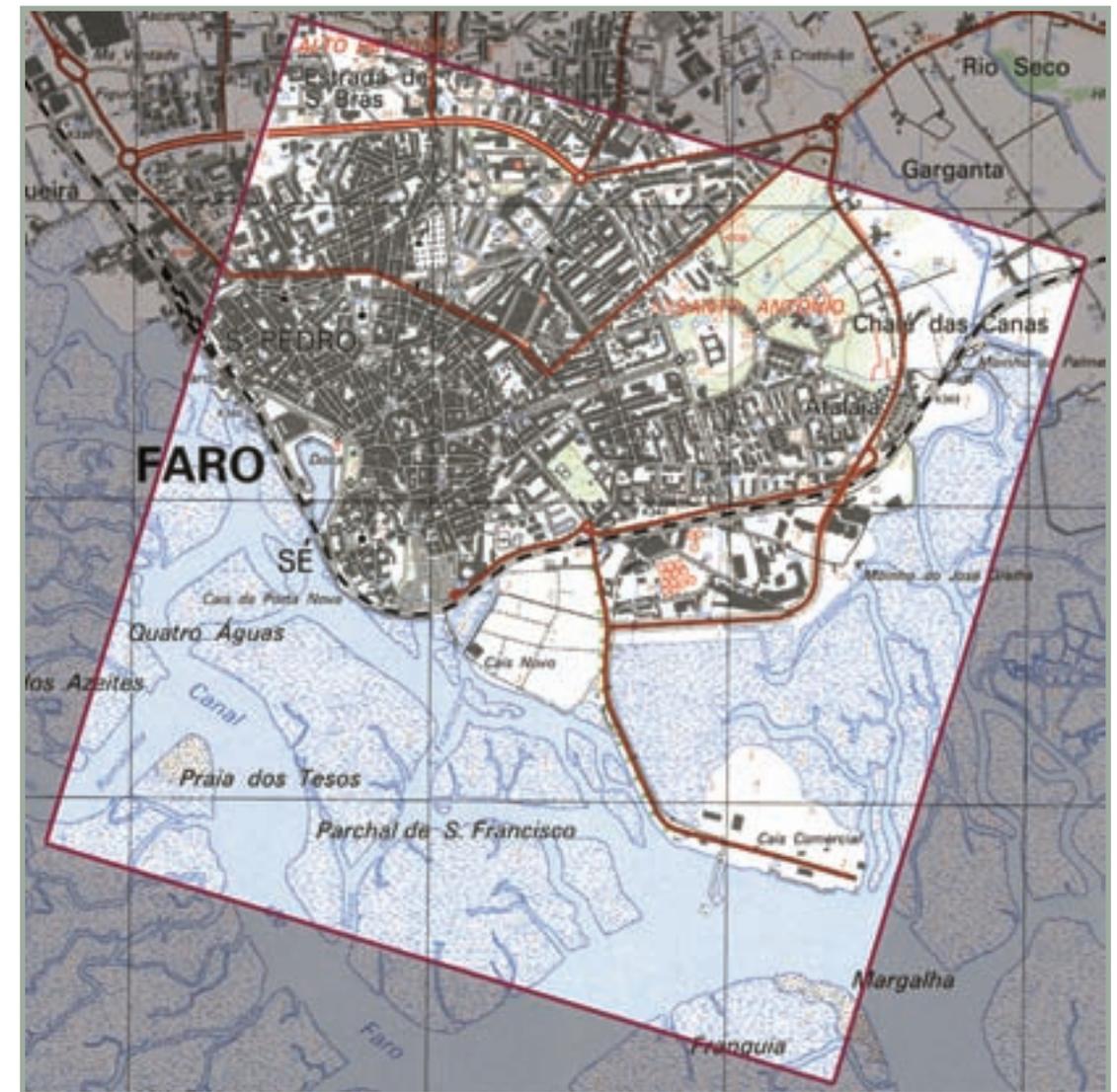


© Instituto Geográfico Português / 2005

FARO

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Faro / Serviços Cartográficos do Exército ; trabalhos de campo alf. mil. Casaca ; des. ten. mil. H. Jardim. - [Ed. 1]. - Escala 1:25 000, projecção de Gauss. - [Lisboa] : S. C. E., [1954]. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 611).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Faro / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 3. - Escala 1:25 000, projecção transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2005. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888 ; fl. 611).

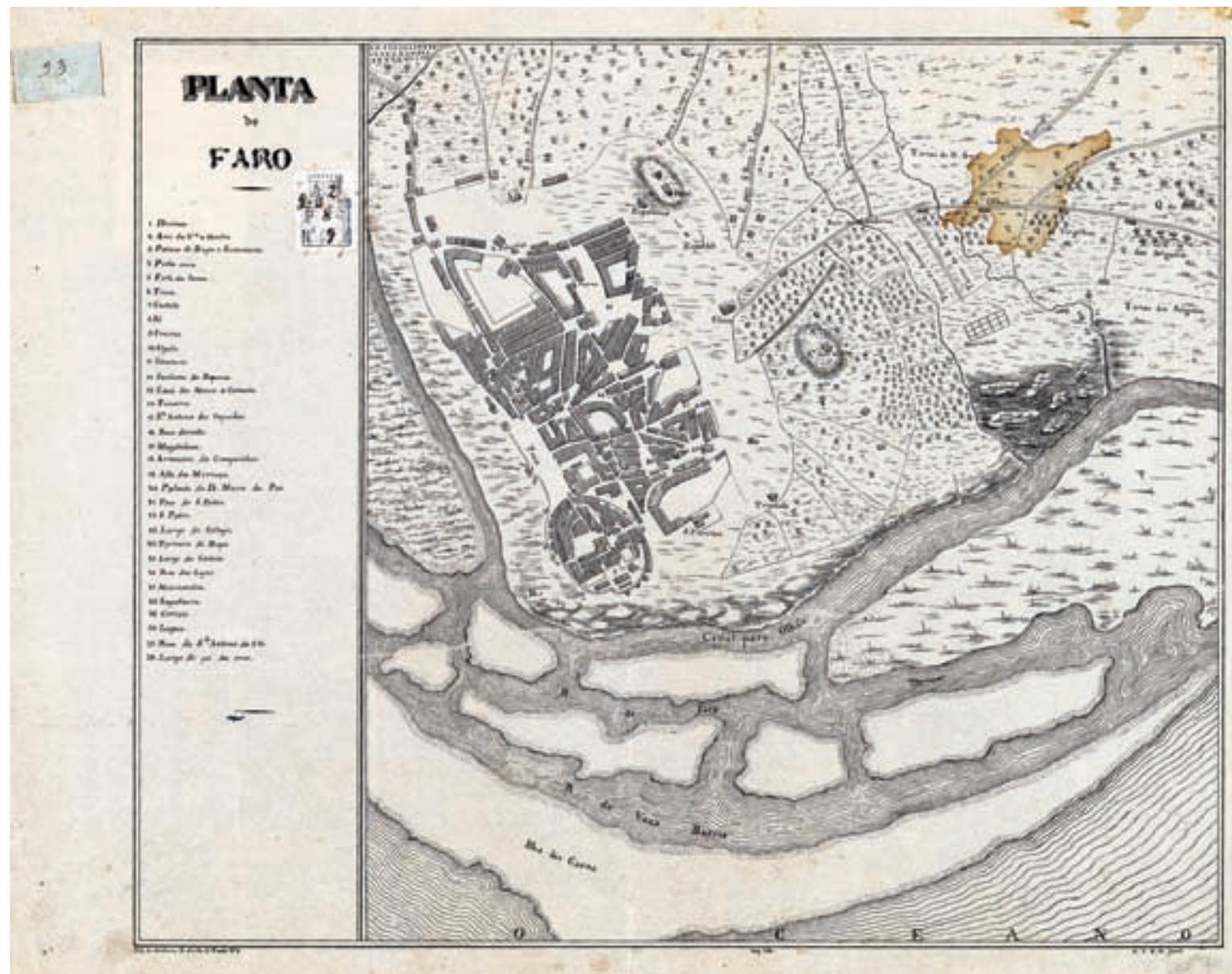
A planta de Faro, litografada antes de meados do século XIX e, por isso, a preto e branco, é, sob vários pontos de vista, um enigma. Uma outra versão, quase idêntica, foi integrada por João Baptista da Silva Lopes nas *Memorias para a historia ecclesiástica do bispado do Algarve*, publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa em 1848*. Dobrada e em anexo, conjuntamente com uma vista de Silves, sobre ela dizia o autor: “Foi esta planta tirada em 1832 pelo Sr. José Gualdim Ferreira, hoje empregado do Tesouro, no revelim grande da Torre de S. Julião, onde estava preso, somente pela reminiscência que conservava por ter residido naquela cidade antes de ser preso em Maio de 1828 por supostos crimes políticos; os contornos são acrescentados pelo Sr. cónego Joaquim Manuel Rasquinho” (p. 355). Talvez que esta última planta possa ter sido impressa a partir da mesma chapa litográfica daquela que aqui se mostra: para ser inserida nas *Memorias*, ter-se-ão retocado o título, os separadores da legenda e os traços que ultrapassavam as margens para o interior da dupla esquadria. Em todo o caso, uma e outra não foram, com certeza, impressas a partir de chapas litográficas distintas.

Apesar de se tratar de uma planta muito pouco rigorosa, se atendermos ao que já era possível produzir na época, não parece ser plausível que meras lembranças longínquas possam ter levado alguém (que, estranhamente, não foi nela referido) a esboçá-la, ainda que grosseiramente, como aquela *Memoria* refere. Mesmo que as enigmáticas abreviaturas correspondam a quem a desenhou, a informação mostrada não é claramente, nem pelos seus intervenientes nem tão-pouco pelo rigor, de natureza militar.

De qualquer modo, a planta dá um retrato aproximado da mais importante cidade algarvia, de raízes muito antigas, cujas edificações na altura ultrapassavam já largamente o seu perímetro amuralhado. Com uma configuração ovalada, as muralhas (ou a fortaleza) de Faro envolviam o seu núcleo mais antigo, ao qual se acedia por uma porta medieval, em cujo local se construíra pouco tempo antes o arco da “Vila-a-Dentro”, voltado para Norte. O castelo, no seu canto mais a Sul, foi sofrendo entretanto os inevitáveis efeitos do tempo, que acabariam por o descaracterizar: nos finais do século XIX era transformado em fábrica, depois de aí ter estado sediado o Quartel do Regimento de Artilharia do Reino do Algarve. Apesar da cidade se abrigar por detrás da complexa teia de ilhas de areia, de sapais lodosos e de canais navegáveis, que constituem a ria de Faro, também aqui razias e destruições, de diferente natureza, foram transformando este antigo núcleo humano.

A importância da actividade comercial no Algarve, já muito antiga, levou a defender homens e mercadorias dos ataques da pirataria do Norte de África e dos corsários ingleses e franceses, reforçando com fortificações costeiras a defesa do litoral. Mais importante do que proteger a região dos conflitos com Espanha, foi acima de tudo necessário, até ao século XIX, vigiar e guardar os centros urbanos e as suas entradas marítimas.

* Agradece-se a Luís Fraga da Silva a ajuda prestada na identificação da planta reproduzida no sítio do Campo Arqueológico de Tavira, cuja associação se dedica ao estudo desta cidade (<http://www.arkeotavira.com>).



A., A. J. S.

Planta de Faro / A. J. S. A. fecit ; Cag. lith. -
Escala [ca. 1:7000]. - [S.l.] : Off. de Antunes R.
dir. de S. Paulo n.º 5, [1832-1848]. - 1 planta :
p8b ; 39 x 49 cm.

4024-2-19A-27 (DIE)



© Instituto Geográfico do Exército / 2002

ANGRA DO HEROÍSMO

PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959

Angra do Heroísmo : Terceira / Serviços Cartográficos do Exército. - Ed. 1. - Escala 1:25 000, projecção UTM, elipsóide internacional, datum da Ilha Graciosa. - [Lisboa] : S. C. E., 1959. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Açores, série M889 ; fl. 24).

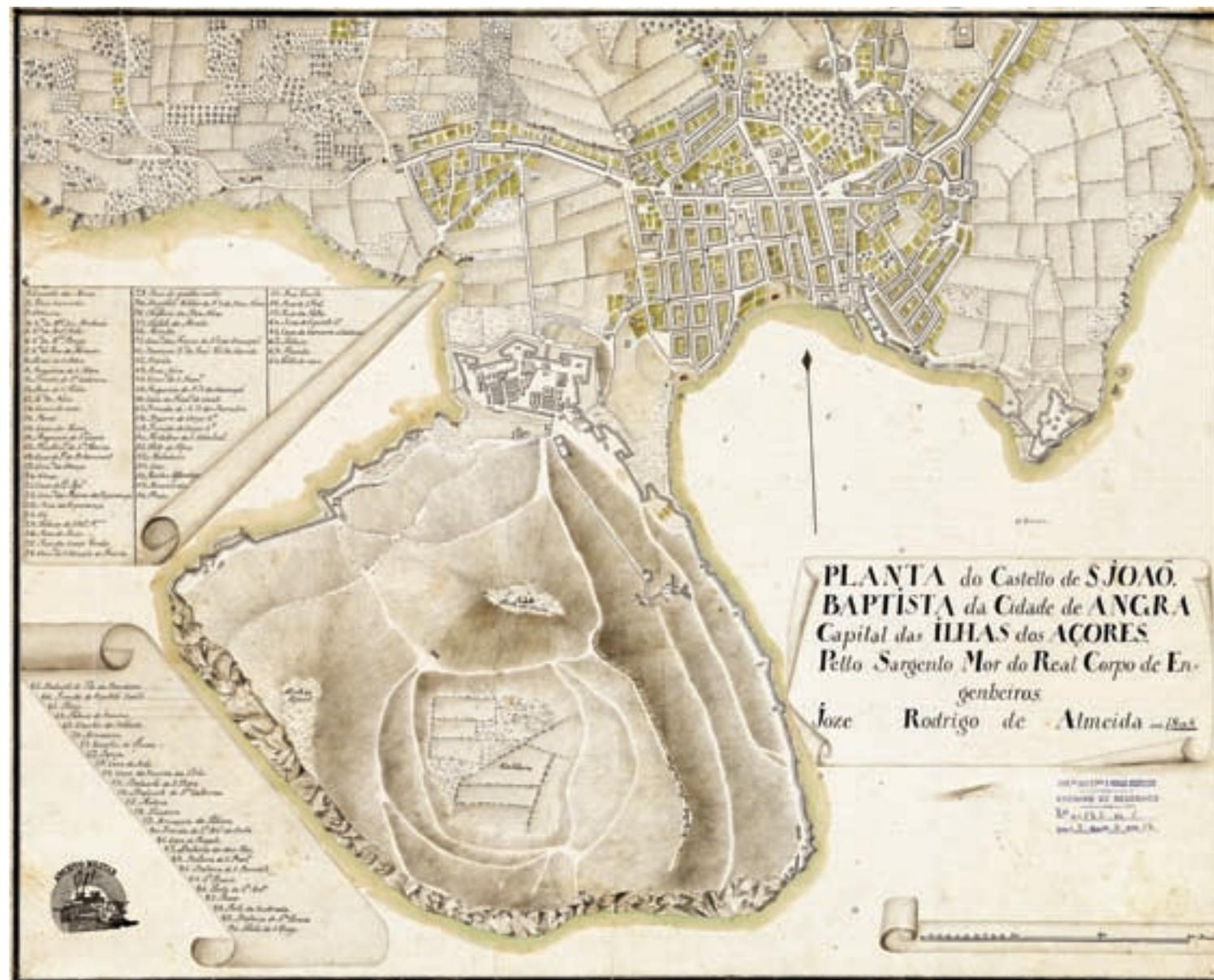


PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Angra do Heroísmo : Terceira : Açores / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção universal transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2002. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Açores, série M889 ; fl. 24).

Situados no cruzamento das grandes rotas marítimas intercontinentais, os Açores tiveram, desde o século XV e durante cerca de 300 anos, um importante papel pela sua posição geoestratégica no Atlântico Norte, que se reflectiu naturalmente no grande número de representações cartográficas, nacionais ou estrangeiras, sobre esse espaço. Figurando o conjunto ou as ilhas, uma a uma, e ainda as cidades, portos e postos de defesa mais importantes, de entre estes mapas sobressaem as representações da ilha Terceira, sede do poder militar no arquipélago. Para proteger o porto e a cidade de Angra do Heroísmo fora edificado um inabalável sistema defensivo, constituído pelo Forte de S. Sebastião, a Oriente, e pelo Castelo de S. Filipe do Monte Brasil, a Ocidente, entretanto rebaptizado de S. João Baptista. Começado a construir no período da dominação filipina, nos finais de Quinhentos, pela sua situação e grandeza esta última fortaleza tornava-se o sustentáculo militar da Terceira e até de todo o arquipélago, sendo considerada a melhor de todas as praças de guerra portuguesas. Aqui, uma frente amuralhada interceptava todo o istmo da pequena península vulcânica situada a Poente da cidade, e a partir das suas extremidades pequenos fortes e redutos ligados por muralhas acompanhavam a costa; a Sul, a escarpa litoral constituía por si só uma barreira natural. Pelo sítio escolhido, o centro urbano protegeu-se dos ventos e, com o auxílio das fortalezas, das investidas inimigas; elevado à categoria de cidade em 1534, e a sede de bispado, foi-se desenvolvendo o seu importante património. Ao escrever sobre os Açores, um militar, não identificado, diria antes de 1832: “A Terceira, S. Miguel e o Faial, que são cabeças de comarca, estão em estado de civilização; melhor estariam se o fanatismo fradesco e eclesiástico não influísse tanto no espírito de uma grande parte da população. Das 3 maiores Ilhas dos Açores, a que possui um terreno mais plano, e mais abundante de águas, é a Terceira; por isso, o seu clima é o mais húmido e menos sadio; são raras as pessoas que excedem de 90 anos”.

Em Janeiro de 1805, José António da Silva César e Meneses, 8.º conde de S. Lourenço e 2.º marquês de Sabugosa, era nomeado governador e capitão general dos Açores. Tendo permanecido no cargo até Maio do ano seguinte, foi nessa altura realizado um importante esforço de reconhecimento cartográfico, perante a ameaça francesa (M. H. Dias, J. C. Garcia, A. F. de Almeida e L. Moreira, 2005). Entre os trabalhos então efectuados pelo engenheiro militar José Rodrigo de Almeida contam-se, para além da planta aqui mostrada e da carta de conjunto da ilha (todas com cópias de desenho sensivelmente diferente), várias outras representações, incluindo das inúmeras fortalezas dos Açores. Tendo trabalhado durante muitos anos no arquipélago, este oficial chegou a Director das Obras Militares, acabando por morrer em 1832 na Ilha de S. Miguel, para onde fora enviado como membro do Conselho Superior de Justiça, com a patente de coronel.



ALMEIDA, José Rodrigo de, ?-1832
Planta do Castello de S. Joaõ Baptista
da cidade de Angra, capital das Ilhas dos
Açores / pello sargento mor do Real Corpo de
Engenheiros Joze Rodrigo de Almeida em 1805. -
Escala [ca. 1:5000], 300 braças = [12,8 cm]. -
1805. - 1 planta : ms., color. ; 47 x 58 cm.

123-3-44-4 (DIE)



© Direcção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica dos Açores / 2004



PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993

Funchal : Ilha da Madeira / Serviço Cartográfico do Exército. - Ed. 1. - Escala 1:25 000, projecção UTM, elipsóide internacional, datum Ilha de Porto Santo. - [Lisboa] : S. C. E., 1975. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Madeira, série P821 ; fl. 9).



PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, 1993-

Funchal : Ilha da Madeira / Instituto Geográfico do Exército. - Ed. 2. - Escala 1:25 000, projecção universal transversa de Mercator, WGS84. - Lisboa : I. G. E., 2003. - 1 mapa topográfico : color. ; 40 x 64 cm. - (Carta Militar de Portugal 1:25 000. Madeira, série P821 ; fl. 9).

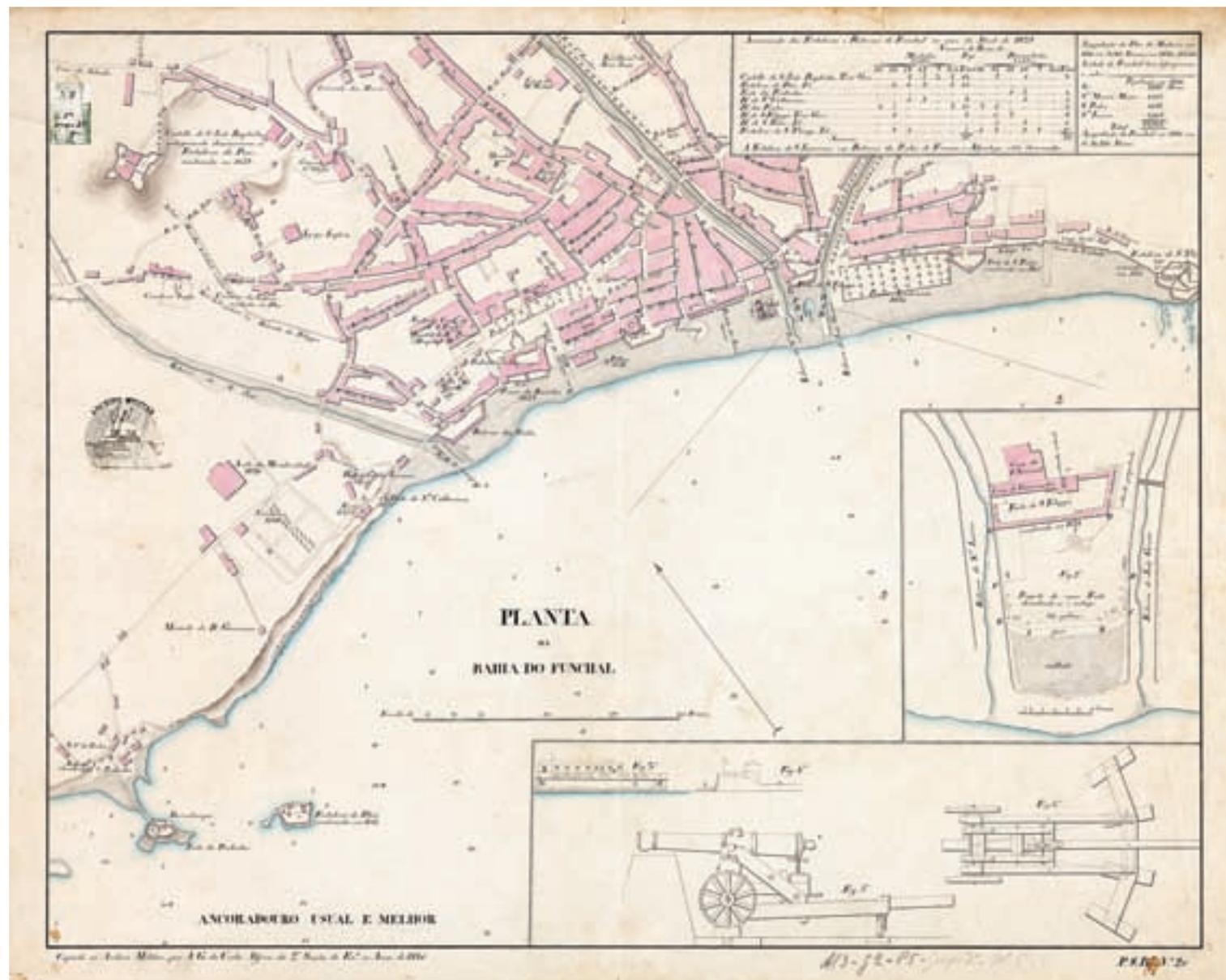
As rotas marítimas para a América setentrional e central ou para o continente africano despertaram desde cedo os interesses comerciais europeus pelo arquipélago da Madeira. Constituído por ilhas que pouco se assemelham, povoadas a partir do primeiro quartel do século XV, foi na mais extensa delas (com menos de 60 km de comprimento e um pouco mais de 20 de largura), inteiramente de natureza vulcânica, que se desenvolveu, na encosta virada a Sul, uma das mais importantes cidades portuguesas: o Funchal.

“Limitada por arribas que enquadram a baía, a cidade começou por se estender à beira-mar, após o que, por falta de espaço, se desenvolveu em altura. Uma grande parte do seu pitoresco deve-se a esta disposição. As casas encontram-se meio escondidas nos jardins em terraços (...). Cada esquina de rua, cada volta de caminho é um magnífico miradouro donde se desfruta um panorama que vai das montanhas, frequentemente envoltas em nuvens, às águas azuis escuras da baía. Observar de um barco esta paisagem inteiramente transformada pelo homem é um espectáculo inesquecível. Mesmo de noite tem encanto, quando a iluminação das casas, das ruas e dos caminhos forma como que uma cascata de luz que se despenha no mar” (O. Ribeiro, 1985, tradução do livro editado em francês em 1949).

O primitivo núcleo urbano conheceu cedo um grande surto devido à cultura da cana-de-açúcar e da vinha. Desde o século XVII aí se instalaram importantes negociantes ingleses, que se dedicavam ao comércio do vinho. As obras de edificação do porto, no século seguinte, vieram incrementar o comércio e o desenvolvimento da cidade para Norte. Em Oitocentos tornava-se uma estância terapêutica da fina aristocracia mas a massificação do turismo fê-la expandir-se ainda mais nos anos 60 e 70 do século seguinte.

Na década de 40 do século XIX, quando a planta foi levantada, viviam no Funchal um quarto dos habitantes da Madeira (quase 30 000 pessoas, segundo A. P. de Azevedo, 1842), tantos quantos os que haviam engrossado as estatísticas demográficas da Ilha desde o princípio do século. Aquando do último recenseamento da população, em 2001, o concelho registava cerca de 100 000 residentes.

Embora não se conheça com segurança a autoria da planta aqui mostrada, de grande interesse até pelas inúmeras referências ao momento da edificação de vários dos seus elementos, ela resultará provavelmente do trabalho de dois engenheiros que na Madeira executaram muitos levantamentos, quando aí estiveram em comissão de serviço. Esses engenheiros foram, primeiro, Paulo Dias de Almeida (entre 1805 e 1827) e, depois, António Pedro de Azevedo (talvez entre 1837, quando ingressou no Corpo de Engenheiros, e 1868, altura em que foi mandado regressar ao reino, depois de ter sido director das Obras Públicas). O facto do desenhador António Gualdino da Costa (fl. 1818-1853) ter passado a limpo, no Arquivo Militar, alguns dos muitos reconhecimentos executados por Pedro de Azevedo naquela data, levam-nos a suspeitar ser este o seu autor. As ilustrações anexas remetem certamente para algum relatório que este documento acompanhava.



PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868
 Planta da bahia do Funchal / copiado no
 Arquivo Militar, por A. G. da Costa alferes da
 2.ª Secção do Ex.º no anno de 1840. - Escala
 [ca. 1:3600], 200 braças = [12,3 cm]. - 1840. -
 1 planta : ms. ; 46 x 57 cm.

1302-2-22A-109 (DIE)



© Direcção Regional de Informação Geográfica e Ordenamento do Território da Madeira / 2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes publicadas

- ANDRADE, Monteiro de – *Plantas antigas da cidade: século XVIII e primeira metade do século XIX*. Porto: Câmara Municipal, 1943. (Documentos e Memórias para a História do Porto; 11).
- CAIXARIA, Eduardo – *O Real Archivo Militar: cronologia histórica e documental, 1802-1821*. Lisboa: Direcção de Infra-Estruturas [do] Exército, 2006. ISBN 978-972-99877-3-1.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – *Da vila cercada à praça de guerra: formação do espaço urbano em Almeida, séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- COSTA, António Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal....* Lisboa: na Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712. 3 vol.
- COSTA, José Maria das Neves – Considerações militares sobre as montanhas de Castello de Vide... *Revista Militar*. Tomo IV (1852), p. 7-10.
- DIAS, Maria Helena (coord.) – *Portugal em vésperas das Invasões Francesas: conhecimento geográfico e configurações: catálogo*. [Lisboa]: Instituto Geográfico do Exército, [2007]. ISBN 978-989-21-0086-9.
- DIAS, Maria Helena; ROSSA, José Manuel dos Ramos – *Dos Serviços Cartográficos ao Instituto Geográfico do Exército: 75 anos de actividade a servir Portugal, 1932-2007*. [Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 2007]. ISBN 978-989-21-0085-2.
- DIAS, Maria Helena (coord.) – *Contributos para a História da Cartografia militar portuguesa* [CD-ROM]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos [etc.], 2003. ISBN 972-636-141-9.
- DIAS, Maria Helena – As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da carta geral do reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. ISSN 0871-1666. I série, vol. XIX (2003), p. 383-396.
- DIAS, Maria Helena – *Portugalliae descriptio: do primeiro mapa conhecido (1561) ao primeiro mapa moderno (1865)*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. 2006. ISBN 989-21-0084-0.
- DIAS, Maria Helena – *Brigadeiro José Maria das Neves Costa, 1774-1841: patrono do Instituto Geográfico do Exército*. [Lisboa]: Instituto Geográfico do Exército, 2005.
- DIAS, Maria Helena; GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de; MOREIRA, Luís (coord.) – *História da Cartografia militar, séculos XVIII-XX*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 2005. ISBN 972-588-172-9.
- GARCIA, João Carlos – *A Geografia da guerra: leituras cartográficas do Portugal de Seiscentos*. Porto: [s.n.], 2007. Sumário da lição de síntese apresentada às provas de agregação.
- LOPES, João Baptista da Silva – *Memorias para a historia ecclesiástica do bispado do Algarve*. Lisboa: Academia das Sciencias, 1848.
- MANSO PORTO, Cármen – *Cartografia histórica portuguesa: catálogo de manuscritos, siglos XVII-XVIII*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999. ISBN 84-89512-54-X.
- MATTOS, Gastão de Melo de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1941.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal, o sabor da Terra*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1997. 14 vol.
- MENDES, H. Gabriel – *Catálogo de cartas antigas da mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral, 1969. (Cadernos técnicos e de informação; 22).
- MOREIRA, Luís Miguel – *O Entre Douro e Minho nos finais do século XVIII: Cartografia, Geografia e História das populações*. Guimarães: Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004. Tese de mestrado.
- PORTUGAL, Thomaz Antonio de Villa-Nova; OLIVEIRA, Joaquim Pedro Gomes de – Observações económicas sobre a comarca de Setubal. In *Memorias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal*. Lisboa: na officina da mesma Academia, 1791. Tomo III, p. 298-328.
- RIBEIRO, Orlando – *A Ilha da Madeira até meados do século XX: estudo geográfico*. 1.ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- RIBEIRO, Orlando – *A Arrábida: esboço geográfico*. 3.ª ed. [Lisboa]: Fundação Oriente; Sesimbra: Câmara Municipal, 2004. ISBN 972-785-057-X, 972-9150-47-8.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987-1991. 4 vol.
- SEPULVEDA, C. Ayres de Magalhães – *Historia organica e politica do Exercito português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910-1928. Vol. V-XV.
- SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.
- VICENTE, António Pedro – *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971-1983. 3 vol.
- VICENTE, António Pedro – Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal, 1762-1796. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Nº 41 (1971), p. 11-298.

Fontes manuscritas¹

[AUFFDIENER, José] – *Idea patriótica sobre o caminho que se pertende fazer de Lamego para o Douro...* [ca. 1790]. Contém mapa de Maximiano José da Serra, de 1791, que embora relacionado não pertence a este documento. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-14-17.

[AUFFDIENER, José] – [Memória sobre as estradas do Alto Douro]. [ca. 1790]. Cópia da memória remetida a Luís Pinto de Sousa, em francês. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-14-2.

AUFFDIENER, Joze – *Memoire sur le chemin de Moledo à Régoa*. 1791. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-14-23.

AZEDO, Mathias Jozé Dias – *Memoria sobre a importancia, e força da praça de Peniche...* 1814. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-5-17.

AZEVEDO, Antonio Pedro de – *Estatistica da população da 9.ª Divisão Militar que comprehende as Ilhas da Madeira, e Porto Santo, referida ao fim do anno de 1841...* 1842. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 1-25-35-43.

CARVALHO, Luiz Gomes de – *Memoria em que se da conta [...] das particularidades do terreno comprehendo [sic.] entre o Douro, e o Sábor ate Bragança...* 1797. Falta a carta referida, actualmente conservada no I. G. P. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-14-20.

CAULA, Carlos Frederico Bernardo de; CARVALHO, Luiz Gomes de – [Memórias sobre a defesa da fronteira de Trás-os-Montes: Outeiro, Vimioso, Montalegre, Monforte, Chaves e Bragança]. 1797. Cópias a que faltam as cartas referidas. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-4-13.

COSTA, Joze Maria das Neves – *Memoria militar respectiva ao terreno da Península de Setúbal*. 1816. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3-1-5-22.

[*Descrição das Ilhas dos Açores*]. [ant. 1832]. Contém documentos diversos, sobre várias Ilhas. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3.18-2-9-9.

FRANZINI, Marino Miguel – *Reflexões sobre a povoação do reino de Portugal e Ilhas do Oceano Atlântico*. [ca. 1804]. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 1-13-9-15.

FURTADO, Euzebio Candido Cordeiro Pinheiro – [Reconhecimento militar da Ilha Terceira, Açores]. 1829. Ofício dirigido a António Pedro de Brito. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3-1-6-18.

NIEMEYER, Henrique – [Memória sobre os trabalhos e métodos utilizados na carta da comarca de Setúbal]. 1790. Contém documentos relacionados, um dos quais assinado por Maximiano José da Serra. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-16-21.

PEREIRA, Izidoro Paulo – [Memória sobre a fronteira do Alentejo]. [1796]. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-9-15.

ROZIÈRE, Marquez de la – [Memórias sobre as praças do Alentejo]. 1803. Contém 7 plantas: Monforte, Arronches, Alegrete, Juromenha (duas), Campo Maior e Elvas. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-5-12.

ROZIÈRE, Marquez de la – *Memoria 3.ª sobre Campo Maior*. 1803. Contém ofício de remessa, faltando a planta correspondente, arquivada no documento 4-1-5-12. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-5-10.

ROZIÈRE, Marquez de la – *Memoria 4.ª sobre Ouguella*. 1803. Contém planta. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-5-11.

SÁ, A. J. B. de Vasconcellos e – *Relatorio politico-militar relativo as fortificaçoens da 5.ª Divisão Militar: [Trás-os-Montes]*. 1840. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3-1-7-11.

SERRA, Maximiano Joze da – *Memoria da estrada projectada de Lamego athe Portello...* 1791. Contém ainda ofícios do autor sobre os mesmos trabalhos. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-14-22.

SERRA, Maximiano Joze da – *Pequena memoria para dar huma idéia dos váos do rio Minho, e de algumas medidas q. se tinham tomado em 1809*. 1812. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3-1-5-3.

SERRA, Maximiano Joze da (dir.) - *Resultado do primeiro reconhecimento da estrada de Lisboa até Coimbra...* 1816. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3-1-5-21.

SERRA, Maximiano Joze da (dir.) – *Resultado do reconhecimento feito sobre a estrada directa de Coimbra ao Porto...* 1816. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 3-1-5-23.

SOARES, Euzebio de Sousa – *Memoria sobre o canal projectado entre o esteiro do Rio Secco, e o de Castromarim, e a comunicação por terra entre Villa Real e Castromarim*. 1804. Contém planta. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 4-1-14-14.

VILLASBOAS, Custodio Jozé Gomes de – *Resposta ás instrucções sobre o estabelecimento de um regimento de cavallaria na villa de Barcellos*. 1806. Contém ofício do próprio, remetendo a memória e a carta, esta em falta. Acessível no Arquivo Histórico Militar. 1-13-10-9.

1 – Não se listam as referências às dezenas de processos individuais dos engenheiros existentes no Arquivo Histórico Militar, consultados desde 2003, nem tão-pouco a sua correspondência. A este Arquivo agradecemos a colaboração prestada e o esforço na melhoria da qualidade das reproduções digitais, por nós adquiridas.

ÍNDICE

Prefácio	3	Lisboa	62
Introdução	5	Alhos Vedros	66
Localidades		Azeitão	70
Monção	6	Palmeira	74
Valença	10	Setúbal	78
Barcelos	14	Castelo de Vide	82
Bragança	18	Marvão	86
Montalegre	22	Campo Maior	90
Miranda do Douro	26	Elvas	94
Porto	30	Estremoz	98
Lamego	34	Vila Viçosa	102
Almeida	38	Monsaraz	106
Leiria	42	Castro Marim	110
Alcobaça	46	Faro	114
Peniche	50	Angra do Heroísmo	118
Sintra	54	Funchal	122
Cascais	58		
		Referências Bibliográficas	126

